



Avenida Graça Aranha 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002  
Telefones: (21) 3037-6001 ou (21) 3037-6002 - <https://www.gov.br/ancine>

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026**

PROCESSO Nº 01416.002362/2026-63

### **CONTRATANTE (UASG)**

203003 - AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - PR

### **OBJETO**

Contratação de serviços técnicos especializados de operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação, compreendendo a execução continuada de atividades de sustentação, monitoramento, administração e suporte aos ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Agência Nacional do Cinema – ANCINE.

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 5.060.610,72**

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Conforme agendamento no SIASG

### **Critério de Julgamento:**

Menor preço global

### **Modo de disputa:**

Aberto

### **TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**

### **MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

**NÃO**

### **Sumário**

1	DO	
OBJETO.....		3
2	DA PARTICIPAÇÃO NA	
LICITAÇÃO.....		3
3	DO ORÇAMENTO	
ESTIMADO.....		5
4	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE	
HABILITAÇÃO.....		5
5	DO PREENCHIMENTO DA	
PROPOSTA.....		7
6	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO	
DE LANCES		7
7	DA FASE DE	
JULGAMENTO.....		11
8	DA FASE DE	
HABILITAÇÃO.....		13
9	DO TERMO DE	
CONTRATO.....		15
1	0	
RECURSOS.....		15
1	1	
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E		
SANÇÕES.....		16
1	2	
DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE		
ESCLARECIMENTO.....		18
1	3	
DAS DISPOSIÇÕES		
GERAIS.....		18

Torna-se público que a AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, sediada na Avenida Graça Aranha, 35, Centro, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, CEP 20030-002, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços técnicos especializados de operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação, compreendendo a execução continuada de atividades de sustentação, monitoramento, administração e suporte aos ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 18 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 2.6.3. sociedades cooperativas;
  - 2.6.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.6.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.6.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.6.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.6.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.6.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.6.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 2.6.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
  - 2.6.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item [2.6.7](#) será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.5 e 2.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens [2.6.5](#) e [2.6.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item [2.7](#) estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens [8.1.1](#) e [8.12.2](#) deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para

atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens [4.4](#) ou [4.7](#) sujeitará o licitante às

sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item [4.12](#) possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor mensal e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer

alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto-Básico.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ~~ou percentual de desconto~~ superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a

melhor oferta deverá ser de R\$20,00 (vinte reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em



primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.20.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.20.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.20.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.20.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.20.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item [6.20.1.1](#), na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.20.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item [6.20.1.1](#), por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item [6.20.1.2](#), na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item [6.20.1.3](#) caso esse direito não seja exercido.

6.20.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. 6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.5.1. empresas brasileiras;

6.22.5.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.5.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço

máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item [3.9](#) do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original e por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail [gti.cis@ancine.gov.br](mailto:gti.cis@ancine.gov.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme item 4.11 do Termo de Referência.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver

dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item [8.12.1](#), poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem [8.12.1](#).

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens [9.2](#) e [9.3](#) poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [licitacao@ancine.gov.br](mailto:licitacao@ancine.gov.br).

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou



prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens [11.1.1](#), [11.1.2](#) e [11.1.3](#), a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens [11.1.5](#), [11.1.6](#), [11.1.7](#), [11.1.8](#), e [11.1.9](#), a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens [11.1.1](#), [11.1.2](#), [11.1.3](#) e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens [11.1.5](#), [11.1.6](#), [11.1.7](#), [11.1.8](#) e [11.1.9](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens [11.1.1](#),

[11.1.2](#) e [11.1.3](#) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item [11.1.3](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: [licitacao@ancine.gov.br](mailto:licitacao@ancine.gov.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e

deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Documento de Formalização da Demanda;

13.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Equipe Técnica e Qualificação Profissional;

13.11.1.4. Apêndice do Anexo I – Ativos e Sistemas

13.11.1.5. Apêndice do Anexo I – Planilha de Cálculo de Pontos

13.11.1.6. Apêndice do Anexo I – Termo de Compromisso de Sigilo e Confidencialidade.

13.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2026.

**OTÁVIO ALBUQUERQUE RITTER DOS SANTOS**

## Secretário de Gestão Interna Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Albuquerque Ritter Dos Santos**, **Secretário de Gestão Interna Adjunto**, em 10/06/2026, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4092992** e o código CRC **DCD95F01**.

## ANEXOS AO EDITAL

[Incluir o texto de cada anexo ao Edital]

Referência: Processo nº 01416.002362/2026-63

SEI nº 4092992

## AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - PR

## Termo de Referência 20/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	203003-AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - PR	ANDRE LUIZ NERY DE SA	06/05/2026 15:30 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		01416.002362/2026-63

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

## 1.1 Definição do Objeto

1.1.1 O objeto da presente contratação é a prestação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, de forma continuada, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Abrange a operação de infraestrutura de TIC e de segurança da informação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.1.2 As especificações detalhadas relativas aos quantitativos, perfis e valores estimados da contratação encontram-se pormenorizadas no item 11 (Tabela 9) deste Termo de Referência.

## 1.2 Condições Gerais

1.2.1 A contratação será regida integralmente pela Lei nº 14.133/2021, com a qual pretende-se assegurar a disponibilidade, a integridade e a segurança dos serviços de Tecnologia da Informação, promovendo a melhoria contínua dos processos existentes e o suporte à inovação institucional, garantindo o melhor aproveitamento dos recursos públicos.

1.2.2 A contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício correspondente, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, e no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

1.2.3 O prazo de vigência contratual será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura. A vigência contratual poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão no edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção antecipada do contrato, conforme os ditames dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.2.4 O objeto é caracterizado como serviço comum de TIC e de caráter contínuo, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, com solução amplamente consolidada no mercado, cuja especificação técnica é objetiva, clara e compatível com as necessidades da ANCINE.

1.2.5 Todos os serviços estão sob o CATSER 27014.

1.2.6 O objeto da contratação é considerado solução de TIC;

1.2.7 O objeto em tela não se encontra no Catálogo de Soluções de TIC em condições padronizadas, publicadas pelo órgão central do SISP;

1.2.8 Não haverá parcelamento do objeto da presente contratação, conforme premissas do art. 47, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme fundamentação pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.2.8.1 A natureza dos serviços técnicos exige um fluxo de atendimento interdependente, contínuo e integrado. O parcelamento do escopo em lotes distintos para empresas diferentes acarretaria riscos severos à governança de TIC e à continuidade do negócio, notadamente a fragmentação da comunicação, responsabilização difusa e ineficiência na gestão contratual. A gestão centralizada sob a responsabilidade de uma única contratada demonstra-se a solução tecnicamente viável e economicamente mais vantajosa para a ANCINE, garantindo a sinergia operacional e a celeridade na restauração dos serviços.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 2.1 Fundamento

2.1.1 A infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Agência Nacional do Cinema - ANCINE compreende um conjunto integrado de ativos tecnológicos, incluindo servidores, redes corporativas, bancos de dados, sistemas institucionais e mecanismos de segurança da informação, os quais suportam diretamente a prestação de serviços públicos, a gestão administrativa e a execução das políticas públicas sob responsabilidade da Agência.

2.1.2 O ambiente tecnológico da Agência apresenta crescente complexidade, com aumento da criticidade dos serviços e maior exigência de disponibilidade, segurança e desempenho, demandando evolução no modelo de prestação dos serviços de TIC. Desse modo, a contratação dos serviços de operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação está diretamente relacionada às necessidades permanentes de sustentação dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Agência, sendo considerada primordial para a continuidade das atividades institucionais,

2.1.3 Nesse contexto, a presente contratação tem por objetivo atender à necessidade institucional da ANCINE de assegurar a continuidade, disponibilidade, segurança e eficiência da operação de sua infraestrutura tecnológica e dos serviços de segurança da informação, elementos essenciais ao funcionamento dos sistemas corporativos e à execução das atividades finalísticas e administrativas da entidade.

2.1.4 A necessidade de contratação alinha-se ao Planejamento Estratégico da ANCINE 2024-2027 (Objetivo Estratégico 11), ao PDTIC 2024-2027 e ao Plano de Gestão Anual (PGA) 2026, e converge com o objetivo de promover a sustentação operacional, a segurança da informação e a melhoria contínua dos serviços prestados aos usuários e cidadãos, conforme previsto na Estratégia de Governo Digital (EGD).

2.1.5 A contratação será regida pelos seguintes diplomas normativos:

- Lei nº 14.133/2021
- Instrução Normativa SGD/MGI nº 94/2022
- Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

2.1.6 As diretrizes estabelecidas no presente Termo de Referência são adequadas ao interesse público e são compatíveis com o estudo técnico preliminar da contratação (ETP). Ressalta-se, nesse sentido, a essencialidade e o interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.

2.1.7 As especificações técnicas previstas neste Termo de Referência atendem às premissas contidas na IN SGD/ME nº 94, de 2022, no que se refere a questões específicas acerca de requisitos e obrigações quanto à segurança da informação e privacidade.

### 2.2 Justificativa

2.2.1 Em qualquer organização, seja de natureza pública ou privada, a unidade responsável pela Tecnologia da Informação desempenha um papel fulcral e estratégico. Sua atuação é indispensável em domínios como o desenvolvimento de sistemas, a governança de dados, o suporte à decisão, no suporte técnico a usuários e ativos de TI, além do gerenciamento de projetos voltados à implementação de novos serviços e à transformação digital.

2.2.2 Atualmente, a Agência Nacional do Cinema – ANCINE detém um parque tecnológico composto por diversos recursos de hardware e software que sustentam soluções críticas de TIC. Tais ativos exigem gestão por profissionais devidamente qualificados e, para assegurar a continuidade dos serviços públicos e o cumprimento do princípio da eficiência, demandam suporte ininterrupto, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

2.2.3 A prestação dos serviços objeto desta contratação poderá ser realizada de forma remota, sempre que a natureza da demanda e as condições técnicas assim o permitirem. Contudo, em virtude de limitações tecnológicas ou da necessidade de intervenção física nos

ativos, o atendimento presencial pode ser necessário, abrangendo tanto o suporte aos usuários, quanto à manutenção da infraestrutura tecnológica, conforme as especificações detalhadas neste Termo de Referência.

Considerando que o quadro permanente da Gerência de Tecnologia da Informação da Ancine não possui contingente suficiente, tanto em termos quantitativos quanto na diversidade de competências técnicas necessárias para abranger a totalidade das tecnologias suportadas, fundamenta-se a necessidade de contratação de serviços para o atendimento e suporte à infraestrutura de TI desta Agência.

2.2.4 A descontinuidade da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência implicaria em prejuízos diretos e irreversíveis à governança tecnológica da Agência, comprometendo a disponibilidade de sistemas críticos e o atendimento ao público interno e externo. Fica assim materializada a necessidade permanente e estrutural, configurando o serviço como de natureza contínua, em estrita consonância com o art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.5 Para que a execução técnica observe os padrões de qualidade e de segurança exigidos, é indispensável a contratação de serviço que compreenda o atendimento por uma equipe multidisciplinar especializada. Tal medida visa mitigar riscos operacionais, reduzir o tempo de resposta a incidentes e evitar soluções de continuidade na utilização dos recursos computacionais disponíveis, em estrita observância ao princípio da eficácia administrativa.

2.2.6 A contratação de serviços de TI oferece diversos benefícios estratégicos. Ao desonerar a Administração da execução de atividades operacionais e rotineiras, permite que o corpo funcional de servidores de TI se concentre em atividade de administração, gestão estratégica e de governança. Adicionalmente, possibilita o acesso a profissionais com alta especialização em nichos tecnológicos específicos e confere maior flexibilidade na escalonabilidade, conforme a demanda institucional.

2.2.7 A adoção da estratégia de execução indireta de serviços fundamenta-se nos preceitos do Decreto-Lei nº 200/1967, sendo reforçada pelo Decreto nº 9.507/2018 e pelo Art. 48 da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração a preferir a contratação de serviços que não constituam atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão, salvo exceções legais.

2.2.8 Nesse contexto, a atual contratação de serviços de infraestrutura e segurança da informação (contratos nº 11/2023 e nº 12/2023), que atualmente amparam a prestação de serviços de TI na ANCINE, terá sua vigência encerrada em 26/06/2026, sendo necessário um novo processo licitatório, conforme destacado no Estudo Técnico Preliminar.

2.2.9 Conforme o Documento de Formalização de Demanda (DFD) e o Estudo Técnico Preliminar (ETP), a fundamentação pormenorizada da contratação e de seus quantitativos encontra-se em tópicos específicos nos referidos documentos.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

#### 3.1 Descrição da Solução

3.1.1 A solução compreende a prestação de serviços de operação do ambiente de Infraestrutura de TIC e de Segurança da Informação, incluindo:

- administração de computadores servidores;
- administração de redes de dados;
- administração de bancos de dados;
- administração de ambientes de hiperconvergência;
- administração de ambientes de armazenamento (storage);
- administração de sistemas e serviços;
- administração da segurança da informação;
- monitoramento contínuo da infraestrutura tecnológica;
- análise contínua de eventos de segurança da informação;
- identificação e tratamento proativo de vulnerabilidades;
- resposta a incidentes de infraestrutura de TIC e de segurança da informação.

3.1.2 A prestação dos serviços deverá assegurar a disponibilidade contínua e a prontidão operacional, de forma compatível com os níveis mínimos de serviço, não sendo admitidos modelos que comprometam o atendimento tempestivo das demandas.

3.1.3 A CONTRATADA deverá deter capacidade para absorver o volume histórico estimado, assegurando o atendimento a incidentes e requisições sem degradação dos níveis de serviço, operando sob as melhores práticas do framework ITIL 4 para o gerenciamento de serviços de TI.

3.1.4 A prestação dos serviços deverá contemplar mecanismos de automação, gestão de capacidade, análise de tendências e melhoria contínua, de modo a otimizar o uso dos recursos, reduzir custos operacionais e elevar o nível de maturidade da gestão de serviços de Tecnologia da Informação.

3.1.5 A vigência do contrato iniciar-se-á estritamente e imediatamente após o encerramento dos contratos vigentes (Contrato nº 011/2023 e nº 012/2023), sendo expressamente vedada a sobreposição de execuções contratuais. A fase de transição e transferência de conhecimento dar-se-á de forma mediada pela CONTRATANTE: a atual prestadora entregará a Base de Conhecimento atualizada à equipe de Fiscalização no encerramento de seu ciclo, e a Administração fará o repasse desse arcabouço à nova CONTRATADA no início da nova execução.

3.1.6 A descrição da solução como um todo considerou o ciclo de vida do objeto (conforme Lei nº 12.305/2010), abrangendo o desenvolvimento e a prestação do serviço, bem como a disposição final ecologicamente adequada de eventuais insumos, peças e resíduos tecnológicos gerados durante a operação, promovendo a sustentabilidade e a economia circular.

3.1.7 A especificação do serviço foi elaborada, no que coube, em observância ao catálogo eletrônico de padronização e ao Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas da SGD, conforme preceitua o art. 47, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e a Portaria SEGES /ME nº 938/2022.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 Requisitos de Negócio:

4.1.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas, procedimentos e técnicas adotadas pela CONTRATANTE.

4.1.2 Deverá ser utilizada a ferramenta de gerenciamento de serviços (ITSM) da CONTRATANTE para a realização do registro de requisições, incidentes, mudanças e problemas, e para apoiar todos os processos de gestão de serviços de TIC, podendo esta ferramenta ser alterada de acordo com o interesse da CONTRATANTE.

4.1.3 Deverá ser monitorada a disponibilidade, a capacidade, a segurança e o desempenho das aplicações, servidores, ativos de rede, bancos de dados, links de dados e demais soluções definidas pela CONTRATANTE.

4.1.4 A execução dos serviços será acompanhada pela CONTRATANTE, que verificará a quantidade e qualidade dos serviços prestados.

### 4.2 Requisitos de Capacitação

4.2.1 A capacitação profissional para execução dos serviços será de responsabilidade da CONTRATADA.

4.2.2 A CONTRATADA deverá capacitar seus profissionais, às suas expensas, nas áreas de interesse dos serviços, obrigatoriamente e sempre que se fizer necessário, considerando as mudanças de plataforma tecnológica, e de acordo com as orientações da CONTRATANTE.

### 4.3 Requisitos Legais

- Lei Nº 14.133, de 1 de abril de 2021, com suas alterações;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);
- Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet);
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015;
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022;
- Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023;
- Resolução de Diretoria Colegiada ANCINE n.º 117, de 28 de setembro de 2021 (POSIC).

### 4.4 Requisitos de Governança e Gestão

4.4.1 A CONTRATADA, por meio da prestação do serviço, deverá:

- Adotar modelo de prestação de serviços orientado a resultados;
- Implementar monitoramento contínuo do desempenho dos serviços;
- Apoiar a Administração na definição e acompanhamento de indicadores de desempenho;
- Disponibilizar relatórios periódicos com análise de desempenho, tendências e recomendações de melhoria;
- Atuar de forma integrada entre as equipes técnicas, evitando silos operacionais;
- Promover a melhoria contínua dos processos e serviços;
- Apoiar a gestão da capacidade, disponibilidade e continuidade dos serviços.

### 4.5 Requisitos Técnicos e de Manutenção

4.5.1 A CONTRATADA, por meio da prestação do serviço, deverá:



- Adotar modelo de operação baseado em boas práticas de mercado (ex.: ITIL, COBIT, ISO/IEC 27001);
- Garantir a atuação integrada entre as disciplinas de infraestrutura e segurança da informação;
- Utilizar ferramentas de monitoramento, gestão de incidentes e registro de atividades disponibilizadas pela CONTRATANTE;
- Assegurar a rastreabilidade das ações executadas;
- Prever mecanismos de automação para melhoria contínua dos serviços;
- Garantir compatibilidade com os padrões tecnológicos adotados pela Administração.

4.5.2 A CONTRATADA deverá assegurar a manutenção preventiva, corretiva e evolutiva dos ativos de rede e servidores sob sua administração, aplicando patches de correção e mantendo o parque atualizado contra vulnerabilidades.

#### **4.6 Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.6.1 Para os serviços executados nas dependências da CONTRATANTE, fica a cargo desta providenciar os recursos necessários ao bom desempenho do serviço, tais como: local de trabalho, móveis, ramais telefônicos e recursos computacionais (computadores, conexão à rede local e licenças de softwares).

4.6.2 Para os serviços executados fora das dependências da CONTRATANTE, os recursos de hardware e software, assim como quaisquer outros necessários, são de responsabilidade da CONTRATADA.

4.6.3 No caso de acesso remoto, a CONTRATANTE será responsável por fornecer à CONTRATADA as credenciais necessárias para o acesso remoto de forma segura.

4.6.4 O ambiente físico disponibilizado pela CONTRATADA deve ser aderente a NR-17, que visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente, no que se refere ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho.

4.6.5 A execução dos serviços deverá ser realizada por meio da operação, alimentação e atualização das ferramentas institucionais de governança e gestão de TIC da CONTRATANTE, salvo em casos de estrita limitação técnica, a ser avaliada pela partes.

4.6.6 A adoção de novas tecnologias deve ser suportada pela CONTRATADA, que terá o prazo de 30 (trinta) dias após comunicação do CONTRATANTE para adequação.

4.6.7 Para atuação remota, caberá à CONTRATADA o fornecimento de toda a infraestrutura adequada para seus profissionais, incluindo computadores, conectividade, webcams e headsets compatíveis com as ferramentas de comunicação da CONTRATANTE.

#### **4.7 Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.7.1 A CONTRATADA deverá observar as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

4.7.2 Deverão ser seguidos os princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE e no Guia de Requisitos e Obrigações Quanto a Privacidade e à Segurança da Informação, conforme previsto na IN SGD/ME nº 1/2019.

4.7.3 A CONTRATADA deverá adotar, onde couber, medidas de segurança como logs de acesso, rastreabilidade e controle de perfil de acesso com base em princípio do privilégio mínimo.

4.7.4 Todas as informações, imagens, aplicativos e documentos providos pela contratante ou oriundos das informações que forem propriedade da contratante que forem manuseados e utilizados, são de propriedade da contratante, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas na relação de bens da contratada, bem como, de seus executores, sem expressa autorização da contratante.

4.7.5 Será considerado ilícita a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, bem como dos documentos, imagens, gravações e informações utilizados durante a prestação dos serviços, sem a autorização formal da contratante.

4.7.6 A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da CONTRATANTE sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

4.7.7 A CONTRATADA deverá assinar Termo de Sigilo e Confidencialidade, conforme modelo do ANEXO IV.

4.7.8 Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar uma declaração de ciência do Termo de Sigilo e Confidencialidade.

4.7.9 A CONTRATADA responderá administrativa, civil e penalmente por eventuais vazamentos de dados pessoais ou incidentes de segurança da informação causados por dolo ou culpa de seus colaboradores, garantido o direito de regresso da Administração Pública.

4.7.10 A CONTRATADA deverá garantir o sigilo absoluto das credenciais, informações e bases de dados acessadas durante o suporte técnico.

4.7.11 A execução dos serviços deve estar em conformidade com os guias de privacidade disponibilizados pela Secretaria de Governo Digital - SGD.

#### 4.8 Requisitos Temporais e de Implantação dos Serviços

4.8.1 O início da efetiva prestação dos serviços pela CONTRATADA deverá ocorrer imediatamente após o término da vigência do contrato anterior.

4.8.2 Os primeiros 90 (noventa) dias corridos após o efetivo início da prestação do serviço, serão considerados como Período de Adaptação Operacional, conforme disposto na Portaria SGD/ME Nº 6.432, de 15 de junho de 2021, de modo a permitir ajustes específicos e estabilização do processos.

4.8.3 Durante o Período de Adaptação Operacional a CONTRATADA deverá elaborar o Plano Inicial de Execução dos Serviços, contendo:

- Análise das ferramentas indicadas pela CONTRATANTE;
- Plano de Implantação e/ou Adequação;
- Cronograma detalhado de todas as outras atividades a serem executadas pela CONTRATADA.

4.8.4 As atividades realizadas durante o Período de Adaptação Operacional devem ocorrer de modo concomitante com a prestação de serviços contratados.

4.8.5 Durante o Período de Adaptação Operacional a CONTRATADA deverá, se necessário, realizar adequações necessárias nas ferramentas, softwares e aplicações utilizadas para a correta execução contratual.

4.8.6 Após o Período de Adaptação Operacional, a CONTRATADA deverá estar totalmente operacional, com conhecimento de toda infraestrutura da Gerência de Tecnologia da CONTRATANTE, a fim de garantir o sucesso de transição sem prejuízo do negócio.

4.8.7 Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis mínimos de serviço estabelecidos durante o Período de Adaptação Operacional devem ser imediatamente comunicados ao CONTRATANTE, que colaborará com a CONTRATADA na busca da melhor solução para o problema.

#### 4.9 Requisitos Profissionais

4.9.1 A prestação dos serviços dar-se-á por meio da disponibilidade de perfis profissionais qualificados, rejeitando-se qualquer caracterização de subordinação ou dedicação exclusiva de mão de obra. O aceite de cada profissional estará condicionado à submissão prévia de currículo e comprovação por documentação idônea de todos os requisitos exigidos.

4.9.2 A definição do quantitativo de perfis profissionais, conforme item 11, não se configura como alocação de postos de trabalho, mas sim como o dimensionamento da capacidade operacional mínima necessária para absorver o volume histórico de operação do ambiente de TI da CONTRATANTE, sendo a alocação dos profissionais dentro das escalas de serviços de responsabilidade da CONTRATADA.

4.9.3 Os profissionais alocados na prestação dos serviços deverão ser parte integrante do quadro de funcionários da CONTRATADA, sendo vedada a subcontratação, salvo para situações estabelecidas no item 6.11 deste Termo de Referência.

4.9.4 É vedado o acúmulo de função para qualquer profissional na execução das atividades escopo desta contratação.

4.9.5 A definição dos perfis e quantitativos mínimos foi utilizada como base para a estimativa preliminar de custos da contratação, conforme modelo estabelecido pela Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023.

4.9.6 Conforme o Relatório Técnico de Execução Contratual, apenso ao processo, o ciclo anterior de prestação de serviços de Infraestrutura (Contrato 11/2023) e de Segurança da Informação (12/2023), processou aproximadamente 3.774 e 105 chamados, respectivamente, durante o período de 01/01/2024 a 28/02/2026. Para assegurar que as metas rigorosas de Acordo de Nível de Serviço (SLA) sejam cumpridas e para mitigar o risco de formação de filas operacionais (backlog), a estrutura foi desenhada da seguinte maneira:

- Nível 3: conjunto de perfis profissionais indispensáveis para a operação do ambiente de infraestrutura de TIC e de segurança da informação;
- Liderança: perfil essencial para a coordenação dos chamados direcionados à infraestrutura de TIC e à segurança da informação, para interação com a fiscalização da CONTRATANTE e para a garantia da qualidade dos documentos na base de conhecimento.

4.9.7 A exigência de formação acadêmica e certificações profissionais para a equipe N3 e Liderança não tem caráter restritivo, mas sim o objetivo de mitigar o risco de imperícia técnica e garantir que a CONTRATADA alocue profissionais com base analítica sólida, domínio prático sobre as ferramentas institucionais e sobre as melhores práticas de governança de TI.

4.9.8 As exigências acadêmicas, de certificação e suas justificativas/equivalências estão descritas no Anexo I.

4.9.9 A critério da CONTRATANTE, poderão ser consideradas comprovações adicionais de experiência ou composições de certificações, desde que apresentadas pela CONTRATADA de forma fundamentada e justificada, em substituição às indicadas no parágrafo anterior.

4.9.10 Em qualquer um dos perfis relacionados no Anexo I, poderão ser consideradas certificações ou experiências bem documentadas, por serem em produto assemelhado ou por evidenciarem longa experiência, ou qualquer outro motivo considerado aceitável, a exclusivo e discricionário critério da CONTRATANTE.

4.9.11 Para comprovação de cursos em andamento, será aceita certidão de matrícula ativa da instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

4.9.12 Quando ocorrer a substituição de profissionais durante a vigência do contrato, a comprovação dos requisitos obrigatórios de qualificação deverá ser efetuada em até 30 (trinta) dias corridos após a alocação do novo profissional.

4.9.13 A CONTRATANTE poderá, de forma devidamente motivada, exigir a substituição de qualquer profissional à CONTRATADA, caso julgue que a prestação de serviço não atenda as exigências previstas pela CONTRATANTE.

4.9.14 O atendimento aos requisitos obrigatórios de qualificação profissional deverá ser comprovado em até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato, mediante apresentação de diplomas, certificados ou certificações de empresas de treinamento autorizadas e credenciadas, registros em carteira de trabalho, contratos de trabalho ou outro meio idôneo.

#### **4.10 Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.10.1 A prestação dos serviços deverá ser orientada à excelência no atendimento à CONTRATANTE, priorizando a clareza na comunicação, a empatia e o foco na resolução efetiva.

4.10.2 A atuação técnica, especialmente nos contatos diretos com as áreas demandantes, deve buscar a "Resolução no Primeiro Contato" (FCR), minimizando interrupções prolongadas no trabalho dos usuários.

4.10.3 A CONTRATADA deve zelar pela observância às políticas, diretrizes, procedimentos, padrões e modelos para as atividades em execução.

4.10.4 A CONTRATADA poderá realizar serviços em dias não úteis (sábado, domingo e feriados), como consequência do atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço. Tais situações fazem referência ao tratamento de incidentes ou requisições, de caráter imprevisível, como falhas em sistemas ou resposta à incidentes de Segurança da Informação; ou ainda demandas excepcionais, que necessitem de atendimento em horário diferenciado, como manutenções programadas do ambiente de produção, os quais deverão ser previamente comunicados à CONTRATADA com a indicação dos serviços que serão efetuados.

4.10.5 A CONTRATADA deve manter, no que couber, a observância às políticas, regulamentações, especificações técnicas e orientações definidos pelos padrões do governo federal.

4.10.6 A incidência de problemas ou a indisponibilidade de serviços deve ser reportada para a Coordenação e Infraestrutura e Suporte ao Usuário - CIS e demais áreas indicadas pela CONTRATANTE.

4.10.7 Devem ser comunicados quaisquer incidentes de segurança que coloquem em risco as instalações ou informações da CONTRATANTE.

4.10.8 Cada um dos perfis profissionais será responsável por atuar em determinado segmento da cadeia de prestação de serviços, de acordo com a sua especialidade, e somente na sua especialidade, de modo a garantir a observância dos níveis de serviço e desempenho estabelecidos.

4.10.9 Devem ser realizadas todas as atividades típicas de cada especialidade/perfil, mesmo aquelas não explicitamente relacionadas.

4.10.10 O Preposto, ou seu substituto, deverá estar disponível sempre que necessário ou requisitado, nos dias úteis, no horário do expediente da CONTRATANTE, e acessível por contato telefônico em qualquer outro horário, inclusive em feriados e finais de semana.

4.10.11 Trimestralmente a CONTRATADA deverá apresentar, em reunião presencial ou remota, relatório executivo contendo as melhorias realizadas no ambiente nos três meses anteriores à reunião e sugestões de melhorias e otimizações previstas para ciclo trimestral seguinte, tanto para infraestrutura de TIC, quando de segurança da informação.

4.10.12 A execução dos serviços deverá ser iniciada conforme data de início do cronograma de implantação, a ser elaborado após a assinatura do contrato.

4.10.13 Todos os serviços executados deverão estar registrados no Sistema de Gestão de Serviços de TI em uso na CONTRATANTE, para fins de acompanhamento e avaliação dos Níveis Mínimos de Serviços estabelecidos.

4.10.14 O encerramento de todo e qualquer atendimento, com os devidos registros no Sistema de Gestão de Serviços de TI, deverá ser precedido de evidência da resolução, com as comprovações de que as atividades ocorreram.

#### **4.11 Vistoria**

4.11.1 A vistoria para a licitação é facultativa, contudo, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria aos locais de execução dos serviços, de segunda à sexta-feira, de 9:00 às 18:00 horas, solicitando agendamento através do e-mail [gti.cis@ancine.gov.br](mailto:gti.cis@ancine.gov.br), na Gerência de Tecnologia da Informação, localizada à Av. Graça Aranha, 35, Centro, Rio de Janeiro /RJ.

4.11.2 A vistoria também poderá ocorrer de modo remoto, por meio de videoconferência, a ser agendada pelo email citado, em que a licitante poderá sanar dúvidas sobre o ambiente computacional da ANCINE.

4.11.3 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.11.4 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11.5 A Declaração de Vistoria deverá ser assinada pelos representantes da ANCINE e da Licitante, ou o seu representante legal, comprovando que a empresa realizou a vistoria técnica (presencial ou remota) para conhecimento dos serviços necessários, do ambiente tecnológico da ANCINE e das condições técnicas para sua realização.

4.11.6 A Licitante deverá apresentar a Declaração de Vistoria, conforme modelo fornecido, em papel timbrado da empresa, com seus dados e de seu representante legal devidamente preenchidos.

4.11.7 A Licitante poderá optar pela não realização da vistoria. Para tanto, deverá apresentar, junto com sua proposta de preços, caso seja a vencedora da etapa de lances, a Declaração de Recusa de Vistoria, conforme modelo fornecido, devidamente assinada por seus representantes legais.

4.11.8 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.11.9 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

#### **4.12 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.12.1 Como dever institucional, os serviços serão contratados de forma racional e responsável, buscando-se o melhor emprego dos recursos, com vista a atingir a eficácia e eficiência das ações, assim como o atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, em consonância com o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

4.12.2 A CONTRATADA deverá pautar-se nas práticas de sustentabilidade previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 /2010, no que couber, bem como boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios e de poluição, tais como: racionalização /economia no consumo de energia, especialmente elétrica e água;

4.12.3 A CONTRATADA deverá adotar práticas de redução do consumo de papel, utilizando o padrão frente e verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilizar preferencialmente a fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral da União, disponível para download no seguinte endereço eletrônico: [www.agu.gov.br/ecofont](http://www.agu.gov.br/ecofont)

4.12.4 A CONTRATADA deverá orientar seus empregados, de forma constante, para a redução do consumo de energia elétrica, do consumo de água e da produção de resíduos sólidos, observando as normas ambientais vigentes.

4.12.5 A CONTRATADA deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, relativas aos resíduos sólidos;

4.12.6 A CONTRATADA deverá orientar seus empregados para a correta destinação dos resíduos recicláveis, utilizando os coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da CONTRATANTE.

4.12.7 Embora não haja fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, cabe mencionar os requisitos de sustentabilidade social e a as práticas de gestão que asseguram aos profissionais direitos legalmente previstos. Dentre as práticas a serem adotadas pela CONTRATADA, destacam-se:

- Proibição de atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual, idade ou estado civil na seleção de empregados no quadro da empresa;
- Conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- Cumprir às normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- Com a finalidade da erradicação do trabalho análogo ao de escravo e do trabalho infantil, a contratada não poderá:
  - submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida a ou trabalhos forçados;

- utilizar qualquer trabalho realizado por menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente e submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- A CONTRATADA e a CONTRATANTE deverão recepcionar e tratar as denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.12.8 A CONTRATADA deve observar a dimensão social da sustentabilidade, tendo como princípio a responsabilidade social. Essa responsabilidade se traduz em práticas que promovam a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, contribuam para o bem-estar coletivo e reduzam desigualdades.

## 5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

### 5.1 Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE

- 5.1.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.1.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.4 Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.5 Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.6 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.7 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade a legislação tributária vigente e com a Instrução Normativa RFB nº 2110/2022;
- 5.1.8 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
  - promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 5.1.9 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 5.1.10 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 5.1.11 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 5.1.12 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 5.1.13 Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecedor de Bens, de acordo com os critérios constantes deste Termo de Referência.
- 5.1.14 Receber o objeto da contratação, atestando sua conformidade com a proposta aceita e condições descritas nos instrumentos convocatórios, de acordo com o que dispõe o art. 17 da Instrução Normativa SGD/ME nº1/2019.

5.1.15 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

5.1.16 Assegurar que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.1.17 Disponibilizar o acesso aos sistemas necessários à execução dos serviços à CONTRATADA e administrar a configuração do catálogo de serviços;

5.1.18 Fornecer os perfis de rede institucional (@ancine.gov.br) para os colaboradores da contratada e proceder com a aferição contínua dos Níveis de Serviço (SLA).

## **5.2 Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA**

5.2.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos perfis necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

5.2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.2.4 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

5.2.5 Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

5.2.6 Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos em SLA, manter a equipe qualificada e repor profissionais ausentes, comunicando o fato com 10 (dez) dias de antecedência.

5.2.7 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

5.2.8 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.2.9 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

5.2.10 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

5.2.11 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.2.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.2.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

5.2.15 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações.

5.2.16 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

5.2.17 Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE.

5.2.18 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão.

5.2.19 Indicar formalmente e por escrito, na data de assinatura do contrato, um Preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA junto à CONTRATANTE, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato.

5.2.20 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, por questão de segurança, a relação nominal dos empregados que adentrarão aos escritórios da CONTRATANTE para execução do serviço.

5.2.21 Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo gestor do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

5.2.22 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da CONTRATANTE .

5.2.23 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

5.2.24 Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

5.2.25 Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.

5.2.26 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

5.2.27 Abster-se de revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, inclusive para fins comerciais ou que violem direitos protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), a terceiros, bem como não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente no fornecimento de bens ou serviços, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao necessário cumprimento do contrato.

5.2.28 Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.

5.2.29 Submeter-se às diretrizes da Política de Segurança da Informação (POSIC) da ANCINE, garantindo que os acessos lógicos e físicos utilizados na prestação do serviço não sejam compartilhados ou utilizados para fins diversos do escopo deste instrumento.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1 Reunião de Alinhamento**

6.1.1 Deverá ser realizada reunião de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.1.2 Deverão participar dessa reunião, no mínimo, os Fiscais de Contrato da CONTRATANTE e o Representante da CONTRATADA.

6.1.3 A reunião será realizada em ambiente da CONTRANTANTE, de modo remoto ou presencial, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato, conforme agendamento efetuado pelo representante da CONTRANTANTE.

6.1.4 Nessa reunião, a CONTRATADA deverá apresentar oficialmente seu Preposto, além de fornecer as respectivas comprovações acerca dos requisitos de qualificação exigidos para os seus profissionais e apresentar o plano de contratação caso alguma especialidade não seja contemplada.

6.1.5 A CONTRATADA deverá entregar os Termos de Compromisso e os Termos de Ciência da declaração da manutenção de sigilo das normas de segurança devidamente assinados, conforme art. 31, I, "b", da IN 01/2019.

6.1.6 Todos os entendimentos da reunião de alinhamento deverão constar da Ata de Reunião a ser lavrada pelo representante da CONTRATANTE e assinada por todos os participantes.

### **6.2 Ordem de Serviço**

6.2.1 A execução dos serviços será realizada mediante a abertura de Ordem de Serviço (OS), autorizada pelo Gestor do Contrato.

6.2.2 A OS é o instrumento normativo padrão para formalização das demandas à CONTRATADA, na qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- especificação dos serviços a serem executados e custos;
- período de execução dos serviços (Início e término);
- local de execução dos serviços;
- identificação do responsável pela demanda e pela autorização (Fiscal Requisitante e Gestor do Contrato);
- ciência e concordância da demanda, por parte da CONTRATADA;
- demais informações, no que couber, necessárias para a execução dos serviços por parte da CONTRATADA, tais como: critérios de validação dos serviços a serem executados e Níveis Mínimos de Serviço (NMS) a serem atendidos.

6.2.3 O Fiscal do Contrato encaminhará a OS para a CONTRATADA, bem como as informações necessárias para sua execução, por meio eletrônico, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CONTRATANTE.

6.2.4 A CONTRATADA, ao receber a OS pelo Sistema SEI, deverá, em até 2 (dois) dias úteis, manifestar ciência e concordância da demanda, mediante assinatura eletrônica de seu Preposto.

6.2.5 Caso a CONTRATADA verifique a necessidade de revisão dos termos e condições descritos na OS deverá, em até 1 (um) dia útil, apresentar justificativa técnica fundamentada ao Fiscal do Contrato na CONTRATANTE, que deverá analisar justificativa, acatando-a ou não.

6.2.6 Se a CONTRATADA não apresentar seu pedido de revisão em até 1 (um) dia útil, aceitará tacitamente os termos e condições da Ordem de Serviço.

6.2.7 Cada demanda deverá ser executada atendendo as especificações e condições constantes deste Termo de Referência e melhores práticas, além das que constarem da OS.

6.2.8 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá se recusar a prestar os serviços contratados, negando o recebimento ou o atendimento à OS, exceto nas situações previstas em lei.

### **6.3 Alterações Contratuais**

6.3.1 Nos termos da legislação em vigor, durante a fase de execução da prestação de serviços, o contrato poderá ser alterado, desde que justificadamente. As alterações contratuais devem ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, que deverá ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE.

### **6.4 Local de Execução dos Serviços**

6.4.1 Os serviços deverão ser executados remotamente e presencialmente nas localidades e endereços relacionados abaixo, considerando as especificidades de cada item de serviço a ser executado, conforme definido neste Termo de Referência:

- Escritório Central: Av. Graça Aranha, 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002.
- Arquivo: Av. Augusto Severo, 84, 3º andar, Glória, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20021-040.
- Escritório Sede: SAUS, Quadra 06, Bloco E, 6º Andar, Ala Sul, Brasília/DF (Sede da Anatel)- CEP 70070-940

6.4.2 Qualquer mudança de endereço deverá ser comunicada à CONTRATADA com 90 (noventa) dias de antecedência.

### **6.5 Execução dos Serviços e Horários**

6.5.1 O horário de cobertura (expediente) será em dias úteis, das 08h00 às 20h00 (horário oficial de Brasília). As atividades de monitoramento proativo e o tratamentos de incidentes críticos ocorrerão em regime ininterrupto. Compete exclusivamente à CONTRATADA observar rigorosamente a gestão das escalas, jornadas e eventuais revezamentos de seus colaboradores, de modo a assegurar a prontidão operacional e o cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviço, com estrita observância à legislação trabalhista vigente.

6.5.2 Os serviços poderão ser executados de modo remoto ou presencial, em qualquer proporção a critério da CONTRATADA, desde que sejam plenamente atendidos plenamente os serviços contratados e respeitados os acordos de nível de serviço.

6.5.3 As tarefas que demandarem manutenção em softwares ou equipamentos críticos deverão ser executadas fora do horário regular do expediente, mediante solicitação ou autorização da CONTRATANTE para a realização das atividades.

6.5.4 A critério da CONTRATANTE, manutenções de menor impacto ou emergenciais poderão ser realizadas em horário de expediente regular.



6.5.5 O dimensionamento das equipes para atendimento dos serviços será de responsabilidade da CONTRATADA, com respeito a legislação trabalhista em vigência, devendo ser suficiente para o cumprimento integral dos requisitos mínimos de serviço exigidos neste Termo de Referência.

## **6.6 Acordo de Níveis de Serviço - SLA**

6.6.1 Para permitir que a gestão contratual esteja alinhada com a gestão da qualidade dos serviços prestados, foram estabelecidos níveis de serviço e indicadores de desempenho mínimos para a execução dos serviços contratados. Assim, os resultados serão medidos com base em indicadores vinculados a fórmulas de cálculo específicas, apurados temporalmente e continuamente monitorados, objetivando o cumprimento das metas estabelecidas.

6.6.2 Esse conceito vincula-se ao novo modelo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação na Administração Pública Federal, no qual os serviços serão remunerados considerando parâmetros de qualidade e entrega efetiva de resultados.

6.6.3 No Catálogo de Serviços estão relacionadas as categorias de requisições de serviços e as atividades a serem executadas pelas prestadoras de serviço.

6.6.4 O atendimento deverá ser realizado obedecendo aos níveis mínimos de serviço, e, caso não obedeçam, serão aplicadas as glosas correspondentes, definidas neste Termo de Referência.

6.6.5 A mensuração de níveis mínimos de serviço é um critério claro e objetivo estabelecido pela CONTRATANTE para aferir a qualidade dos serviços contratados. Além de cumprir as metas estabelecidas para os níveis mínimos de serviço, a CONTRATADA deverá atender também aos demais critérios e condições estabelecidas neste documento para a aceitação dos serviços prestados. A execução dos serviços será assistida pela equipe de fiscalização do contrato com a finalidade de verificar e orientar em detalhes os procedimentos adotados.

6.6.6 O item 8 deste Termo de Referência especifica o Instrumento de Medição de Resultados e os Níveis Mínimos de Serviço exigidos.

6.6.7 O cálculo dos indicadores de nível de serviço deverá levar em consideração o seguinte:

- Os indicadores de nível mínimo de serviço serão medidos, avaliados e calculados mensalmente, tendo como referência os incidentes e requisições encerrados naquele mês, considerando as vinte e quatro horas diárias e o total de dias em cada mês avaliado
- A soma total das glosas aplicadas em função do não atendimento dos níveis mínimos de serviço não deverá ser superior a 30% (trinta por cento) do faturamento mensal máximo. Caso seja superado este limite, aplicar-se-á a glosa máxima permitida, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades, e o saldo devedor deverá ser aplicado na fatura do mês subsequente.
- Caso fique caracterizado que a indisponibilidade foi provocada por evento externo ou alheio à capacidade reativa e proativa da CONTRATADA, esta indisponibilidade não será considerada no cálculo dos indicadores de desempenho.
- As indisponibilidades programadas por Requisições Planejadas autorizadas não serão computadas nos indicadores de desempenho
- A CONTRATADA deverá lançar mão de todos os meios que julgar necessários para alcançar os indicadores de acordos de nível de serviço, tais como a adoção de mecanismos de redundância e verificação proativa.
- Nos casos em que os índices não forem atingidos, a CONTRATANTE somente considerará as justificativas da CONTRATADA nos casos em que os métodos proativos não forem implantados por questões que fujam das possibilidades da CONTRATADA.

6.6.8 Os prazos de atendimento a chamados deverão respeitar estritamente a temporalidade exigida nos Acordos de Nível de Serviço (SLA), considerando o caráter emergencial das demandas de TIC.

6.6.9 É terminantemente vedado pausar o andamento ou suspender o SLA de chamados sob a justificativa de ação interna da CONTRATADA

6.6.10 O pendenciamento com suspensão do SLA só será permitido em casos de estrita dependência de fator externo (dependência técnica do usuário, fabricantes), desde que devidamente registrado na ITSM.

## **6.7 Comunicação Oficial**

6.7.1 O canal de comunicação entre o CONTRATANTE e CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual através da figura do preposto.

6.7.2 Deverão ser mantidas reuniões periódicas dos fiscais técnicos do contrato com os líderes responsáveis, o preposto e qualquer outro colaborador necessário da CONTRATADA para que se discuta o andamento da prestação de serviço.

6.7.3 A preposto e líderes deverão responder o mais breve possível as requisições de comunicação realizadas pela CONTRATANTE para assuntos técnicos.

6.7.4 Todas as comunicações relacionadas à execução contratual devem ser realizadas exclusivamente por meio das ferramentas de comunicação institucionais da CONTRATANTE (atualmente Microsoft Teams e correio eletrônico corporativo), utilizando-se as credenciais de rede (@ancine.gov.br) a serem fornecidas pela CONTRATANTE a cada colaborador alocado. Fica expressamente vedada a utilização de comunicadores externos não homologados para tratativas oficiais do contrato com os usuários e com a fiscalização. A tabela 1 apresenta os meios de comunicação utilizados.

Tabela 1 - Meios de Comunicação

Meio	Função	Emissor	Destinatário	Periodicidade
Ofício	Informações Diversas	Contratante / Contratada		Sempre que necessário
E-mail/Teams		Contratante / Contratada		
Ordem de Serviço	Autorização para prestação dos serviços	Contratante	Contratada	Mensal / Sempre que necessário
Relatório Geral	Atestar as condições em que os serviços foram prestados	Contratada	Contratante	Mensal
Termo de Recebimento Provisório	Recebimento provisório dos serviços	Contratante	Contratada	
Termo de Recebimento Definitivo	Recebimento definitivo para pagamento	Contratante	Contratada	
Ata de Reunião	Informações diversas	Contratante /Contratada		Sempre que necessário

6.8 Transferência de Conhecimento

- 6.8.1 Durante toda a execução contratual deverá ser realizada a transferência de conhecimento para a equipe da CONTRATANTE.
- 6.8.2 A transferência de conhecimento deverá conter todos os elementos suficientes a contemplar a necessidade de transferir à equipe da CONTRATANTE, todo o conhecimento e condições para dar continuidade aos serviços em caso de rescisão ou interrupção contratual.
- 6.8.3 A CONTRATADA deverá registrar detalhadamente as soluções utilizadas na Base de Conhecimento do ITSM da CONTRATANTE.
- 6.8.4 Toda a documentação, manuais, procedimentos e soluções técnicas registradas na Base de Conhecimento são de propriedade intelectual exclusiva da CONTRATANTE, sendo vedada sua reprodução externa ou retenção pelacontratada após o término do contrato.
- 6.8.5 Os procedimentos de transição e transferência de conhecimento deverão contemplar obrigatoriamente a devolução física de crachás e a revogação imediata e atestada de todos os perfis e credenciais de acesso lógico aos sistemas institucionais da CONTRATANTE no encerramento da vigência.

6.9 Regime de Execução

- 6.9.1 O regime de execução ocorrerá por execução indireta através de empreitada por preço global.

6.10 Preposto

- 6.10.1 A CONTRATADA deverá indicar prepostos titular e suplente, que serão responsáveis por acompanhar a execução do CONTRATO e atuar como interlocutores administrativos junto à CONTRATANTE incumbidos de receberem, diligenciarem, encaminharem e responderem às questões legais e administrativas referentes à execução contratual.

6.10.2 O preposto não deve ser contabilizado como perfil profissional para efeito do dimensionamento de funções administrativas, comerciais, estratégicas ou negociais das empresas.

6.10.3 O preposto não poderá acumular função técnica no contrato e deverá estar acessível à fiscalização durante o horário de cobertura dos serviços.

## **6.11 Subcontratação**

6.11.1 De forma a possibilitar a completa prestação dos serviços de operação de infraestrutura e de segurança da informação da CONTRATANTE, será permitida a subcontratação de monitoramento de ambiente de TIC.

6.11.2 Em qualquer hipótese de uso de serviços de terceiros, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades das demais empresas, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.11.3 A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito e somente após a aprovação da Administração os serviços a serem realizados pela SUBCONTRATADA poderão ser iniciados.

6.11.4 As solicitações para subcontratações deverão ser submetidas previamente à CONTRATANTE. Tal solicitação deverá discriminar o nome da empresa ou profissional, endereço, CNPJ ou CPF e os serviços que serão a elas subcontratados.

6.11.5 As empresas SUBCONTRATADAS deverão comprovar regularidade jurídica, fiscal e trabalhista previstas no Edital.

6.11.6 A Subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e contratuais.

6.11.7 Os serviços especializados a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA de modo a proporcionar o atendimento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob sua responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

6.11.8 Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam os projetos e/ou as especificações, serão impugnados pela Fiscalização, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua reexecução direta ou por empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade.

6.11.9 A CONTRATADA será responsável por todos os trâmites administrativos e financeiros entre a CONTRATADA e SUBCONTRATADA.

6.11.10 O pagamento mensal à CONTRATADA será feito de forma global, não havendo qualquer distinção ou pagamento em separado para os serviços subcontratados por esta.

6.11.11 Todas as despesas diretas e indiretas da subcontratação correrão por conta da CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

6.11.12 Não haverá qualquer vinculação direta da CONTRATANTE com a SUBCONTRATADA.

6.11.13 A CONTRATADA deverá dar ciência à SUBCONTRATADA de todos os requisitos relevantes deste Termo de Referência, bem como orientar e acompanhar a execução de qualquer serviço.

6.11.14 Ficam os subcontratados sujeitos às mesmas obrigações e condições de trabalho dos demais profissionais da CONTRATADA. Em especial, quanto ao Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência de manutenção de Sigilo, fica a CONTRATADA responsável por obtê-lo e apresentá-lo para a CONTRATANTE.

6.11.15 A CONTRATADA é diretamente responsável perante a CONTRATANTE pelas ações e omissões da SUBCONTRATADA.

6.11.16 A CONTRATADA deverá manter atualizada a lista de subcontratados perante a CONTRATANTE e apresentá-la mensalmente, acompanhado do relatório de execução dos serviços, para fins de faturamento.

## **6.12 Alteração Subjetiva**

6.12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **6.13 Reajuste**

4.13.1 Os preços contratados são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data limite para a apresentação das propostas.

4.13.2 Após o interstício de um ano, os valores poderão ser reajustados mediante a aplicação da variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), mantido pelo IPEA, exclusivamente para as parcelas de serviços executadas após o cumprimento da anualidade. Na eventual impossibilidade de aplicação do ICTI, será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo oficialmente

#### **6.14 Garantia da Contratação**

4.14.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.14.2 Em caso de prorrogação contratual, a CONTRATADA deverá promover a correspondente prorrogação da garantia, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **7.1 Gestão do Contrato**

7.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.3 A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4 Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.5 A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas de forma segregada, garantindo a eficiência e o controle, mediante a designação formal e atuação independente dos seguintes atores: Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante, nos termos do art. 29 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

a) Gestor do Contrato: responsável pela coordenação e comando da equipe de fiscalização, além de zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais e atestar o recebimento definitivo.

b) Fiscal Técnico: responsável pelo acompanhamento e avaliação da qualidade técnica dos serviços, atestando o cumprimento dos SLAs e INS (recebimento provisório), e propondo a aplicação de glosas ou sanções operacionais

c) Fiscal Administrativo: responsável por verificar a manutenção das condições de habilitação e os aspectos formais, trabalhistas e previdenciários da Contratada.

d) Fiscal Setorial/Requisitante: responsável por atestar que os serviços prestados atenderam às necessidades da área demandante

### **7.2 Fiscalização do Contrato**

7.2.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.2.2 Todos os serviços e entregas serão analisados conforme os tempos de atendimento e resolução de problema, a partir de relatórios gerados pela equipe técnica da contratante e pela contratada para verificação de cumprimento ou não dos Acordos de Nível de Serviços especificados neste Termo de Referência

7.2.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.2.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.2.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.2.6 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.2.7 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.2.8 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.2.9 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.2.10 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### 7.3 Recebimento e Aceitação do Objeto

7.3.1 Os serviços serão recebidos provisória e definitivamente, em estrita observância ao art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes da IN SGD/MGI nº 94/2022:

7.3.1.1 Recebimento Provisório: será realizado pelo Fiscal Técnico e pelo Fiscal Requisitante no prazo de até 10 (dez) dias úteis da entrega dos Relatórios, mediante Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as exigências contratuais, atestando o cumprimento das métricas (SLA).

7.3.1.2 Recebimento Definitivo: será realizado pelo Gestor do Contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da emissão do termo de recebimento provisório, após a verificação da qualidade dos serviços prestados e do fiel cumprimento das obrigações formais (Fiscalização Administrativa), mediante Termo de Recebimento Definitivo.

7.3.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo

7.3.3 No prazo de até 10 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

7.3.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.5 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do 14.133, de 2021 art. 143 da Lei nº , comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.3.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 8.1 Níveis de Serviço

8.2.1 Os Níveis de Serviço são definidos em três categorias, cada uma com indicadores próprios

- Nível de Serviço de Operação de Infraestrutura e de Segurança da Informação - NSO.
- Nível de Serviço de Atendimento de Chamados - NSA.
- Nível de Serviço de Supervisão Técnica - NST.

8.1.2 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme item 8.2, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida os serviços contratados.

8.1.3 Para fins do IMR serão considerados, além dos Níveis de Serviço, os Termos de Serviço (TRS), que estão elencados na tabela 6.

8.1.4 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.1.5 O modelo de remuneração baseia-se na disponibilidade da equipe de perfis, gerando um faturamento mensal fixo, condicionado ao atendimento das metas de nível de serviço (IMR).

### 8.2 Instrumento de Medição de Resultados - IMR

#### 8.2.1 Nível de Serviço de Operação de Infraestrutura e de Segurança da Informação - NSO

8.2.1.1 O nível de serviço de operação foi estruturado de forma a não apenas mensurar o desempenho na resposta e resolução de incidentes, mas também induzir a atuação preventiva, a rápida detecção de falhas, a disponibilidade do ambiente e a redução de impactos operacionais, em alinhamento com o modelo de prestação de serviços orientado à estabilidade e à continuidade dos ambientes de TIC.

Tabela 2 - Indicadores de Nível de Serviço de Operação

Indicadores de Nível de Serviço de Operação - INO			
Sigla	Indicador	Definição	Meta Mínima
INO1	Disponibilidade de Sistemas e Recursos Críticos (Ambiente de Produção)	Disponibilidade de serviços e recursos classificados como críticos (ambiente de produção)  Nota: considera-se disponibilidade a razão entre o tempo em que o serviço permaneceu operacional (uptime) e o tempo total considerado, multiplicada por 100.  Nota: será considerada a disponibilidade de cada sistema/serviço individualmente.	≥ 99,8%
INO2	Disponibilidade de Sistemas e Recursos Não Críticos (Ambientes de desenvolvimento, testes e qualidade)	Disponibilidade de serviços e recursos classificados como não críticos (ambientes de desenvolvimento, testes e qualidade)  Nota: considera-se disponibilidade a razão entre o tempo em que o serviço permaneceu operacional (uptime) e o tempo total considerado, multiplicada por 100  Nota: será considerada a disponibilidade de cada sistema/serviço individualmente.	≥ 98%
			≤ 10 minutos (em horário do expediente)

INO3	Tempo de Detecção de Incidente para Sistemas e Recursos Críticos (Ambiente de Produção)	Tempo entre a ocorrência do incidente e sua identificação e registro pela CONTRATADA..	≤ 15 minutos (fora do horário do expediente, finais de semana e feriados nacionais)
INO4	Tempo de Início de Atendimento de Incidentes para Sistemas e Recursos Críticos (Ambiente de Produção)	Tempo entre o registro do incidente e o início do atendimento técnico pela equipe da CONTRATADA	≤ 15 minutos (em horário do expediente) ≤ 20 minutos (fora do horário do expediente, finais de semana e feriados nacionais)
INO5	Tempo de Correção de Vulnerabilidades de Segurança para Sistemas e Recursos Críticos (Ambiente de Produção)	Tempo para aplicação de correção para novas vulnerabilidades de segurança identificadas no ambiente (classificadas com críticas no <i>Common Vulnerabilities and Exposures</i> - CVE e com exploração conhecida)	≤ 5 dias corridos

### 8.2.2 - Nível de Serviço de Atendimentos - NSA

8.2.2.1 O Nível de Serviço de Atendimento mede a qualidade do atendimento aos chamados, tanto relacionados à incidentes, quanto de requisições efetuadas pela CONTRATANTE, atendidos pela equipe de infraestrutura e de segurança da informação da CONTRATADA e registrados na ferramenta de ITSM da CONTRATANTE.

8.2.2.2 A avaliação da qualidade técnica e o cálculo dos prazos desta categoria balizam-se na organização das solicitações em níveis de Impacto e Urgência.

#### 8.2.2.2.1 Critério de Impacto

- **Emergencial:** Incidente que cause impacto negativo generalizado e prejudique a imagem institucional da CONTRATANTE; indisponibilidade ou mau funcionamento generalizado de sistemas ou recursos críticos/sensíveis; ou incidente cujo não atendimento comprometa os serviços de TI prestados ao público externo.
- **Alto:** Incidentes que impeçam ou inviabilizem os trabalhos de uma área ou unidade da organização; ou indisponibilidade /mau funcionamento generalizado em serviços ou recursos essenciais.
- **Médio:** A falha afeta o trabalho diário de um ou mais usuários; o equipamento ou serviço de uso coletivo opera de modo normal, mas com falhas ou lentidão em funções secundárias; ou requisição cujo não atendimento imediato não impede o trabalho principal do usuário.
- **Baixo:** O equipamento/serviço apresenta falha, mas a necessidade do usuário não permite intervenção imediata ou paralisação; o serviço afetado opera em modo de contingência; ou a requisição pode ser atendida posteriormente sem prejuízo às atividades do usuário

#### 8.2.2.2.2 Critérios de Urgência

- **Emergencial:** O equipamento ou serviço precisa ser restabelecido imediatamente; o dano/impactocausado pela falha aumenta significativamente com o tempo; o sistema ou recurso é crítico ou sensíveis.
- **Alta:** O equipamento ou serviço precisa ser restabelecido o mais rápido possível; aplica-se a serviços de grande importância; ou o sistema/recurso é essencial.
- **Média:** O equipamento ou serviço deve ser restabelecido assim que possível.
- **Baixa:** A necessidade do cliente não permite intervenção imediata; ou o serviço pode ser agendado para uma data específica no futuro.

#### 8.2.2.2.3 Matriz de Prioridades

Tabela 3 - Matrix de Prioridades e Prazo Máximo de Solução

Prioridade	Impacto x Urgência	Prazo Máximo de Solução (incidentes e requisições)
------------	--------------------	--

Prioridade 1 (Crítica)	Emergencial / Emergencial	Solução definitiva ou solução de contorno aceitável em até 1h
Prioridade 2 (Alta)	Alto / Alta	Solução definitiva ou solução de contorno aceitável em até 2h (horas corridas)
Prioridade 3 (Média)	Médio / Média	Solução definitiva ou solução de contorno aceitável até 4h (horas úteis)
Prioridade 4 (Baixa)	Baixo / Média	Solução definitiva em até 8h (horas úteis)
Prioridade 5 (Muito Baixa)	Baixo / Baixa	Solução definitiva em até 16h (horas úteis)

(Nota: Os cruzamentos exatos para fins sistêmicos poderão ser ajustados e refinados na ferramenta de ITSM durante o período de adaptação operacional, conforme deliberação exclusiva da equipe de fiscalização da CONTRATANTE)

Tabela 4 - Indicadores de Níveis Serviço de Atendimento

Indicadores de Níveis Serviço de Atendimento - INA			
Sigla	Indicador	Definição	Meta Mínima
INA1	Índice de Tempo Máximo para Solução de Incidentes	Afere a quantidade de incidentes que foram solucionados dentro dos prazos máximos estabelecidos na Matriz de Prioridades.	90%
INA2	Índice de Tempo Máximo para Solução de Requisições	Afere a quantidade de requisições que foram atendidas dentro dos prazos máximos estabelecidos na Matriz de Prioridades.	90%
INA3	Índice de Eficácia na Resolução (não reabertura)	Avalia o percentual de incidentes e requisições encerrados que não demandaram reabertura por falha na solução ou reincidência do problema original dentro de um prazo de 7 (sete) dias corridos após o fechamento.	90%

### 8.2.3 Nível de Serviço de Supervisão Técnica - NST

8.2.3.1 Para os perfis de liderança técnica, foram definidos níveis de serviço específicos voltados à coordenação da operação, reforçando o papel estratégico desses profissionais na garantia da qualidade dos serviços.

Tabela 5 - Indicadores de Níveis Serviço de Supervisão Técnica

Indicadores de Níveis Serviço de Supervisão Técnica - INT			
Sigla	Indicador	Definição	Meta Mínima
INT1	Tempo de Acionamento do Líder	Tempo entre o registro de um incidente crítico e o início da atuação do líder técnico na coordenação das ações de mitigação (Ambiente de Produção)	<p>≤ 15 minutos (em horário do expediente)</p> <p>≤ 20 minutos (fora do horário do expediente, finais de semana e feriados nacionais)</p>



INT2	Tempo de Resposta do Líder	Tempo de resposta do líder após qualquer acionamento da fiscalização técnica via canais oficiais (Teams ou e-mail corporativo)	≤ 20 minutos (em horário do expediente)
INT3	Entrega de relatório de RCA (Análise de Causa Raiz)	Tempo para análise de causa raiz de incidentes e entrega de relatório técnico à CONTRATANTE	até 2 dias úteis (incidentes críticos) até 5 dias úteis (demais incidentes)
INT4	Tempo de entrega de relatórios técnicos	Tempo de entrega de relatórios técnicos solicitados pela CONTRATANTE	até 7 dias após a solicitação pela CONTRATANTE

#### 8.2.4 -Termos de Serviço - TRS

8.2.4.1 Além dos indicadores, serão considerados aplicadas glosas em função das pontuações diretamente atribuídas ao descumprimento dos Termos de Serviço determinados, conforme tabela 6, sendo as ocorrências apuradas no interstício de um mês.

8.2.4.2 As glosas relativas ao Termo de Serviço serão aplicadas sem prejuízo de outras sanções administrativas por descumprimento de obrigações contratuais e estão incluídas no limite máximo de 30% do pagamento mensal à CONTRATADA.

Tabela 6 - Termos de Serviço - TRS

Sigla	Termo de Serviço	Referência	Pontuação
TRS1	Permitir a presença de profissional sem crachá nos locais onde há prestação de serviço para o CONTRATANTE, após reincidência formalmente notificada.	Por ocorrência	5 pontos
TRS2	Suspender ou interromper, sem anuência da CONTRATANTE, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, qualquer serviços solicitado.	Por ocorrência	10 pontos
TRS3	Finalizar a requisição de serviço ou incidente sem a anuência do solicitante ou sem que o mesmo tenha sido solucionado, ou deixar de realizar os testes para aferir a efetiva resolução.	Por ocorrência	10 pontos
TRS4	Descaracterizar ou manipular indicadores/metadados de níveis de serviço por quaisquer subterfúgios.	Por ocorrência	50 pontos
TRS5	Alocar profissional sem capacidade técnica necessária ao pleno atendimento do objeto contratado ou sem atender às qualificações exigidas no contrato, ainda que em casos de substituição temporária.	Por ocorrência	20 pontos
TRS6	Causar qualquer indisponibilidade dos serviços do CONTRATANTE por motivo de imperícia na execução das atividades contratuais.	Por ocorrência	50 pontos
TRS7	Causar qualquer dano aos equipamentos da CONTRATANTE por motivo de imperícia na execução das atividades contratuais.	Por ocorrência	50 pontos
TRS8	Recusar-se a executar serviço relacionado ao objeto do contrato, determinado pela fiscalização, por serviço.	Por ocorrência	10 pontos

TRS9	Deixar de zelar pela organização e conservação do ambiente de TIC da CONTRATANTE.	Por ocorrência	10 pontos
TRS10	Utilizar indevidamente os recursos de TI (acessos indevidos, utilização para fins particulares, etc.), salvo em situação excepcional e devidamente autorizado pela CONTRATANTE.	Por ocorrência	10 pontos
TRS11	Incluir, excluir ou alterar regras dos dispositivos de segurança sem autorização da unidade responsável, ou contrariando as políticas de segurança da CONTRATANTE	Por ocorrência	40 pontos
TRS12	Deixar de comunicar a CONTRATANTE da substituição de profissionais responsáveis pela execução das atividades de suporte à infraestrutura.	Por ocorrência	40 pontos
TRS13	Deixar de cumprir ou de implantar as Políticas de Segurança e de Continuidade de Negócios de TIC da CONTRATANTE	Por ocorrência	10 pontos
TRS14	Permitir que violações de segurança afetem ou causem indisponibilidade dos sistemas da CONTRATANTE, devido a negligência comprovada da CONTRATADA na proteção do ambiente de TIC.	Por ocorrência	40 pontos
TRS15	Deixar de documentar os incidentes e de manter completa e atualizada a Base de Dados de Configuração, inclusive no que diz respeito aos diagramas e desenhos.	Por ocorrência	5 pontos
TRS16	Deixar de produzir ou de manter atualizadas a Base de Dados de Conhecimentos.	Por ocorrência	5 pontos
TRS17	Deixar de notificar incidentes repetitivos, quer tenham sido conhecidos através do monitoramento ou por notificações de usuários, para a área de Coordenação de Infraestrutura e Suporte ao Usuário.	Por ocorrência	10 pontos
TRS18	Deixar de analisar a viabilidade e o impacto da instalação de novas soluções e correções.	Por ocorrência	5 pontos
TRS19	Deixar de aplicar as políticas de controle de acesso e de gestão da identidade de usuários de TIC.	Por ocorrência	5 pontos
TRS20	Deixar de operar e monitorar proativamente o ambiente de TIC e de atuar tempestivamente no caso de incidentes graves.	Por ocorrência	20 pontos
TRS21	Deixar de realizar análises periódicas de vulnerabilidades e potenciais falhas de segurança no ambiente de TIC da CONTRATANTE.	Por ocorrência	10 pontos
TRS22	Deixar de realizar a avaliação de impacto, criação de cronograma, monitoramento e controle do processo de mudança, ou realizá-los de forma deficiente ou incompleta, quando se tratar de Requisições Planejadas.	Por ocorrência	10 pontos
TRS23	Deixar de executar as Requisições Planejadas no tempo definido pela CONTRATANTE.	Por ocorrência	10 pontos

TRS24	Deixar de comunicar a realização de Requisições Planejadas que poderão gerar indisponibilidade em sistemas ou serviços.	Por ocorrência	10 pontos
TRS25	Atrasar a entrega, sem justificativa, de projetos de melhoria do ambiente acordados com a CONTRATANTE.	Por ocorrência	10 pontos
TRS26	Deixar de participar de reunião solicitada e previamente agendada com a equipe de fiscalização da CONTRATANTE.	Por ocorrência	5 pontos
TRS27	Deixar de retirar profissional que se conduza de modo inconveniente, que não respeite as normas da CONTRATANTE ou que não atenda às necessidades funcionais, em no máximo 24 horas após a notificação formal	Por ocorrência	10 pontos por dia incompleto que exceder as 24 horas
TRS28	Deixar de documentar todas as ocorrências (incidentes, requisições, mudanças, problemas, indisponibilidades) na Ferramenta de Requisição de Serviço e Gerenciamento de TI.	Por ocorrência	10 pontos
TRS29	Interromper unilateralmente a prestação de serviços sem que haja evento de força maior que o justifique	Por dia de interrupção	100 pontos
TRS30	Perder dados ou informações corporativas por erros na operação devidamente comprovados.	Por ocorrência	100 pontos
TRS31	Deixar de criar alertas ou gatilhos para sistemas ou serviços na ferramenta de monitoramento, após requisição formal da CONTRATANTE	Por ocorrência	15 pontos
TRS32	Deixar de zelar pela segurança das instalações do CONTRATANTE, incluindo o ambiente de datacenter, fornecendo crachá ou credenciais de acesso a pessoas não autorizadas, ou ainda não verificando o correto fechamento das portas das áreas restritas.	Por ocorrência	50 pontos
TRS33	Realizar cancelamento de chamado na ferramenta de ITSM sem justificativa aceitável pela CONTRATANTE.	Por ocorrência	5 pontos
TRS34	Deixar de atualizar um chamado de solicitação de serviço com informações claras sobre o que está sendo executado (exceto em chamados com status pendente)	Por chamado	5 pontos
TRS35	Manter perfil profissional, listado no Termo de Referência, sem colaborador alocado por mais de vinte dias.	No 1º dia após o vigésimo e a cada 10 dias subsequentes	50 pontos
TRS36	Deixar de cumprir qualquer outra obrigação estabelecida no Edital e não prevista nesta tabela, de forma reincidente, após formalmente notificada pelo CONTRATANTE	Por ocorrência	10 pontos

### 8.3 Critérios de Aferição

8.3.1 Métodos de aferição dos indicadores são elencados na tabela 7.

Tabela 7 - Aferição

--

Critérios de Aferição	
Elemento	Descrição
Fonte principal	Ferramenta de ITSM e de monitoramento da CONTRATANTE
Comunicação oficial	Microsoft Teams ou ferramenta definida
Evidências	Logs, registros e relatórios mensais
Auditoria de verificação	Instrumento de validação

#### 8.4 Critérios para Ajuste do Pagamento

8.4.1 Os ajustes nos pagamentos serão realizados considerando o disposto na tabela 8, que estabelece valores de pontuação para os desvios em relação aos parâmetros de serviço mínimos definidos.

8.4.2 A cada 5 (cinco) pontos (inteiros) acumulados será descontado 0,5 % do montante mensal a ser pago à CONTRATADA pelos serviços prestados.

8.4.3 O limite máximo para as glosas é de 30% do valor mensal a ser pago à CONTRATADA.

Tabela 8 - Pontuação

INDICADOR DE NÍVEL DE SERVIÇO	PONTUAÇÃO
INO1	10 pontos a cada 0,1% fora da meta
INO2	5 pontos a cada 0,1% fora da meta
INO3	10 pontos por ocorrência
INO4	20 pontos por ocorrência
INO5	10 pontos por ocorrência
INA1	5 pontos a cada 1% abaixo da meta para cada nível de prioridade.
INA2	5 pontos a cada 1% abaixo da meta para cada nível de prioridade.
INA3	5 pontos a cada 1% abaixo da meta
INT1	10 pontos por ocorrência
INT2	10 pontos por ocorrência
INT3	5 pontos por ocorrência
INT4	5 pontos por ocorrência

8.4.4 O total de pontos é o somatório de todos os pontos acumulados na medição dos Indicadores de Serviços de Operação de infraestrutura e de Segurança da Informação, de Serviço de Atendimento de Chamados, de Serviço de Supervisão Técnica e dos Termos de Serviço.

8.4.5 A aplicação das glosas constantes deste item não impede que a contratada venha a sofrer sanção com base nas condutas tipificadas no item 9 (Sansões Administrativas) deste Termo de Referência.

8.4.6 Durante o Período de Adaptação Operacional (90 dias), para efeito de reajuste nos pagamentos (glosas), será considerada a metade dos pontos acumulados no mês, relativo aos níveis de Serviço de Operação (NSO), de Atendimento (NSA) e de Supervisão Técnica (NST).

8.4.7 A regularidade do faturamento mensal está condicionada à apresentação, pela CONTRATADA, junto com a Nota Fiscal, os seguintes relatórios:

a) Relatório Consolidado de Atendimentos: documento sumarizando a volumetria de chamados e a prestação geral do serviço no período.

b) Relatório de Indicadores de Nivel de Serviço: Relatórios individuais comprovando o alcance de cada métrica operacional dos níveis de serviço de Operação (NSO), de Atendimento (NSA) e de Supervisão Técnica (NST).

## 8.6 Liquidação da Despesa

8.6.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.6.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.6.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

8.6.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021

## 8.7 Pagamento

8.7.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.7.1.1 O pagamento está estritamente condicionado à comprovação da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação (regularidade fiscal e trabalhista via SICAF).

8.7.1.2 Havendo erro na emissão da Nota Fiscal ou dos documentos de cobrança pertinentes, o prazo de pagamento ficará suspenso, sendo retomado somente após a devida regularização por parte da CONTRATADA.

8.7.2 Os serviços serão pagos mensalmente, mediante apuração dos indicadores estipulados nos Acordos de Níveis de Serviço.

8.7.3 Em estrita observância à Súmula nº 269 do TCU e às diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, é expressamente vedada a remuneração com base exclusiva na quantidade de horas trabalhadas ou pela mera alocação de postos de trabalho. O pagamento fixo mensal será atrelado à efetiva entrega de resultados, deduzidas as glosas proporcionais ao não atingimento das metas do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.7.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7.5 Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.7.6 Para cada Ordem de Serviço validada, a equipe de fiscalização do contrato realizará a análise dos serviços executados em cada item de serviço e atendimento aos Níveis de Serviços, de forma a verificar possíveis aplicações de glosas e demais sanções previstas neste Termo de Referência, para que seja autorizada a emissão da Nota Fiscal/Fatura.

8.7.7 A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, por meio eletrônico, os relatórios dos Indicadores de Nivel de Serviço, comprovando o alcance das métricas dos níveis de serviço acordados.

8.7.8 A seu critério, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA o complemento ou a comprovação das informações e dados apresentados nos relatórios.

8.7.9 A recusa ou a morosidade da CONTRATADA em cooperar com a comprovação de fidelidade dos dados dos relatórios, caracterizadas pela ausência de respostas ou não apresentação dos documentos solicitados em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de solicitação, implicarão em sanções e penalidades aplicáveis.

## 9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

### 9.1 Infrações e Sanções Administrativas

9.1.1 Comete infração, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

9.1.2 Serão aplicadas à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções (art. 156 da Lei nº 14.133 /2021):

- I - Advertência, para faltas leves que não acarretem prejuízos significativos;
- II - Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado, até o limite de 10%;
- III - Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial grave;
- IV - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Nota: A aplicação de sanções de natureza pecuniária (multas) não se confunde e não prejudica o descontoremuneratório (glosa) oriundo da aferição mensal do Instrumento de Medição de Resultado (IMR/TRS)

9.1.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

9.1.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

9.1.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.6 Na aplicação sanções serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para o Contratante;
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis.

9.1.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos da referida Lei.

9.1.8 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com neste abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso,

todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.1.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **10.1 Proposta de Preço**

10.1.1 A proposta da licitante deverá conter a especificação clara e completa da prestação de serviços, obedecida a mesma ordem constante deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços, ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.1.2 Entende-se por especificação clara e completa da prestação de serviços, o detalhamento do objeto, os quantitativos dos serviços a serem executados e demais condições gerais de prestação dos serviços que deverão constar da proposta da licitante.

10.1.3 Não serão aceitas propostas contendo cópia das exigências deste Termo de Referência no lugar da especificação clara e inequívoca dos serviços a serem executados.

10.1.4 A licitante vencedora deverá apresentar planilha de preços, discriminando os valores total e unitário dos serviços contratados.

10.1.5 A proposta da licitante deverá estar integralmente preenchida, discriminando os valores unitários e totais dos serviços objeto deste Termo de Referência, em conformidade com o modelo constante deste Termo de Referência.

10.1.6 A proposta deverá conter declaração da licitante de que se encontra apta a prestar todos os serviços pertinentes ao ofertado e às regras de negócio envolvidas.

### **10.2 Forma e Critério de Seleção**

10.2.1 A seleção ocorrerá mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob a forma de prestação de serviços contínuos, utilizando-se o critério de julgamento de Menor Preço Global.

10.2.2 A adoção da modalidade Pregão e a não adoção do critério de julgamento por Técnica e Preço justificam-se por se tratar de contratação de serviço comum de TIC, cuja natureza é padronizável e cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), alinhando-se ao art. 25, parágrafo único, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e ao art. 36 da Lei nº 14.133/2021.

### **10.3 Exigências da Fase de Habilitação e Qualificação Técnica**

10.3.1 Por razão da criticidade da infraestrutura de TIC da CONTRATANTE, que sustenta a execução de políticas públicas e a prestação de serviços à sociedade, faz-se necessária a devida qualificação técnica, de modo que a licitante deverá:

- Apresentar declaração que cumpre adequadamente a Lei Geral de Proteção de Dados, além de garantir que os colaboradores sejam capacitados para esta lei.
- Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, e que comprove aptidão para execução do objeto da contratação, contendo as seguintes informações:
- Identificação do órgão ou empresa emitente com nome ou razão social, CNPJ, endereço completo, nome da pessoa responsável e função no órgão ou empresa, e telefone para contato;
- Indicação do CONTRATANTE de que foram atendidos os requisitos de qualidade e prazos requeridos (descrição, duração e avaliação dos resultados);
- Descrição das principais características dos serviços, comprovando que a CONTRATADA executa ou executou o objeto da contratação, considerando:
  - Serviços de gerenciamento, sustentação e monitoramento de infraestrutura em NOC (Network Operation Center), com regime de atendimento ininterrupto, com pelo menos 80 (oitenta) servidores de rede, 15 (quinze) ativos de rede (switch /router), links WAN e MPLS, rede sem fio (Wi-Fi) com, no mínimo, 1 (uma) controladora e 30 (trinta) access points (AP).
  - Serviços de instalação, configuração, gerenciamento e sustentação de serviços Microsoft, Active Directory, DHCP e DNS em ambiente de, no mínimo, 400 (quatrocentos) computadores tipo desktops.
  - Serviços de administração, configuração e manutenção de servidores de aplicação baseados no sistema operacional Linux, em ambiente de, no mínimo, 50 (cinquenta) servidores.

- Serviço de instalação, configuração, administração e manutenção de servidores de aplicação Web, utilizando as ferramentas de aplicação JBoss, Apache, Tomcat e IIS.
- Serviço de administração de ambiente de hiperconvergência (Nutanix ou tecnologia de mesma complexidade e natureza)
- Serviço de administração de ambiente em nuvem (Azure, AWS, Google ou similar de mesma complexidade e natureza)
- Serviço de administração de plataforma de produtividade em nuvem (Microsoft 365 ou similar, de mesma complexidade e natureza) para, no mínimo, 300 (trezentos) usuários.
- Serviço de administração e configuração em SGBD (Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados) Oracle, MySQL e Microsoft SQL Server;
- Serviço de administração de solução de backup e restore;
- Serviços em ambiente de TIC com a utilização de containers e orquestradores de containers (Kubernetes, Openshift ou equivalentes) com a finalidade de integração entre as equipes de desenvolvimento de softwares, operações e de apoio envolvidas, além da adoção de processos automatizados para gestão de aplicações com base em rotinas de entrega contínua.
- Serviços de administração de equipamento de armazenamento tipo storage com capacidade mínima de 400 (quatrocentos) TBytes.
- Experiência na execução de serviços de gerenciamento e orquestração de servidores virtualizados utilizando as ferramentas VMware Vsphere;
- Experiência na execução de monitoramento de serviços de rede usando a ferramenta Zabbix, ou similar.
- Serviço de administração, configuração e manutenção de solução de antivírus (EDR ou XDR), em um mesmo contrato, para, no mínimo, 400 (quatrocentos) computadores tipo desktops.
- Serviços de administração de, no mínimo, dois equipamentos físicos de Segurança de Perímetro (Firewall), em alta disponibilidade, com, no mínimo, as funcionalidades de IDS/IPS, DLP e Filtro de Conteúdo Web, em um mesmo contrato;
- Serviço de detecção e análise de vulnerabilidades de segurança de TIC.
- Data de emissão do atestado ou da certidão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce junto ao órgão ou empresa emitente).

## 10.4 Habilitação jurídica

10.4.1 Pessoa física : não permitido.

10.4.2 Empresário individual : inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.4.3 Microempreendedor Individual (MEI): Não permitido. A natureza do objeto exige o dimensionamento de equipe e possui estimativa de custo anual incompatíveis com os limites legais de faturamento e contratação de pessoal fixados para o MEI pela Lei Complementar nº 123/2006.

10.4.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.4.5 Sociedade empresária estrangeira : portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020 Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme .

10.4.6 Sociedade simples : inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.4.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária : inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.4.8 Sociedade cooperativa : não permitido devido à complexidade técnica dos serviços de segurança da informação e operação de infraestrutura, que exigem a prestação de serviços com regime de subordinação e coordenação técnica incompatíveis com a natureza do regime cooperativista (Lei nº 14.133/2021, Art. 16, inciso II)

10.4.9 Consórcio: não permitido, de modo a evitar a responsabilização difusa e garantir a sinergia indispensável ao cumprimento das metas de disponibilidade e de segurança da informação.

## 10.5 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

10.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.5.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pelo Secretário da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



10.5.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.5.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

10.5.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.5.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## 10.6 Qualificação Econômico-Financeira

10.6.1 De modo a garantir que a CONTRATADA possua solidez para sustentar a operação durante toda a vigência do contrato, prevenindo a descontinuidade dos serviços por insolvência, faz-se necessário a apresentação de:

10.6.1.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

10.6.1.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor. 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.6.2 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.6.3 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.6.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura

10.6.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## 11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 Em observância à Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, a estimativa do valor desta contratação prescinde da pesquisa mercadológica tradicional com fornecedores. A composição de custos obedece ao modelo matemático estabelecido pela Secretaria de Governo Digital (SGD), balizado pelo "Mapa de Pesquisa Salarial" vigente e pela aplicação do respectivo "Fator-K" para cada perfil exigido.

11.2. Fundamentação do Fator-K: O Fator-K, detalhado na Nota Técnica SEI nº 31169/2025/MGI, é um índice multiplicador padronizado que traduz o salário de mercado do profissional no seu Custo Total de Disponibilidade para a Administração. A aplicação do Fator-K sobre o salário-base já engloba todos os encargos trabalhistas, provisões sociais, benefícios, custos indiretos de gestão da empresa, despesas operacionais, tributos e margem de lucro, ajustados especificamente para um regime sob demanda (sem dedicação exclusiva).

11.3. A composição do custo mensal estimado para esta contratação totaliza R\$ 210.858,78, resultante da equação (Salário Base SGD x Fator-K), conforme tabela 9.

11.4 Todos os itens da tabela 9 são considerados pertencentes a um grupo único.

11.5 Considerando a vigência inicial projetada de 24 (meses), o valor global estimado da contratação perfaz o montante de **R\$ 5.060.610,72** (cinco milhões, sessenta mil, seiscentos e dez reais e setenta e dois centavos).

(Nota: Os valores de referência limitam o preço máximo aceitável na licitação, sendo o custo efetivo definido pelo deságio obtido durante a sessão pública do Pregão Eletrônico).

Tabela 9 - Estimativa do Valor Mensal do Serviço

Planilha Simplificada para Estimativa do Valor Mensal do Serviço						
Item	Perfil	Quantidade	Salário de Referência	Fator-K	Custo unitário mensal	Custo total mensal
1	Gerente de infraestrutura de tecnologia da informação	1	R\$ 17.617,04	1,94	R\$ 34.177,06	R\$ 34.177,06
2	Analista de suporte computacional Sênior (monitoramento)	0,4	R\$ 6.916,26	2,03	R\$ 14.040,00	R\$ 5.616,00
3	Analista de suporte computacional Pleno (hiperconvergência e backup)	0,5	R\$ 5.367,73	2,12	R\$ 11.379,59	R\$ 5.689,79
4	Analista de suporte computacional Sênior (hiperconvergência e backup)	0,25	R\$ 6.916,26	2,03	R\$ 14.040,00	R\$ 3.510,00
5	Administrador de sistemas operacionais Pleno (Devops)	1,25	R\$ 6.740,40	2,06	R\$ 13.885,23	R\$ 17.356,53
6	Administrador de sistemas operacionais Sênior (Devops)	0,6	R\$ 9.541,09	1,99	R\$ 18.986,77	R\$ 11.392,06
7	Analista de redes e de comunicação de dados Júnior	0,4	R\$ 4.598,22	2,15	R\$ 9.886,18	R\$ 3.954,47
8	Analista de redes e de comunicação de dados Sênior	0,1	R\$ 10.089,68	1,98	R\$ 19.977,56	R\$ 1.997,76
9	Gerente de segurança da informação	0,5	R\$ 21.590,25	1,93	R\$ 41.669,18	R\$ 20.834,59
10	Administrador em segurança da informação - Pleno	0,6	R\$ 8.452,41	1,99	R\$ 16.820,30	R\$ 10.092,18

11	Administrador em segurança da informação - Sênior	0,5	R\$ 12.381,42	1,95	R\$ 24.143,77	R\$ 12.071,89
12	Administrador de sistemas operacionais Júnior (sistemas operacionais, serviços corporativos e serviços em nuvem)	2,25	R\$ 4.698,08	2,13	R\$ 10.006,92	R\$ 22.515,57
13	Administrador de sistemas operacionais Pleno (sistemas operacionais, serviços corporativos e serviços em nuvem)	2,5	R\$ 6.740,40	2,06	R\$ 13.885,23	R\$ 34.713,06
14	Administrador de sistemas operacionais Sênior (sistemas operacionais, serviços corporativos e serviços em nuvem)	0,4	R\$ 9.541,09	1,99	R\$ 18.986,77	R\$ 7.594,71
15	Administrador de banco de dados - Pleno	0,25	R\$ 6.787,95	2,05	R\$ 13.915,30	R\$ 3.478,82
16	Administrador de banco de dados - Sênior	0,5	R\$ 10.918,27	1,98	R\$ 21.618,18	R\$ 10.809,09
17	Analista de suporte computacional Júnior (operação datacenter)	0,6	R\$ 3.267,73	2,21	R\$ 7.221,69	R\$ 4.333,01
18	Analista de suporte computacional Júnior (operação escritório Brasília)	0,1	R\$ 3.267,73	2,21	R\$ 7.221,69	R\$ 722,17
	Custo Total Mensal					<b>R\$ 210.858,78</b>

12.

## ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. O lastro orçamentário encontra-se aprovado no Planejamento de Gestão Anual (PGA) para 2026.
- 12.2. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da União, atrelados à natureza de despesa 3.3.90.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica)
- 12.3 A indicação da dotação orçamentária exata fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1 A competência fiscalizatória deste contrato recairá sobre a Coordenação de Infraestrutura e Suporte ao Usuário (CIS) da ANCINE.
- 13.2. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste Termo de Referência serão decididos pela autoridade competente da CONTRATANTE, observadas as disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

13.3. Integram este Termo de Referência e seus Anexos, para todos os fins, a Pesquisa de Preços, o Estudo Técnico Preliminar e o Documento de Formalização da Demanda.

13.4. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Integrante Técnico - Portaria SGI 83 (SEI 4011022)

**ANDRE LUIZ NERY DE SA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 12:49:19.*

Despacho: Integrante Técnico - Portaria SGI 83 (SEI 1011022)

**TIAGO PALHANO DIAS COSTA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 14:44:15.*

Despacho: Integrante Administrativo - Portaria SGI 83 SEI (1011022)

**EVANDRO PEREIRA SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 13:06:45.*

Despacho: Autoridade máxima de TIC da ANCINE - Gerente de Tecnologia da Informação

**BRUNO SCHNEIDER**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 15:30:27.*



## AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - PR

# Estudo Técnico Preliminar 23/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 01416.002362/2026-63

## 2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade institucional da Agência Nacional do Cinema – ANCINE de assegurar a continuidade, disponibilidade, segurança e eficiência da operação de sua infraestrutura tecnológica e dos serviços de segurança da informação, elementos essenciais ao funcionamento dos sistemas corporativos e à execução das atividades finalísticas e administrativas da entidade. O ambiente tecnológico da Agência apresenta crescente complexidade, com aumento da criticidade dos serviços e maior exigência de disponibilidade, segurança e desempenho, demandando evolução no modelo de prestação dos serviços de TIC.

A infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da ANCINE compreende um conjunto integrado de ativos tecnológicos, incluindo servidores, redes corporativas, bancos de dados, sistemas institucionais e mecanismos de segurança da informação, os quais suportam diretamente a prestação de serviços públicos, a gestão administrativa e a execução das políticas públicas sob responsabilidade da Agência.

Atualmente, a operação desses ambientes é realizada por meio dos Contratos nº 11/2023 (Infraestrutura de TI) e nº 12/2023 (Segurança da Informação), cuja vigência é limitada e cuja execução apresentou fragilidades relevantes, conforme evidenciado no Relatório Técnico de Fiscalização nº 10 (SEI nº 3999913) e no Documento de Formalização da Demanda – DFD .

A análise da execução contratual identificou problemas estruturais que comprometem a adequada prestação dos serviços, destacando-se:

descumprimento de Acordos de Nível de Serviço (SLA), especialmente em incidentes críticos;

taxa de sucesso inferior ao esperado em períodos críticos (aproximadamente 86%);

predominância de atuação reativa, com baixa capacidade de monitoramento e prevenção;

falhas na detecção proativa de incidentes e vulnerabilidades;

deficiência na integração entre as equipes de infraestrutura e segurança da informação;

recorrência de aplicação de glosas e sanções administrativas, sem solução estrutural dos problemas identificados.

Adicionalmente, verificou-se que o modelo atual de prestação de serviços, fortemente baseado em atendimento sob demanda (reativo), mostra-se inadequado para a natureza dos serviços de infraestrutura e, especialmente, de segurança da informação, que exigem atuação contínua, preventiva e orientada a riscos.

Essas fragilidades impactam diretamente a capacidade da Administração de garantir níveis adequados de disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações, bem como a continuidade dos serviços digitais prestados à sociedade, configurando risco relevante ao interesse público.

A criticidade da contratação é reforçada pelo fato de que eventuais falhas na operação da infraestrutura tecnológica e na administração da segurança da informação podem resultar em:

indisponibilidade de sistemas institucionais, com impacto direto na execução das atividades finalísticas;

perda, corrupção ou vazamento de dados sensíveis, com potenciais implicações legais e reputacionais, inclusive quanto ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018);

interrupção de serviços digitais disponibilizados ao público;

aumento da exposição a incidentes de segurança cibernética.

Conforme registrado no DFD, a contratação possui grau de prioridade **ALTA**, sendo indispensável à manutenção das operações institucionais da ANCINE .

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de adoção de um novo modelo de contratação que supere as limitações identificadas, incorporando práticas modernas de operação de infraestrutura e segurança da informação, com ênfase em:

- monitoramento contínuo e proativo (24x7);
- atuação preventiva e orientada a riscos;
- garantia de prontidão operacional da equipe;
- integração entre as disciplinas de infraestrutura e segurança;
- fortalecimento dos mecanismos de governança, controle e mensuração de desempenho;
- cumprimento rigoroso de níveis de serviço compatíveis com a criticidade dos ambientes tecnológicos.

Ademais, a necessidade da contratação é reforçada pela insuficiência do quadro próprio de pessoal da área de Tecnologia da Informação da ANCINE para atender, com a especialização e disponibilidade exigidas, às demandas operacionais e de segurança da informação, o que justifica a adoção de solução baseada na contratação de serviços especializados, conforme boas práticas de governança e diretrizes de terceirização na Administração Pública.

Assim, a presente contratação se mostra necessária para assegurar a continuidade e a evolução dos serviços de TIC da ANCINE, garantindo a adequada sustentação de sua infraestrutura tecnológica, a proteção de seus ativos de informação e o atendimento eficiente às demandas institucionais, em alinhamento com os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021 .

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Infraestrutura e Suporte ao Usuário • GTI/CIS	Tiago Palhano Dias Costa

### 4. Necessidades de Negócio

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício correspondente, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, e no art. 18 da Lei nº 14.133/2021 .

O Documento de Formalização da Demanda (DFD), SEI 4026523, foi elaborado nos termos do Decreto nº 10.947/2022, instrumento que fundamenta a inclusão da necessidade no PCA e consolida as demandas de contratação da Administração Pública .

A contratação dos serviços de operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação está diretamente relacionada às necessidades permanentes de sustentação dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Agência, sendo considerada essencial para a continuidade das atividades institucionais.

Adicionalmente, conforme registrado no DFD, a demanda encontra-se:

- alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC);
- compatível com os objetivos estratégicos da organização
- devidamente justificada quanto à sua relevância, oportunidade e impossibilidade de atendimento por meios próprios;
- classificada com grau de prioridade ALTA, em razão de seu impacto direto na continuidade operacional da Agência .

Ressalta-se que o adequado alinhamento da contratação ao PCA e aos instrumentos de planejamento institucional atende às boas práticas de governança recomendadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), contribuindo para a racionalização das contratações, a otimização do uso de recursos públicos e a mitigação de riscos associados à execução contratual.

Dessa forma, resta demonstrado que a presente contratação está devidamente planejada, integrada aos instrumentos de planejamento da Administração e alinhada às diretrizes estratégicas da ANCINE, atendendo aos requisitos legais e normativos aplicáveis.

### 5. Necessidades Tecnológicas

#### Requisitos Funcionais

A solução deverá contemplar, de forma integrada e contínua, a execução dos seguintes serviços:

administração e sustentação de servidores e sistemas operacionais;

administração de redes e comunicação de dados;

administração de bancos de dados;

administração de sistemas institucionais;

monitoramento contínuo da infraestrutura tecnológica;

administração da segurança da informação;

identificação, análise e tratamento de vulnerabilidades;

resposta a incidentes de segurança;

suporte técnico especializado à operação dos ambientes de TIC.

Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, com foco na manutenção da disponibilidade e na estabilidade dos ambientes tecnológicos.

### **Requisitos Técnicos**

A solução deverá:

adotar modelo de operação baseado em boas práticas de mercado (ex.: ITIL, COBIT, ISO/IEC 27001);

garantir a atuação integrada entre as disciplinas de infraestrutura e segurança da informação;

utilizar ferramentas de monitoramento, gestão de incidentes e registro de atividades compatíveis com o ambiente tecnológico da ANCINE;

assegurar a rastreabilidade das ações executadas;

prever mecanismos de automação e melhoria contínua dos serviços;

garantir compatibilidade com os padrões tecnológicos adotados pela Administração.

### **Requisitos de Desempenho (SLA)**

A contratada deverá observar, no mínimo, os seguintes níveis de serviço:

#### **Disponibilidade da infraestrutura**

servidores:  $\geq 99,5\%$

redes:  $\geq 99,5\%$

sistemas institucionais:  $\geq 99,5\%$

Atendimento de incidentes

prioridade alta: até 2 horas

prioridade média: até 4 horas

prioridade baixa: até 8 horas

Resolução de incidentes

prioridade alta: até 8 horas

prioridade média: até 24 horas

prioridade baixa: até 48 horas

Indicadores mínimos

cumprimento de SLA:  $\geq 95\%$

tempo de resposta a incidentes críticos de segurança:  $\leq 30$  minutos

taxa de correção de vulnerabilidades:  $\geq 95\%$

Além dos níveis de serviço definidos, a contratada deverá adotar práticas voltadas à redução de incidentes recorrentes, melhoria contínua dos serviços e aumento da estabilidade dos ambientes de TIC.

Esses requisitos visam superar as fragilidades identificadas no modelo atual, especialmente quanto ao descumprimento de SLA e baixa atuação proativa .

### **Requisitos de Segurança da Informação**



A solução deverá:

- implementar monitoramento contínuo de eventos de segurança (24x7);
- realizar identificação e tratamento proativo de vulnerabilidades;
- garantir resposta tempestiva a incidentes de segurança;
- assegurar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações;
- observar as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018);
- manter registros auditáveis de incidentes e ações corretivas.

#### **Requisitos de Governança e Gestão**

A contratada deverá:

- adotar modelo de prestação de serviços orientado a resultados;
- b) implementar monitoramento contínuo do desempenho dos serviços;
- c) apoiar a Administração na definição e acompanhamento de indicadores de desempenho;
- d) disponibilizar relatórios periódicos com análise de desempenho, tendências e recomendações de melhoria;
- e) atuar de forma integrada entre as equipes técnicas, evitando silos operacionais;
- f) promover a melhoria contínua dos processos e serviços;
- g) apoiar a gestão da capacidade, disponibilidade e continuidade dos serviços.

A solução deverá:

- garantir operação contínua dos serviços (24x7);
- assegurar prontidão operacional da equipe;
- prever substituição imediata de profissionais em caso de indisponibilidade;
- reduzir progressivamente a dependência de atuação reativa, mediante adoção de práticas preventivas e automação;
- assegurar capacidade de resposta a incidentes críticos em tempo adequado.

## **6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC**

A definição dos requisitos da contratação tem por finalidade estabelecer as condições necessárias e suficientes para que a solução a ser contratada atenda, de forma adequada, à necessidade pública identificada, assegurando a prestação eficiente, contínua e segura dos serviços de operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação da Agência Nacional do Cinema – ANCINE.

Os requisitos foram definidos com base no Documento de Formalização da Demanda (DFD), nas lições aprendidas da execução contratual vigente e nas diretrizes do modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, instituído pela Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023. A solução deverá ser estruturada de forma a privilegiar a atuação preventiva, a automação de rotinas operacionais e a redução da dependência de atendimento reativo baseado exclusivamente em chamados.

## **7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços**

A estimativa foi construída com base no quantitativo de aproximadamente 12,7 (doze vírgula sete) postos de trabalho equivalentes, conforme dimensionamento definido no Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 4026523), que estabelece a composição detalhada dos perfis profissionais necessários à execução da solução.

A abordagem adotada considera a volumetria efetivamente observada nesses contratos, as características operacionais do ambiente da ANCINE e as lições aprendidas decorrentes da execução contratual, especialmente no que se refere às limitações do modelo baseado predominantemente em demandas reativas por chamados.

#### **Volumetria histórica de demandas**

De acordo com o Relatório 10 Técnico de Execução Contratual (SEI nº 3999913), no período compreendido entre março de 2024 e fevereiro de 2026, foram registrados:

3.774 chamados relacionados aos serviços de infraestrutura de TI (Contrato nº 11/2023);

105 chamados relacionados aos serviços de segurança da informação (Contrato nº 12/2023)

Totalizando:

3.879 chamados no período de 24 meses.

A partir desses dados, obtêm-se os seguintes indicadores:

média mensal aproximada de 161,6 chamados;

média diária aproximada de 7,3 chamados, considerando 22 dias úteis.

### **Caracterização da demanda**

A análise qualitativa da demanda evidencia que:

os chamados de infraestrutura e segurança apresentam elevada complexidade técnica, frequentemente envolvendo múltiplas camadas tecnológicas;

há ocorrência de incidentes críticos com impacto direto na disponibilidade dos serviços institucionais;

as demandas exigem atuação especializada e coordenação entre diferentes perfis técnicos;

existe baixa representatividade de chamados no contrato de segurança da informação, evidenciando limitação do modelo reativo adotado;

parte significativa das atividades essenciais não é registrada sob a forma de chamados, especialmente aquelas relacionadas a monitoramento contínuo, prevenção e gestão de vulnerabilidades.

### **Premissas para dimensionamento**

Para fins de estimativa das quantidades, foram adotadas as seguintes premissas:

consideração da volumetria de chamados como referência mínima de demanda;

reconhecimento de que a volumetria não representa a totalidade do esforço operacional;

necessidade de operação contínua e monitoramento 24x7;

necessidade de atuação preventiva em segurança da informação;

existência de simultaneidade de incidentes;

necessidade de cumprimento rigoroso de níveis de serviço;

vedação ao subdimensionamento da equipe;

necessidade de correção das fragilidades identificadas na execução contratual vigente.

adoção de modelo operacional orientado a resultados, com atuação preventiva e uso de automação, com potencial de redução progressiva da demanda por atendimento reativo ao longo da execução contratual.

fortalecimento do papel dos perfis de liderança técnica, com atuação ativa no monitoramento de desempenho, coordenação operacional e indução de melhorias;

redução da dependência de atendimento reativo baseado exclusivamente em chamados.

### **Memória de Cálculo e Justificativa - Suporte em Infraestrutura de TI e Segurança da Informação (Nível 3)**

Para a definição da distribuição do esforço e da alocação dos perfis de Infraestrutura e Segurança da Informação (N3), adotou-se uma metodologia orientada a dados, baseada no histórico de chamados (solicitações de serviço e incidentes) registrados no sistema de ITSM da Agência no período compreendido entre março de 2024 e fevereiro de 2026.

A análise da volumetria revelou a seguinte distribuição percentual de demanda por grupo de suporte:

Sistemas Operacionais: 51%

DEVOPS: 19%

Banco de dados: 16%

Data Center: 6%

Redes: 5%

Hiperconvergência: 3%

Para garantir a eficiência alocativa dos escassos recursos financeiros, as frações de perfis e quantitativos foram distribuídas de forma proporcional a essa carga de trabalho histórica.

Assim, garante-se que as áreas com maior índice de estrangulamento operacional (ex: Sistemas Operacionais e DEVOPS) recebam a maior parte da força de trabalho viável.

Excluem-se dessa regra de proporcionalidade matemática os seguintes perfis, cujos quantitativos foram definidos de forma fixa por serem mandatórios para a estrutura de governança, monitoramento contínuo e gestão contratual, independentemente da volumetria reativa de chamados:

Gerente de Infraestrutura de Tecnologia da Informação: Perfil indispensável para o ponto focal de coordenação tática, gestão da equipe terceirizada e interlocução com a fiscalização.

Analista de Suporte Computacional Sênior (Monitoramento): Essencial para a atuação proativa, acompanhamento de dashboards, disponibilidade de links e serviços contínuos.

Administrador em Segurança da Informação Sênior: Perfil de caráter normativo e protetivo, vital para garantir a resiliência cibernética da Agência e o compliance com as normas do GSI e a LGPD.

### **Memória de Cálculo e Justificativa - Service Desk (Níveis 1 e 2)**

Para a Central de Serviços e Atendimento de Campo (Service Desk), que atua como o ponto de contato único (SPOC) dos usuários e lida com o suporte de microinformática presencial e remoto, a adoção de métricas de mercado (como a proporção ideal de tickets por atendente) resultaria em um custo impraticável para a realidade da Agência no momento.

Dessa forma, a definição dos quantitativos baseou-se no método do limiar mínimo de operação. Foram calculados os quantitativos mínimos de técnicos de suporte e liderança (perfis de N1, N2 e gestão de SD) que pudessem ser suportados pela dotação orçamentária, conforme aponta o Despacho 11 (SEI nº 4026808), garantindo a cobertura dos horários de expediente e o atendimento in loco. A justificativa técnica para esse modelo reside na necessidade imperativa de não deixar os servidores da ANCINE desassistidos, optando-se por um modelo estruturalmente enxuto que, embora possa impactar marginalmente os Acordos de Nível de Serviço (SLAs) de tempo de resposta em momentos de pico, garante a sustentabilidade financeira do contrato e a prestação do suporte essencial.

A redução do quantitativo de profissionais não implica diminuição da capacidade operacional mínima, uma vez que:

- há redistribuição das responsabilidades, com maior especialização dos perfis técnicos;
- b) os perfis de liderança passam a atuar de forma ativa na coordenação e monitoramento da operação;
- c) a adoção de práticas preventivas reduz a ocorrência de incidentes;
- d) o uso de ferramentas de monitoramento e automação diminui a necessidade de intervenção manual;
- e) o modelo passa a priorizar estabilidade operacional em detrimento de volume de atendimento.

Ressalta-se que o dimensionamento foi definido de forma a evitar tanto o subdimensionamento quanto a alocação excessiva de recursos, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **Justificativa do dimensionamento**

garantir o cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos;

assegurar atuação preventiva e monitoramento contínuo;

permitir atendimento simultâneo de múltiplos incidentes;

promover integração entre as áreas de infraestrutura e segurança;

mitigar riscos de indisponibilidade dos serviços;

superar as fragilidades identificadas no modelo atual de contratação.

necessidade de transição segura entre modelos operacionais, evitando descontinuidade dos serviços;

possibilidade de ganho de eficiência ao longo da execução contratual, com redução de incidentes e melhoria da estabilidade dos ambientes tecnológicos.

O dimensionamento da equipe foi adequado aos parâmetros estabelecidos no Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 4026523), garantindo compatibilidade com a necessidade operacional, a volumetria de demandas e a disponibilidade orçamentária (SEI nº 4026808), sem prejuízo da qualidade e continuidade dos serviços

Destaca-se que o modelo proposto busca não apenas atender à demanda atual, mas promover a evolução da maturidade operacional da área de TIC, permitindo maior eficiência na utilização dos recursos e redução progressiva da necessidade de intervenção reativa.

Definição de equipe mínima

Ressalta-se que a definição dos perfis e quantitativos mínimos foi utilizada como base para a estimativa preliminar de custos da contratação, conforme modelo estabelecido pela Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023 (SEI 4026519), conforme tabela abaixo:

Planilha Simplificada para Estimativa do Valor Mensal do Serviço						
ITEM	Categoria de Serviço				TODAS	
	Perfil	Salário de referência (A)	Fator-K	Quantidade (B)	Custo unitário mensal do Perfil (C)	Custo total mensal por Perfil (D = C x B)
1	Analista de Suporte Computacional Sênior	R\$ 6.916,26	2,03	0,4	R\$ 14.040,00	R\$ 5.616,00
2	Gerente de infraestrutura de tecnologia da informação	R\$ 17.617,04	1,94	1	R\$ 34.177,06	R\$ 34.177,06
3	Analista de suporte computacional Pleno	R\$ 5.367,73	2,12	0,5	R\$ 11.379,59	R\$ 5.689,79
4	Analista de suporte computacional Sênior	R\$ 6.916,26	2,03	0,25	R\$ 14.040,00	R\$ 3.510,00
5	Administrador de sistemas operacionais Pleno	R\$ 6.740,40	2,06	1,25	R\$ 13.885,23	R\$ 17.356,53
6	Administrador de sistemas operacionais Sênior	R\$ 9.541,09	1,99	0,6	R\$ 18.986,77	R\$ 11.392,06
7	Analista de redes e de comunicação de dados Júnior	R\$ 4.598,22	2,15	0,4	R\$ 9.886,18	R\$ 3.954,47
8	Analista de redes e de comunicação de dados Sênior	R\$ 10.089,68	1,98	0,1	R\$ 19.977,56	R\$ 1.997,76
9	Gerente de segurança da informação	R\$ 21.590,25	1,93	0,5	R\$ 41.669,18	R\$ 20.834,59
10	Administrador em segurança da informação - Pleno	R\$ 8.452,41	1,99	0,6	R\$ 16.820,30	R\$ 10.092,18
11	Administrador em segurança da informação - Sênior	R\$ 12.381,42	1,95	0,5	R\$ 24.143,77	R\$ 12.071,89
12	Administrador de sistemas operacionais Júnior	R\$ 4.698,08	2,13	2,25	R\$ 10.006,92	R\$ 22.515,57
13	Administrador de sistemas operacionais Pleno	R\$ 6.740,40	2,06	2,5	R\$ 13.885,23	R\$ 34.713,06
14	Administrador de sistemas operacionais Sênior	R\$ 9.541,09	1,99	0,4	R\$ 18.986,77	R\$ 7.594,71
15	Administrador de banco de dados - Pleno	R\$ 6.787,95	2,05	0,25	R\$ 13.915,30	R\$ 3.478,82
16	Administrador de banco de dados - Sênior	R\$ 10.918,27	1,98	0,5	R\$ 21.618,18	R\$ 10.809,09
17	Analista de suporte computacional Júnior	R\$ 3.267,73	2,21	0,7	R\$ 7.221,69	R\$ 5.055,18
		Quantitativo Total Equipe	12,7		Custo Total mensal (F)	R\$ 210.858,78

Conclusão

A análise da volumetria de chamados dos Contratos nº 11/2023 e nº 12/2023 demonstra que o número de demandas registradas não reflete adequadamente o esforço necessário para a operação da infraestrutura e da segurança da informação.

O baixo volume de chamados, especialmente no contrato de segurança da informação, evidencia a limitação do modelo baseado em atuação reativa, conforme apontado no Relatório 10 Técnico de Execução Contratual (SEI nº 3999913), que destacou a ausência de monitoramento contínuo e de abordagem preventiva como fragilidades relevantes do modelo vigente .

Dessa forma, o dimensionamento adotado fundamenta-se na necessidade de garantir capacidade operacional contínua, atuação preventiva, atendimento simultâneo de incidentes e cumprimento dos níveis de serviço, sendo compatível com a criticidade dos serviços e com as diretrizes para a nova contratação.

## 8. Levantamento de soluções

O levantamento de mercado tem por objetivo identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade da Administração, bem como subsidiar a escolha da solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas de planejamento das contratações de TIC.

No caso da contratação de serviços de operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação, foram consideradas as principais alternativas praticadas no âmbito da Administração Pública e do mercado de TIC, conforme orientações do modelo da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023 e do guia de planejamento de serviços de operação de infraestrutura .

## 9. Análise comparativa de soluções

### Análise comparativa das alternativas

Critério	Execução direta	Mão de obra (tradicional)	Por resultados	Modelo híbrido
Viabilidade	Baixa	Alta	Média	Alta
Controle da execução	Alto	Alto	Médio	Alto
Complexidade	Alta	Baixa	Alta	Média
Risco operacional	Alto	Médio	Alto	Baixo
Aderência ao cenário atual	Baixa	Alta	Média	Alta
Atendimento a SLA	Baixo	Médio	Variável	Alto
Monitoramento contínuo	Baixo	Médio	Variável	Alto

## 10. Registro de soluções consideradas inviáveis

### Execução direta pela Administração (equipe própria)

Consiste na realização dos serviços por servidores ou empregados públicos do próprio órgão.

Análise:

requer ampliação significativa do quadro de pessoal especializado;

demanda capacitação contínua em múltiplas disciplinas técnicas (infraestrutura, redes, banco de dados e segurança);

reduz flexibilidade para absorção de variações de demanda;

dificulta a garantia de operação contínua e monitoramento 24x7;

pode comprometer a alocação de recursos humanos em atividades finalísticas.

Conclusão: alternativa inviável, considerando a insuficiência de quadro próprio, a alta complexidade técnica e a necessidade de operação contínua.

### Contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (modelo tradicional)

Consiste na alocação de profissionais especializados para execução das atividades de infraestrutura e segurança, com mensuração baseada em níveis de serviço.

Análise:

modelo amplamente utilizado na Administração Pública;

permite controle direto da execução;

facilita adaptação às necessidades do órgão;

já adotado pela ANCINE, permitindo aproveitamento de conhecimento acumulado;

riscos identificados com base no contrato vigente:

possibilidade de subdimensionamento da equipe;

falhas na atuação proativa e no monitoramento contínuo;

descumprimento de SLA em incidentes críticos;

dependência elevada da fiscalização contratual.

Conclusão: alternativa viável, porém insuficiente se adotada isoladamente, exigindo aprimoramentos no modelo de controle e desempenho.

#### **Contratação por resultados (baseada exclusivamente em volumetria ou eventos)**

Consiste na remuneração vinculada exclusivamente à quantidade de incidentes tratados, eventos monitorados ou demandas atendidas.

Análise:

maior aderência ao conceito de contratação por resultados;

potencial incentivo à produtividade;

riscos relevantes:

dificuldade de mensuração da complexidade técnica dos incidentes;

possibilidade de priorização de volume em detrimento da qualidade;

inadequação para atividades contínuas e críticas, como segurança da informação;

maior complexidade na modelagem contratual.

Conclusão: alternativa com elevado grau de risco para o contexto da ANCINE, especialmente diante das fragilidades identificadas na execução contratual vigente.

## **11. Análise comparativa de custos (TCO)**

O levantamento de mercado tem por objetivo identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade da Administração, bem como subsidiar a escolha da solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas de planejamento das contratações de TIC.

No caso da contratação de serviços de operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação, foram consideradas as principais alternativas praticadas no âmbito da Administração Pública e do mercado de TIC, conforme orientações do modelo da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023 e do guia de planejamento de serviços de operação de infraestrutura .

#### **Alternativas identificadas**

##### **Execução direta pela Administração (equipe própria)**

Consiste na realização dos serviços por servidores ou empregados públicos do próprio órgão.

Análise:

requer ampliação significativa do quadro de pessoal especializado;

demanda capacitação contínua em múltiplas disciplinas técnicas (infraestrutura, redes, banco de dados e segurança);

reduz flexibilidade para absorção de variações de demanda;

dificulta a garantia de operação contínua e monitoramento 24x7;

pode comprometer a alocação de recursos humanos em atividades finalísticas.

Conclusão: alternativa inviável, considerando a insuficiência de quadro próprio, a alta complexidade técnica e a necessidade de operação contínua.

#### **Contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (modelo tradicional)**

Consiste na alocação de profissionais especializados para execução das atividades de infraestrutura e segurança, com mensuração baseada em níveis de serviço.

Análise:

modelo amplamente utilizado na Administração Pública;

permite controle direto da execução;

facilita adaptação às necessidades do órgão;

já adotado pela ANCINE, permitindo aproveitamento de conhecimento acumulado;

riscos identificados com base no contrato vigente:

possibilidade de subdimensionamento da equipe;

falhas na atuação proativa e no monitoramento contínuo;

descumprimento de SLA em incidentes críticos;

dependência elevada da fiscalização contratual.

Conclusão: alternativa viável, porém insuficiente se adotada isoladamente, exigindo aprimoramentos no modelo de controle e desempenho.

#### **Contratação por resultados (baseada exclusivamente em volumetria ou eventos)**

Consiste na remuneração vinculada exclusivamente à quantidade de incidentes tratados, eventos monitorados ou demandas atendidas.

Análise:

maior aderência ao conceito de contratação por resultados;

potencial incentivo à produtividade;

riscos relevantes:

dificuldade de mensuração da complexidade técnica dos incidentes;

possibilidade de priorização de volume em detrimento da qualidade;

inadequação para atividades contínuas e críticas, como segurança da informação;

maior complexidade na modelagem contratual.

Conclusão: alternativa com elevado grau de risco para o contexto da ANCINE, especialmente diante das fragilidades identificadas na execução contratual vigente.

#### **Modelo híbrido (equipe especializada dedicada + desempenho por SLA + supervisão técnica)**

Consiste na combinação de:

alocação de equipe mínima especializada;

monitoramento contínuo da infraestrutura e da segurança da informação;

pagamento vinculado ao desempenho em níveis de serviço;

inclusão de SLAs específicos para níveis de supervisão técnica;

fortalecimento dos mecanismos de governança e controle.

Análise:

equilibra previsibilidade operacional e incentivo à qualidade;

compatível com o modelo da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023;

permite correção das falhas observadas no contrato vigente;

garante atuação preventiva e monitoramento contínuo;

facilita a fiscalização e a mensuração de desempenho;

reduz dependência de atuação exclusivamente reativa.

### **Níveis de Serviço e Indicadores para Supervisão Técnica (Infraestrutura e Segurança)**

Para os perfis de supervisão técnica (líderes de infraestrutura e segurança), serão estabelecidos níveis de serviço específicos, complementares aos níveis operacionais, com o objetivo de assegurar:

coordenação efetiva das equipes técnicas;

tratamento adequado de incidentes críticos de infraestrutura e segurança;

tempestividade na comunicação com a CONTRATANTE;

rastreabilidade das ações e decisões;

melhoria contínua dos serviços.

### **Canal oficial de comunicação**

todas as comunicações entre a CONTRATANTE e os líderes técnicos deverão ser realizadas por meio de ferramenta corporativa oficial (ex.: Microsoft Teams);

as comunicações constituirão evidência formal para aferição de SLA;

deverão ser registradas e auditáveis.

### **Classificação de incidentes**

crítico:

indisponibilidade de serviços essenciais ou incidente grave de segurança;

alto: impacto significativo com degradação relevante;

médio: impacto moderado sem paralisação crítica;

baixo: impacto reduzido ou localizado.

### **SLAs de supervisão (exemplos)**

tempo de acionamento do líder técnico;

tempo de escalonamento para especialistas;

tempo de comunicação à CONTRATANTE;

tempo de definição de plano de ação;

tempo de entrega de análise de causa raiz (RCA).

### **KPIs de supervisão**

índice de acionamento tempestivo;



índice de comunicação tempestiva;

índice de entrega de RCA no prazo;

índice de reincidência de incidentes;

índice de conformidade de supervisão.

**Critérios de aferição**

registros da ferramenta ITSM;

registros de comunicação em ferramenta oficial;

logs de monitoramento e resposta a incidentes;

relatórios mensais de execução contratual.

**Impacto no pagamento**

glosas por descumprimento de SLA;

glosas por não atingimento de KPIs;

aplicação de fatores agravantes em caso de reincidência.

**Análise comparativa das alternativas**

Critério	Execução direta	Mão de obra (tradicional)	Por resultados	Modelo híbrido
Viabilidade	Baixa	Alta	Média	Alta
Controle da execução	Alto	Alto	Médio	Alto
Complexidade	Alta	Baixa	Alta	Média
Risco operacional	Alto	Médio	Alto	Baixo
Aderência ao cenário atual	Baixa	Alta	Média	Alta
Atendimento a SLA	Baixo	Médio	Variável	Alto
Monitoramento contínuo	Baixo	Médio	Variável	Alto

**Justificativa da solução escolhida**

Considerando:

a criticidade dos serviços de infraestrutura e segurança da informação;

a necessidade de operação contínua e monitoramento 24x7;

as falhas identificadas na execução contratual vigente;

a complexidade técnica dos ambientes da ANCINE;

as diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023;

Conclui-se que a solução mais adequada consiste na adoção de modelo híbrido, baseado na alocação de equipe especializada, complementado por mecanismos de controle por níveis de serviço e indicadores de desempenho, incluindo SLAs específicos para supervisão técnica.

Destaca-se que a solução proposta considera a evolução do modelo operacional, com adoção de práticas de automação, monitoramento contínuo e atuação preventiva, permitindo maior eficiência na alocação de recursos humanos.

Nesse contexto, o dimensionamento da equipe foi estruturado de forma otimizada, com fortalecimento dos perfis de liderança técnica e maior especialização dos profissionais, reduzindo a dependência de atuação reativa e aumentando a efetividade da prestação dos serviços.

A adoção desse modelo:

- assegura controle efetivo da execução;
- garante tratamento adequado de incidentes de infraestrutura e segurança;
- fortalece a governança e a rastreabilidade;
- alinha-se às boas práticas ITIL e de segurança da informação;
- reduz riscos operacionais e de auditoria.

Conclusão do levantamento de mercado

Diante das alternativas analisadas, verifica-se que a adoção de modelo híbrido de contratação, com equipe mínima dedicada e controle por desempenho, apresenta-se como a solução mais adequada, técnica e economicamente viável para o atendimento da necessidade da Administração.

A solução adotada também possibilita a racionalização do uso de recursos, com redução do quantitativo de profissionais necessários à operação, sem prejuízo da qualidade dos serviços, em razão do aumento da maturidade operacional e da adoção de práticas modernas de gestão de serviços de TIC.

A definição dos indicadores de desempenho (KPIs) e níveis de serviço (SLAs) foi estruturada com o objetivo de superar as limitações do modelo contratual vigente, caracterizado pela predominância de atuação reativa baseada em chamados, conforme evidenciado no Relatório 10 Técnico de Execução Contratual (SEI nº 3999913).

Nesse sentido, os indicadores propostos priorizam a mensuração da capacidade operacional contínua, da atuação preventiva e da estabilidade dos ambientes tecnológicos, deslocando o foco da simples resolução de demandas para a manutenção proativa da disponibilidade, da segurança e da integridade dos serviços de TIC.

Dessa forma, foram incorporados indicadores voltados à detecção precoce de incidentes, ao monitoramento contínuo, à redução de recorrência de falhas e à gestão preventiva de vulnerabilidades, em alinhamento com as melhores práticas de governança e operação de serviços de tecnologia da informação. Ressalta-se que os parâmetros apresentados neste documento possuem caráter preliminar e orientativo, podendo ser ajustados e refinados no Termo de Referência, sem prejuízo da aderência ao modelo de contratação adotado.

Proposição de SLAs – Operação de Infraestrutura e Segurança da Informação

Os níveis de serviço foram estruturados de forma a não apenas mensurar o tempo de resposta e resolução de incidentes, mas também induzir a atuação preventiva, a rápida detecção de falhas e a redução de impactos operacionais, em alinhamento com o modelo de prestação de serviços orientado à estabilidade e à continuidade dos ambientes de TIC.

Código	Indicador	Definição	Crítico	Alto	Médio	Baixo	Forma de Aferição
SLA-01	Tempo de Detecção de Incidente	Tempo entre ocorrência e identificação do incidente	até 5 min	até 10 min	até 30 min	até 1h	Ferramenta de monitoramento / ITSM
SLA-02	Tempo de Início de Atendimento	Tempo entre registro e início do atendimento técnico	até 15 min	até 30 min	até 2h	até 4h	ITSM
SLA-03	Tempo de Resolução	Tempo para solução definitiva do incidente	até 8h	até 12h	até 24h	até 48h	ITSM + validação
SLA-04	Tempo de Escalonamento	Tempo para acionar especialistas ou níveis superiores	até 15 min	até 30 min	até 2h	até 4h	ITSM + logs
SLA-05	Disponibilidade dos Serviços	Percentual de disponibilidade da infraestrutura	≥ 99,5%	≥ 99,5%	≥ 99%	≥ 99%	Monitoramento
SLA-06	Tempo de Resposta a Incidente de Segurança	Tempo para início de resposta a incidentes de segurança	até 15 min	até 30 min	até 2h	até 4h	SIEM / ITSM
SLA-07	Correção de Vulnerabilidades	Tempo para mitigação de vulnerabilidades identificadas	até 24h	até 48h	até 5 dias	até 10 dias	Relatórios de segurança
SLA-08	Tempo de Recuperação (RTO)	Tempo para restabelecimento de serviços críticos	até 4h	até 8h	até 24h	até 48h	Plano de continuidade

Proposição de SLAs – Nível de Supervisão Técnica

Para os perfis de liderança técnica, foram definidos níveis de serviço específicos voltados à coordenação da operação, ao monitoramento do desempenho e à condução estruturada de incidentes, reforçando o papel estratégico desses profissionais na garantia da qualidade dos serviços.

Código	Indicador	Definição	Crítico	Alto	Médio	Baixo	Forma de Aferição
SLA-S01	Tempo de Acionamento do Líder	Tempo entre classificação e atuação do líder técnico	até 15 min	até 30 min	até 2h	até 4h	ITSM + comunicação
SLA-S02	Tempo de Escalonamento	Tempo para acionar especialistas ou fornecedores	até 30 min	até 1h	até 4h	até 8h	ITSM
SLA-S03	Tempo de Comunicação à CONTRATANTE	Tempo para comunicação formal	até 30 min	até 1h	até 4h	até 8h	Teams / ferramenta oficial
SLA-S04	Definição de Plano de Ação	Tempo para formalizar plano de solução	até 1h	até 2h	até 8h	até 1 dia útil	ITSM
SLA-S05	Entrega de RCA	Tempo para análise de causa raiz	até 2 dias úteis	até 3 dias úteis	até 5 dias úteis	sob demanda	Documento formal

Proposição de KPIs – Desempenho Operacional

Os indicadores de desempenho foram definidos com foco na mensuração da estabilidade dos serviços, da capacidade operacional e da efetividade das ações preventivas, reduzindo a ênfase exclusiva no volume de atendimento e priorizando a geração de valor para a Administração.

Código	Indicador	Definição	Fórmula de Cálculo	Meta	Fonte de Dados
KPI-01	Cumprimento de SLA	Percentual de SLAs atendidos	$(\text{SLAs cumpridos} / \text{total}) \times 100$	$\geq 95\%$	ITSM
KPI-02	Tempo Médio de Resolução (MTTR)	Tempo médio para resolução de incidentes	Soma dos tempos / total de incidentes	Redução contínua	ITSM
KPI-03	Índice de Disponibilidade	Percentual de uptime dos serviços	$(\text{tempo disponível} / \text{total}) \times 100$	$\geq 99,5\%$	Monitoramento
KPI-04	Índice de Incidentes Críticos	Percentual de incidentes críticos	$(\text{incidentes críticos} / \text{total}) \times 100$	$\leq 5\%$	ITSM
KPI-05	Taxa de Correção de Vulnerabilidades	Percentual de vulnerabilidades corrigidas	$(\text{corrigidas} / \text{identificadas}) \times 100$	$\geq 95\%$	Ferramentas de segurança

Proposição de KPIs – Supervisão Técnica

Código	Indicador	Definição	Fórmula de Cálculo	Meta	Fonte de Dados
KPI-S01	Índice de Acionamento Tempestivo	% de acionamentos dentro do prazo	$(\text{no prazo} / \text{total}) \times 100$	$\geq 95\%$	ITSM + Teams
KPI-S02	Índice de Comunicação Tempestiva	% de comunicações no prazo	$(\text{no prazo} / \text{total}) \times 100$	$\geq 95\%$	Teams
KPI-S03	Índice de RCA no Prazo	% de RCAs entregues no prazo	$(\text{no prazo} / \text{total}) \times 100$	$\geq 90\%$	Documentos
KPI-S04	Índice de Reincidência	% de incidentes recorrentes	$(\text{reincidentes} / \text{total}) \times 100$	$\leq 5\%$	ITSM
KPI-S05	Conformidade de Supervisão	% de atendimento simultâneo aos SLAs	$(\text{conformes} / \text{total}) \times 100$	$\geq 90\%$	ITSM

Proposição de KPIs - Foco em Operação Contínua e Prevenção

Indicador	Descrição	Fórmula	Meta	Justificativa
Disponibilidade de Serviços Críticos	Mede o grau de maturidade operacional, avaliando a proporção de ações preventivas em relação às ações corretivas	$(\text{Tempo total} - \text{indisponibilidade}) / \text{tempo total}$	$\geq 99,5\%$	KPI principal de valor público
Monitoramento Contínuo Ativo	Verifica a cobertura efetiva de monitoramento dos ativos críticos, assegurando capacidade de detecção antecipada de falhas	Ativos monitorados / total de ativos críticos	$\geq 100\%$	Garante atuação preventiva
Tempo de Detecção de Incidentes (MTTD)	Mede rapidez na identificação de falhas	Tempo médio entre ocorrência e detecção	$\leq 5 \text{ min}$	Sai do modelo reativo
Tempo de Resposta a Incidentes Críticos	Mede prontidão operacional	Tempo entre detecção e início do atendimento	$\leq 15 \text{ min}$	Avalia capacidade real da equipe
Tempo de Resolução		Tempo médio de	$\leq 8 \text{ h}$	Evita

(MTTR)	Mede eficiência na recuperação	resolução	(críticos)	indisponibilidade prolongada
Taxa de Incidentes Recorrentes	Mede a efetividade das ações estruturais, avaliando a capacidade da operação em eliminar causas raiz de incidentes	Incidentes repetidos / total	≤ 5%	Força atuação estrutural
Índice de Atuação Preventiva	Mede proporção de ações proativas vs reativas	Ações preventivas / total de ações	≥ 40%	KPI-chave de mudança de modelo
Correção de Vulnerabilidades no Prazo	Mede maturidade em segurança	Vulnerabilidades corrigidas no prazo / total	≥ 95%	Segurança baseada em prevenção
Cobertura de Gestão de Mudanças	Mede controle do ambiente	Mudanças formalizadas / total	≥ 98%	Reduz incidentes evitáveis
Cumprimento de SLA de Chamados	Mede eficiência residual do modelo reativo	Chamados no prazo / total	≥ 95%	Mantém controle tradicional

**Critérios de Aferição**

Elemento	Descrição
Fonte principal	Ferramenta ITSM da CONTRATANTE
Comunicação oficial	Microsoft Teams ou ferramenta definida
Evidências	Logs, registros, relatórios mensais
Auditoria de verificação	Instrumento de validação

**Impacto no Pagamento (Glosas)**

O modelo de glosas deverá priorizar a indução de comportamento preventivo e a melhoria contínua, evitando distorções que incentivem a atuação reativa ou o atendimento meramente volumétrico.

Situação	Impacto
Descumprimento de SLA	até 2% por ocorrência
KPI abaixo da meta	até 5% mensal
Reincidência	aplicação de fator agravado (até 1%)
Não rastreabilidade	glosa integral do evento

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em metodologia estruturada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com as orientações do Tribunal de Contas da União e com o modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, instituído pela Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023.

Ressalta-se que a estimativa de preços da presente contratação foi realizada com base na planilha de composição de custos estruturada a partir dos perfis profissionais definidos, utilizando como referência os parâmetros estabelecidos na Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023.

Nesse contexto, não foi realizada pesquisa de preços nos moldes tradicionais previstos na Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 2021, uma vez que a metodologia adotada encontra respaldo normativo específico.

Conforme disposto no CAPÍTULO II – DA DEFINIÇÃO DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO da referida Portaria, especialmente em seu §1º:

*“Os valores constantes no Anexo II cumprem o disposto na Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 2021, para fins de pesquisa de preços das contratações que utilizarem os perfis e insumos do referido Anexo.”*

Dessa forma, a utilização dos referenciais de custos constantes da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023 supre a exigência de pesquisa de preços, garantindo aderência às diretrizes normativas aplicáveis, padronização metodológica e maior segurança jurídica na formação do valor estimado da contratação.

Para a composição do orçamento estimado, foram considerados os seguintes elementos:

utilização da planilha simplificada constante do Anexo A da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023 (SEI 4026519);

dimensionamento da equipe com base na volumetria de demandas e nos requisitos de nível de serviço definidos no DFD;

definição dos perfis profissionais necessários à execução dos serviços;

referência a valores de mercado compatíveis com os perfis técnicos exigidos;

aplicação de encargos sociais, benefícios e custos indiretos;

inclusão de margem operacional compatível com o mercado.

### **Metodologia de cálculo**

A estimativa de custos foi realizada a partir da composição do custo total da solução, considerando:

custo direto com mão de obra, correspondente à remuneração dos perfis profissionais definidos no dimensionamento;

encargos sociais e trabalhistas, conforme legislação vigente;

benefícios obrigatórios e usuais de mercado;

custos indiretos, incluindo gestão, infraestrutura de apoio e despesas administrativas;

margem de lucro da contratada.

A metodologia adotada segue o modelo de formação de preços por perfis, compatível com o tipo de serviço a ser contratado e com o modelo híbrido definido no levantamento de mercado.

### **Memória de cálculo (síntese)**

A estimativa foi construída com base no quantitativo de aproximadamente 12,7 (doze vírgula sete) postos de trabalho equivalentes, conforme dimensionamento definido no Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 4026523).

O custo mensal estimado da contratação é de aproximadamente: R\$ 210.858,78 (duzentos e dez mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos).

O custo total estimado para o período de 60 (sessenta) meses é de aproximadamente: R\$ 12.651.526,62 (doze milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos).

O valor estimado reflete a adoção de modelo operacional mais eficiente, com dimensionamento adequado da equipe, em conformidade com o Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 4026523), sem prejuízo da qualidade e da continuidade dos serviços.

A estimativa do custo decorre da:

adoção de práticas de automação e monitoramento contínuo;

b) atuação preventiva, reduzindo a necessidade de atendimento reativo;

c) maior especialização dos perfis profissionais;

d) fortalecimento da atuação dos perfis de liderança técnica;

e) melhoria da eficiência operacional da solução.

### **Justificativa do valor estimado**

O valor estimado mostra-se compatível com o mercado, considerando:

a complexidade técnica dos serviços de infraestrutura e segurança da informação;

a necessidade de operação contínua (24x7);

a exigência de profissionais especializados em múltiplas disciplinas;

o nível de criticidade dos ambientes tecnológicos da ANCINE;

os requisitos de desempenho e disponibilidade estabelecidos;

a adoção de modelo de contratação baseado em equipe dedicada e controle por SLA.

Adicionalmente, a estimativa reflete o dimensionamento adequado da solução, evitando riscos de subdimensionamento ou superdimensionamento, em conformidade com as boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

### **Adequação orçamentária**

A contratação deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração, estando condicionada à previsão de recursos no orçamento anual e no Plano Plurianual, quando aplicável.

### **Publicidade do orçamento**

Nos termos da legislação vigente, a Administração poderá optar pelo caráter sigiloso do orçamento estimado até a fase de julgamento das propostas, como forma de ampliar a competitividade do certame, devendo tal decisão ser devidamente motivada no processo administrativo.

### **Conclusão**

A estimativa do valor da contratação encontra-se devidamente fundamentada, baseada em metodologia reconhecida e compatível com o objeto a ser contratado, refletindo a realidade de mercado e as necessidades da Administração, atendendo aos requisitos legais e às boas práticas de governança e planejamento das contratações públicas.

## **12. Descrição da solução de TIC a ser contratada**

A solução proposta consiste na contratação de serviços técnicos especializados para operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, estruturada com base em modelo híbrido, que combina alocação de equipe especializada com mecanismos de controle por níveis de serviço (SLA) e indicadores de desempenho (KPI).

A solução abrange a execução contínua de atividades relacionadas à sustentação, monitoramento, administração e suporte dos ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), incluindo infraestrutura, redes, bancos de dados, sistemas e segurança da informação, com atuação integrada e orientada a resultados.

A prestação dos serviços deverá ocorrer em regime contínuo, com operação 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, assegurando a disponibilidade, desempenho, integridade e segurança dos ativos de informação da Administração.

### **Componentes da solução**

A solução compreende os seguintes componentes:

equipe técnica especializada, composta por profissionais com perfis compatíveis com as necessidades da infraestrutura e da segurança da informação;

monitoramento contínuo da infraestrutura e dos eventos de segurança, com atuação preventiva e proativa;

gestão de incidentes, problemas e mudanças, conforme boas práticas de mercado;

administração de servidores, redes, bancos de dados e sistemas institucionais;

administração da segurança da informação, incluindo gestão de vulnerabilidades e resposta a incidentes;

suporte técnico especializado para sustentação dos ambientes de TIC.

### **Modelo de prestação dos serviços**

A prestação dos serviços será baseada em modelo híbrido, caracterizado por:

alocação de equipe mínima dedicada, dimensionada conforme a volumetria e criticidade dos serviços;

adoção de níveis de serviço (SLA) para mensuração do desempenho operacional;

definição de indicadores de desempenho (KPI) para avaliação contínua da qualidade dos serviços;

vinculação parcial do pagamento ao cumprimento dos níveis de serviço;

atuação integrada entre as disciplinas de infraestrutura e segurança da informação;

ênfase em atuação preventiva, substituindo o modelo predominantemente reativo identificado na execução contratual vigente.

### **Modelo de governança e controle**

A solução incorpora mecanismos de governança e controle, incluindo:

definição clara de papéis e responsabilidades entre CONTRATANTE e CONTRATADA;

utilização de ferramenta ITSM para registro, acompanhamento e mensuração das atividades;

adoção de canal oficial de comunicação para registro e rastreabilidade das interações;

monitoramento contínuo de indicadores de desempenho;

realização de reuniões periódicas de acompanhamento e avaliação contratual;

implementação de processos de melhoria contínua.

### **Supervisão técnica e coordenação**

A solução prevê a atuação de profissionais em nível de supervisão técnica, responsáveis pela coordenação das equipes e pela condução de incidentes críticos.

A atuação da supervisão será regida por níveis de serviço específicos, incluindo:

tempo de acionamento;

tempo de escalonamento;

tempo de comunicação à CONTRATANTE;

definição de planos de ação;

elaboração de análises de causa raiz (RCA).

Esses mecanismos visam assegurar maior controle sobre a execução dos serviços, bem como garantir a tempestividade e a qualidade das respostas a incidentes.

### **Ferramentas e infraestrutura de apoio**

A execução dos serviços deverá utilizar:

ferramenta ITSM da CONTRATANTE, para registro e controle das demandas;

ferramentas de monitoramento de infraestrutura e segurança;

ferramentas de comunicação corporativa oficialmente definidas;

mecanismos de registro e auditoria das atividades realizadas.

A CONTRATADA deverá garantir a correta utilização dessas ferramentas, assegurando a integridade e a rastreabilidade das informações.

### **Modelo de mensuração e pagamento**

A mensuração dos serviços será baseada em:

cumprimento de níveis de serviço (SLA);

atingimento de indicadores de desempenho (KPI);

avaliação da qualidade dos serviços prestados.

O pagamento será parcialmente vinculado ao desempenho da CONTRATADA, podendo sofrer glosas em caso de descumprimento dos níveis de serviço ou não atingimento das metas estabelecidas.

### **Transição contratual**

A solução deverá contemplar plano de transição assistida, incluindo:

transferência de conhecimento entre contratos;

mapeamento dos ambientes tecnológicos;

continuidade da prestação dos serviços sem interrupção;

mitigação de riscos operacionais durante a transição.

### **Alinhamento com boas práticas**

A solução está alinhada com:

boas práticas de gestão de serviços de TIC (ITIL);

boas práticas de governança (COBIT);

normas de segurança da informação (ISO/IEC 27001);

diretrizes da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022;

modelo da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023.

### **Conclusão**

A solução proposta atende integralmente à necessidade da Administração, ao combinar capacidade operacional, especialização técnica, controle por desempenho e mecanismos de governança, garantindo a continuidade dos serviços, a segurança da informação e a eficiência na gestão da infraestrutura tecnológica.

Adicionalmente, a solução incorpora as lições aprendidas da execução contratual vigente, promovendo a evolução do modelo de prestação de serviços, com redução de riscos e melhoria da qualidade dos resultados.

## **13. Estimativa de custo total da contratação**

**Valor (R\$):** 210.858,78

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em metodologia estruturada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com as orientações do Tribunal de Contas da União e com o modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, instituído pela Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023.

Ressalta-se que a estimativa de preços da presente contratação foi realizada com base na planilha de composição de custos estruturada a partir dos perfis profissionais definidos, utilizando como referência os parâmetros estabelecidos na Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023.

Nesse contexto, não foi realizada pesquisa de preços nos moldes tradicionais previstos na Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 2021, uma vez que a metodologia adotada encontra respaldo normativo específico.

Conforme disposto no CAPÍTULO II – DA DEFINIÇÃO DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO da referida Portaria, especialmente em seu §1º:

*“Os valores constantes no Anexo II cumprem o disposto na Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 2021, para fins de pesquisa de preços das contratações que utilizarem os perfis e insumos do referido Anexo.”*

Dessa forma, a utilização dos referenciais de custos constantes da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023 supre a exigência de pesquisa de preços, garantindo aderência às diretrizes normativas aplicáveis, padronização metodológica e maior segurança jurídica na formação do valor estimado da contratação.

Para a composição do orçamento estimado, foram considerados os seguintes elementos:

utilização da planilha simplificada constante do Anexo A da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023 (SEI 4026519);

dimensionamento da equipe com base na volumetria de demandas e nos requisitos de nível de serviço definidos no DFD;

definição dos perfis profissionais necessários à execução dos serviços;

referência a valores de mercado compatíveis com os perfis técnicos exigidos;

aplicação de encargos sociais, benefícios e custos indiretos;

inclusão de margem operacional compatível com o mercado.

### **Metodologia de cálculo**

A estimativa de custos foi realizada a partir da composição do custo total da solução, considerando:

custo direto com mão de obra, correspondente à remuneração dos perfis profissionais definidos no dimensionamento;

encargos sociais e trabalhistas, conforme legislação vigente;

benefícios obrigatórios e usuais de mercado;

custos indiretos, incluindo gestão, infraestrutura de apoio e despesas administrativas;

margem de lucro da contratada.

A metodologia adotada segue o modelo de formação de preços por perfis, compatível com o tipo de serviço a ser contratado e com o modelo híbrido definido no levantamento de mercado.



## **Memória de cálculo (síntese)**

A estimativa foi construída com base no quantitativo de aproximadamente 12,7 (doze vírgula sete) postos de trabalho equivalentes, conforme dimensionamento definido no Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 4026523).

O custo mensal estimado da contratação é de aproximadamente: R\$ 210.858,78 (duzentos e dez mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos).

O custo total estimado para o período de 60 (sessenta) meses é de aproximadamente: R\$ 12.651.526,62 (doze milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos).

O valor estimado reflete a adoção de modelo operacional mais eficiente, com dimensionamento adequado da equipe, em conformidade com o Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 4026523), sem prejuízo da qualidade e da continuidade dos serviços.

A estimativa do custo decorre da:

- adoção de práticas de automação e monitoramento contínuo;
- b) atuação preventiva, reduzindo a necessidade de atendimento reativo;
- c) maior especialização dos perfis profissionais;
- d) fortalecimento da atuação dos perfis de liderança técnica;
- e) melhoria da eficiência operacional da solução.

### **Justificativa do valor estimado**

O valor estimado mostra-se compatível com o mercado, considerando:

a complexidade técnica dos serviços de infraestrutura e segurança da informação;

a necessidade de operação contínua (24x7);

a exigência de profissionais especializados em múltiplas disciplinas;

o nível de criticidade dos ambientes tecnológicos da ANCINE;

os requisitos de desempenho e disponibilidade estabelecidos;

a adoção de modelo de contratação baseado em equipe dedicada e controle por SLA.

Adicionalmente, a estimativa reflete o dimensionamento adequado da solução, evitando riscos de subdimensionamento ou superdimensionamento, em conformidade com as boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

### **Adequação orçamentária**

A contratação deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração, estando condicionada à previsão de recursos no orçamento anual e no Plano Plurianual, quando aplicável.

### **Publicidade do orçamento**

Nos termos da legislação vigente, a Administração poderá optar pelo caráter sigiloso do orçamento estimado até a fase de julgamento das propostas, como forma de ampliar a competitividade do certame, devendo tal decisão ser devidamente motivada no processo administrativo.

### **Conclusão**

A estimativa do valor da contratação encontra-se devidamente fundamentada, baseada em metodologia reconhecida e compatível com o objeto a ser contratado, refletindo a realidade de mercado e as necessidades da Administração, atendendo aos requisitos legais e às boas práticas de governança e planejamento das contratações públicas.

## **14. Justificativa técnica da escolha da solução**

### **Justificativa da solução escolhida**

Considerando:

a criticidade dos serviços de infraestrutura e segurança da informação;

a necessidade de operação contínua e monitoramento 24x7;

as falhas identificadas na execução contratual vigente;

a complexidade técnica dos ambientes da ANCINE;

as diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023;

Conclui-se que a solução mais adequada consiste na adoção de modelo híbrido, baseado na alocação de equipe especializada, complementado por mecanismos de controle por níveis de serviço e indicadores de desempenho, incluindo SLAs específicos para supervisão técnica.

Destaca-se que a solução proposta considera a evolução do modelo operacional, com adoção de práticas de automação, monitoramento contínuo e atuação preventiva, permitindo maior eficiência na alocação de recursos humanos.

Nesse contexto, o dimensionamento da equipe foi estruturado de forma otimizada, com fortalecimento dos perfis de liderança técnica e maior especialização dos profissionais, reduzindo a dependência de atuação reativa e aumentando a efetividade da prestação dos serviços.

A adoção desse modelo:

assegura controle efetivo da execução;

garante tratamento adequado de incidentes de infraestrutura e segurança;

fortalece a governança e a rastreabilidade;

alinha-se às boas práticas ITIL e de segurança da informação;

reduz riscos operacionais e de auditoria.

### **Conclusão do levantamento de mercado**

Diante das alternativas analisadas, verifica-se que a adoção de modelo híbrido de contratação, com equipe mínima dedicada e controle por desempenho, apresenta-se como a solução mais adequada, técnica e economicamente viável para o atendimento da necessidade da Administração.

A solução adotada também possibilita a racionalização do uso de recursos, com redução do quantitativo de profissionais necessários à operação, sem prejuízo da qualidade dos serviços, em razão do aumento da maturidade operacional e da adoção de práticas modernas de gestão de serviços de TIC.

A definição dos indicadores de desempenho (KPIs) e níveis de serviço (SLAs) foi estruturada com o objetivo de superar as limitações do modelo contratual vigente, caracterizado pela predominância de atuação reativa baseada em chamados, conforme evidenciado no Relatório 10 Técnico de Execução Contratual (SEI nº 3999913).

Nesse sentido, os indicadores propostos priorizam a mensuração da capacidade operacional contínua, da atuação preventiva e da estabilidade dos ambientes tecnológicos, deslocando o foco da simples resolução de demandas para a manutenção proativa da disponibilidade, da segurança e da integridade dos serviços de TIC.

Dessa forma, foram incorporados indicadores voltados à detecção precoce de incidentes, ao monitoramento contínuo, à redução de recorrência de falhas e à gestão preventiva de vulnerabilidades, em alinhamento com as melhores práticas de governança e operação de serviços de tecnologia da informação. Ressalta-se que os parâmetros apresentados neste documento possuem caráter preliminar e orientativo, podendo ser ajustados e refinados no Termo de Referência, sem prejuízo da aderência ao modelo de contratação adotado.

A solução proposta consiste na contratação de serviços técnicos especializados para operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, estruturada com base em modelo híbrido, que combina alocação de equipe especializada com mecanismos de controle por níveis de serviço (SLA) e indicadores de desempenho (KPI).

A solução abrange a execução contínua de atividades relacionadas à sustentação, monitoramento, administração e suporte dos ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), incluindo infraestrutura, redes, bancos de dados, sistemas e segurança da informação, com atuação integrada e orientada a resultados.

A prestação dos serviços deverá ocorrer em regime contínuo, com operação 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, assegurando a disponibilidade, desempenho, integridade e segurança dos ativos de informação da Administração.

### **Componentes da solução**

A solução compreende os seguintes componentes:

equipe técnica especializada, composta por profissionais com perfis compatíveis com as necessidades da infraestrutura e da segurança da informação;

monitoramento contínuo da infraestrutura e dos eventos de segurança, com atuação preventiva e proativa;

gestão de incidentes, problemas e mudanças, conforme boas práticas de mercado;

administração de servidores, redes, bancos de dados e sistemas institucionais;

administração da segurança da informação, incluindo gestão de vulnerabilidades e resposta a incidentes;

suporte técnico especializado para sustentação dos ambientes de TIC.

### **Modelo de prestação dos serviços**

A prestação dos serviços será baseada em modelo híbrido, caracterizado por:

alocação de equipe mínima dedicada, dimensionada conforme a volumetria e criticidade dos serviços;

adoção de níveis de serviço (SLA) para mensuração do desempenho operacional;

definição de indicadores de desempenho (KPI) para avaliação contínua da qualidade dos serviços;

vinculação parcial do pagamento ao cumprimento dos níveis de serviço;

atuação integrada entre as disciplinas de infraestrutura e segurança da informação;

ênfase em atuação preventiva, substituindo o modelo predominantemente reativo identificado na execução contratual vigente.

### **Modelo de governança e controle**

A solução incorpora mecanismos de governança e controle, incluindo:

definição clara de papéis e responsabilidades entre CONTRATANTE e CONTRATADA;

utilização de ferramenta ITSM para registro, acompanhamento e mensuração das atividades;

adoção de canal oficial de comunicação para registro e rastreabilidade das interações;

monitoramento contínuo de indicadores de desempenho;

realização de reuniões periódicas de acompanhamento e avaliação contratual;

implementação de processos de melhoria contínua.

### **Supervisão técnica e coordenação**

A solução prevê a atuação de profissionais em nível de supervisão técnica, responsáveis pela coordenação das equipes e pela condução de incidentes críticos.

A atuação da supervisão será regida por níveis de serviço específicos, incluindo:

tempo de acionamento;

tempo de escalonamento;

tempo de comunicação à CONTRATANTE;

definição de planos de ação;

elaboração de análises de causa raiz (RCA).

Esses mecanismos visam assegurar maior controle sobre a execução dos serviços, bem como garantir a tempestividade e a qualidade das respostas a incidentes.

### **Ferramentas e infraestrutura de apoio**

A execução dos serviços deverá utilizar:

ferramenta ITSM da CONTRATANTE, para registro e controle das demandas;

ferramentas de monitoramento de infraestrutura e segurança;

ferramentas de comunicação corporativa oficialmente definidas;

mecanismos de registro e auditoria das atividades realizadas.

A CONTRATADA deverá garantir a correta utilização dessas ferramentas, assegurando a integridade e a rastreabilidade das informações.

### **Modelo de mensuração e pagamento**

A mensuração dos serviços será baseada em:

cumprimento de níveis de serviço (SLA);

atingimento de indicadores de desempenho (KPI);

avaliação da qualidade dos serviços prestados.

O pagamento será parcialmente vinculado ao desempenho da CONTRATADA, podendo sofrer glosas em caso de descumprimento dos níveis de serviço ou não atingimento das metas estabelecidas.

### **Transição contratual**

A solução deverá contemplar plano de transição assistida, incluindo:

transferência de conhecimento entre contratos;

mapeamento dos ambientes tecnológicos;

continuidade da prestação dos serviços sem interrupção;

mitigação de riscos operacionais durante a transição.

### **Alinhamento com boas práticas**

A solução está alinhada com:

boas práticas de gestão de serviços de TIC (ITIL);

boas práticas de governança (COBIT);

normas de segurança da informação (ISO/IEC 27001);

diretrizes da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022;

modelo da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023.

### **Conclusão**

A solução proposta atende integralmente à necessidade da Administração, ao combinar capacidade operacional, especialização técnica, controle por desempenho e mecanismos de governança, garantindo a continuidade dos serviços, a segurança da informação e a eficiência na gestão da infraestrutura tecnológica.

Adicionalmente, a solução incorpora as lições aprendidas da execução contratual vigente, promovendo a evolução do modelo de prestação de serviços, com redução de riscos e melhoria da qualidade dos resultados.

## **15. Justificativa econômica da escolha da solução**

### **Justificativa do valor estimado**

O valor estimado mostra-se compatível com o mercado, considerando:

a complexidade técnica dos serviços de infraestrutura e segurança da informação;

a necessidade de operação contínua (24x7);

a exigência de profissionais especializados em múltiplas disciplinas;

o nível de criticidade dos ambientes tecnológicos da ANCINE;

os requisitos de desempenho e disponibilidade estabelecidos;

a adoção de modelo de contratação baseado em equipe dedicada e controle por SLA.

Adicionalmente, a estimativa reflete o dimensionamento adequado da solução, evitando riscos de subdimensionamento ou superdimensionamento, em conformidade com as boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

### **Adequação orçamentária**

A contratação deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração, estando condicionada à previsão de recursos no orçamento anual e no Plano Plurianual, quando aplicável.

### **Publicidade do orçamento**

Nos termos da legislação vigente, a Administração poderá optar pelo caráter sigiloso do orçamento estimado até a fase de julgamento das propostas, como forma de ampliar a competitividade do certame, devendo tal decisão ser devidamente motivada no processo administrativo.

### **Conclusão**

A estimativa do valor da contratação encontra-se devidamente fundamentada, baseada em metodologia reconhecida e compatível com o objeto a ser contratado, refletindo a realidade de mercado e as necessidades da Administração, atendendo aos requisitos legais e às boas práticas de governança e planejamento das contratações públicas.

## **16. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A presente contratação tem como objetivo alcançar resultados que assegurem a melhoria da qualidade, da eficiência e da segurança dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, em especial no que se refere à operação da infraestrutura tecnológica e à administração da segurança da informação.

Os resultados pretendidos foram definidos com base nas fragilidades identificadas na execução contratual vigente e nos requisitos estabelecidos no Documento de Formalização da Demanda (DFD), estando diretamente relacionados à melhoria dos níveis de serviço, à redução de riscos operacionais e ao fortalecimento da governança de TIC.

### **Resultados operacionais esperados**

elevação do índice de cumprimento dos níveis de serviço para patamar igual ou superior a 95%;

redução do tempo médio de atendimento e resolução de incidentes;

garantia de disponibilidade dos serviços críticos em nível igual ou superior a 99,5%;

implementação de monitoramento contínuo e proativo da infraestrutura e da segurança da informação;

redução da incidência de falhas recorrentes nos ambientes tecnológicos;

melhoria da capacidade de resposta a incidentes críticos.

### **Resultados em segurança da informação**

redução da exposição a vulnerabilidades e ameaças cibernéticas;

aumento da taxa de correção de vulnerabilidades identificadas;

redução do tempo de resposta a incidentes de segurança;

implementação de processos estruturados de análise de causa raiz (RCA);

redução da reincidência de incidentes de segurança.

### **Resultados em governança e gestão**

fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização contratual;

aumento da rastreabilidade das ações e decisões técnicas;

melhoria da comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA;

implementação de indicadores de desempenho mensuráveis e auditáveis;

adoção de práticas de melhoria contínua na prestação dos serviços.

Resultados econômicos e de eficiência

- otimização da alocação de recursos públicos;
- redução de custos associados a falhas operacionais e indisponibilidade de serviços;
- melhoria da relação custo-benefício da contratação;
- maior previsibilidade dos custos operacionais.

Indicadores de resultados pretendidos

Indicador	Meta pretendida
Cumprimento de SLA	≥ 95%
Disponibilidade dos serviços	≥ 99,5%
Tempo de resposta a incidentes críticos	≤ 15 minutos
Tempo de resolução de incidentes críticos	≤ 8 horas
Taxa de correção de vulnerabilidades	≥ 95%
Índice de reincidência de incidentes	≤ 5%

Alinhamento com o interesse público

- Os resultados pretendidos contribuem diretamente para:
- garantia da continuidade dos serviços públicos prestados pela ANCINE;
  - proteção dos dados e informações institucionais;
  - melhoria da eficiência administrativa;
  - redução de riscos operacionais e de segurança;
  - aumento da confiabilidade dos sistemas institucionais.

Conclusão

Os resultados pretendidos demonstram que a contratação proposta não se limita à substituição do modelo atual, mas visa à evolução da prestação dos serviços de infraestrutura e segurança da informação, com ganhos significativos em eficiência, qualidade, segurança e governança.

A definição de indicadores mensuráveis e metas claras permite o acompanhamento efetivo da execução contratual, assegurando a geração de valor público e a aderência aos princípios da eficiência e da economicidade.

17. Providências a serem Adotadas

Requisitos de Transição Contratual

- A futura contratação deverá prever:
- plano de transição assistida entre contratos;
  - transferência de conhecimento (knowledge transfer);

mitigação de riscos de descontinuidade;

continuidade dos serviços sem interrupção.

### **Transição contratual**

A solução deverá contemplar plano de transição assistida, incluindo:

transferência de conhecimento entre contratos;

mapeamento dos ambientes tecnológicos;

continuidade da prestação dos serviços sem interrupção;

mitigação de riscos operacionais durante a transição.

## **18. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **18.1. Justificativa da Viabilidade**

Com base nas análises técnicas realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de serviços especializados de operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação da Agência Nacional do Cinema – ANCINE mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e de governança.

A necessidade da contratação encontra-se devidamente caracterizada, considerando a criticidade dos ambientes tecnológicos da Agência, a dependência institucional dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e as fragilidades identificadas na execução contratual vigente, especialmente relacionadas à atuação predominantemente reativa, falhas de monitoramento contínuo, recorrência de incidentes e insuficiência de integração entre infraestrutura e segurança da informação.

O levantamento de mercado e a análise comparativa das alternativas demonstraram que o modelo híbrido proposto, baseado na alocação de equipe especializada associada a mecanismos de controle por níveis de serviço (SLA) e indicadores de desempenho (KPI), apresenta-se como a solução mais adequada ao atendimento da necessidade institucional da ANCINE. A solução contempla atuação contínua, preventiva e orientada a riscos, alinhada às boas práticas de governança e operação de serviços de TIC.

A estimativa de custos foi elaborada com base em metodologia compatível com o objeto contratado, observando os parâmetros da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, bem como orientações do Tribunal de Contas da União, refletindo dimensionamento adequado da equipe e compatibilidade com os valores praticados no mercado.

Foram ainda identificadas as providências necessárias à adequada execução contratual, incluindo mecanismos de governança, fiscalização, transição assistida, gestão de riscos, monitoramento contínuo e mensuração de desempenho, assegurando condições adequadas para a gestão e fiscalização da futura contratação.

No que se refere aos impactos ambientais, verificou-se baixa materialidade ambiental da contratação, sendo suficientes medidas mitigadoras relacionadas à racionalização do uso de recursos computacionais, monitoramento de capacidade e otimização operacional dos ambientes tecnológicos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação:

- a) atende adequadamente à necessidade pública identificada;
- b) é viável sob os aspectos técnico e econômico;
- c) encontra-se alinhada à Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes normativas aplicáveis às contratações de TIC;
- d) incorpora mecanismos de governança, controle e gestão compatíveis com as boas práticas da Administração Pública;
- e) contribui para a mitigação de riscos operacionais e de segurança da informação;
- f) promove melhoria da disponibilidade, continuidade e segurança dos serviços de TIC da ANCINE.

Assim, este Estudo Técnico Preliminar posiciona-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação, recomendando a elaboração do Termo de Referência e a continuidade das demais etapas do processo de contratação.

## **19. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**TIAGO PALHANO DIAS COSTA**

Coordenador(a) de Infraestrutura e Suporte ao Usuário • GTI/CIS



*Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 14:54:14.*

**ANDRE LUIZ NERY DE SA**

Assessor(a) • GTI/CIS



*Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 14:00:28.*

**BRAULIO REZENDE BARBOSA**

Coordenador(a) de Integração e Gestão de Contratos de TI • GTI/CIG



*Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 11:57:04.*

**EVANDRO PEREIRA SILVA**

Técnico Administrativo • GAD/CLC



Documento de Formalização da Demanda 42/2026

Número do Documento de Formalização da Demanda: 42/2026

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Coordenação de Infraestrutura e Segurança da Informação - CIS-GTI	26/06/2026 00:00	203003	BRAULIO REZENDE BARBOSA

Descrição sucinta do objeto  
Contratação de serviços especializados de operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação da Agência.  
Justificativa da prioridade

A contratação dos serviços de operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação é classificada como de alta prioridade, tendo em vista seu caráter essencial para a continuidade das atividades institucionais da ANCINE. A indisponibilidade dos serviços de infraestrutura e segurança impacta diretamente a disponibilidade dos sistemas corporativos, a integridade das informações e a continuidade das atividades administrativas e finalísticas da Agência. Adicionalmente, falhas na operação da infraestrutura e na administração da segurança da informação podem ocasionar indisponibilidade de serviços críticos, perda ou vazamento de dados e riscos ao cumprimento das obrigações legais, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

2. Justificativa de Necessidade

Atualmente a Ancine, para executar suas funções institucionais, depende intrinsecamente da Tecnologia da Informação, uma vez que existem sistemas, serviços e dispositivos necessários para a consecução de quase todas as atividades dentre os diversos setores da Agência.

Desta forma, é crucial que toda essa malha tecnológica funcione e que esteja o maior tempo possível disponível para sua utilização. Para que isso aconteça, a Ancine, desde seus primórdios, e assim como outros órgãos, conta com o apoio de equipes especializadas contratadas.

Atualmente, a operação desses ambientes é realizada por meio dos Contratos nº 11/2023 e nº 12/2023, que abrangem serviços de sustentação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação.

Considerando a vigência limitada do contrato atual, bem como a ocorrência de eventos que comprometeram as entregas esperadas ao longo de sua execução, conforme registrado no Relatório Técnico de Fiscalização nº 10 (SEI nº 3999913), cujos apontamentos serão detalhados a seguir, evidencia-se a necessidade de instauração de novo processo de contratação, a fim de assegurar a continuidade dos serviços de suporte técnico aos usuários da ANCINE.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)		1,002.530.305,32		2.530.305,32

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**TIAGO PALHANO DIAS COSTA**

Coordenador(a) de Infraestrutura e Suporte ao Usuário • GTI/CIS

**ANDRE LUIZ NERY DE SA**

Assessor(a) • GTI/CIS

**BRUNO SCHNEIDER**

Gerente de Tecnologia da Informação • SGI/GTI

**BRAULIO REZENDE BARBOSA**

Coordenador(a) de Integração e Gestão de Contratos de TI • GTI/CIG

## 5. Contextualização da Demanda

A infraestrutura tecnológica da ANCINE sustenta os sistemas institucionais utilizados para execução das atividades da Agência.

Essa infraestrutura compreende servidores, bancos de dados, redes corporativas, sistemas institucionais e mecanismos de segurança da informação.

Atualmente, a operação desses ambientes é realizada por meio dos Contratos nº 11/2023 e nº 12/2023, que abrangem serviços de sustentação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação.

Considerando a vigência limitada do contrato atual, bem como a ocorrência de eventos que comprometeram as entregas esperadas ao longo de sua execução, conforme registrado no Relatório Técnico de Fiscalização nº 10 (SEI nº 3999913), cujos apontamentos serão detalhados a seguir, evidencia-se a necessidade de instauração de novo processo de contratação, a fim de assegurar a continuidade dos serviços de suporte técnico aos usuários da ANCINE.

## 6. Lições Aprendidas da Execução Contratual

A análise da execução contratual dos serviços de infraestrutura e segurança da informação, conforme Relatório Técnico de Fiscalização nº 10 (SEI 3999913), evidenciou fragilidades relevantes no modelo atual de prestação dos serviços.

Foram identificados:

- descumprimento de SLA em incidentes estruturais críticos;
- taxa de sucesso inferior ao esperado em períodos críticos (aproximadamente 86%);
- falhas na atuação proativa de monitoramento da infraestrutura;

- dependência excessiva de atuação reativa baseada em chamados;
- falhas na comunicação entre equipes de infraestrutura e segurança;
- aplicação recorrente de glosas e sanções administrativas, sem correção estrutural do problema.

Verificou-se ainda que:

- o modelo contratual baseado em demandas reativas não atende à natureza da segurança da informação;
- houve indícios de insuficiência de prontidão operacional da equipe;
- o modelo de operação comprometeu a disponibilidade dos serviços e o atendimento tempestivo.

Dessa forma, a futura contratação deverá:

- priorizar atuação preventiva e monitoramento contínuo;
- garantir prontidão operacional da equipe;
- melhorar a integração entre infraestrutura e segurança;
- fortalecer os mecanismos de controle e governança.

## 7. Descrição da Solução

A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de:

- administração de servidores;
- administração de redes;
- administração de bancos de dados;
- administração de sistemas;
- monitoramento contínuo da infraestrutura tecnológica;
- administração da segurança da informação;
- resposta a incidentes de segurança;
- identificação e tratamento proativo de vulnerabilidades.

A prestação dos serviços deverá assegurar a disponibilidade contínua e a prontidão operacional da equipe, de forma compatível com os níveis mínimos de serviço, não sendo admitidos modelos que comprometam o atendimento tempestivo das demandas.

A definição dos perfis profissionais e quantitativos apresentados neste documento observa o Cenário 2 – Atual (Corrigido), conforme análise de viabilidade orçamentária realizada pela área técnica, conforme e-mail CIS - Cenários (SEI nº 4026525), o qual busca o equilíbrio entre a capacidade operacional necessária e a disponibilidade orçamentária da Agência para o exercício de 2026.

## 8. Perfis Profissionais

Perfil	Quantidade
Analista de Suporte Computacional Sênior (Monitoramento)	0,4
Gerente de infraestrutura de tecnologia da informação*	1
Analista de suporte computacional Pleno (Hiperconvergência)	0,5
Analista de suporte computacional Sênior (Hiperconvergência)	0,25
Administrador de sistemas operacionais Pleno (Devops)	1,25

Administrador de sistemas operacionais Sênior (Devops)	0,6
Analista de redes e de comunicação de dados Junior	0,4
Analista de redes e de comunicação de dados Sênior	0,1
Gerente de segurança da informação*	0,5
Administrador em segurança da informação Pleno	0,6
Administrador em segurança da informação Sênior	0,5
Administrador de sistemas operacionais Júnior	2,25
Administrador de sistemas operacionais Pleno	2,5
Administrador de sistemas operacionais Sênior	0,4
Administrador de banco de dados Pleno	0,25
Administrador de banco de dados Sênior	0,5
Analista de suporte computacional Junior (Operação)	0,6
Analista de suporte computacional Junior (Operação - Escritório Brasília)	0,1

*\*Nomenclatura utilizada apenas para a finalidade de estimar o custo efetivo da contratação conforme Anexo A da Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023 (SEI nº 4026519).*

A segmentação dos perfis profissionais, inclusive com a indicação de especialidades entre parênteses, reflete a necessidade de atendimento a diferentes frentes técnicas da infraestrutura de TIC, tais como monitoramento, hiperconvergência, DevOps e operação.

A distribuição apresentada foi dimensionada com base no Cenário 2 – Atual (Corrigido), totalizando aproximadamente 12,7 postos equivalentes, em conformidade com a disponibilidade orçamentária e a necessidade operacional da Agência.

Os profissionais deverão possuir disponibilidade compatível com a volumetria de demandas da ANCINE, sendo vedado modelo de alocação que comprometa o cumprimento dos níveis mínimos de serviço.

A contratada deverá garantir substituição imediata em caso de indisponibilidade de profissionais.

## 9. Acordos de Nível de Serviço

A prestação dos serviços deverá observar Acordos de Nível de Serviço (ANS), os quais terão por finalidade garantir a qualidade, disponibilidade e tempestividade no atendimento das demandas de infraestrutura e suporte de TIC.

Os níveis de serviço deverão contemplar, entre outros aspectos:

- prazos de atendimento e de resolução de incidentes e requisições;
- níveis mínimos de disponibilidade dos serviços;
- critérios de priorização e classificação de chamados;
- indicadores de desempenho vinculados à execução contratual.

Ressalta-se que os prazos, metas e níveis mínimos de disponibilidade serão definidos de forma detalhada durante a elaboração do Termo de Referência, considerando:

- o histórico de demandas da Agência;
- a criticidade dos serviços;
- as melhores práticas de mercado;
- e as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Governo Digital.

Dessa forma, os parâmetros apresentados neste documento possuem caráter preliminar e orientativo, podendo ser ajustados e refinados na fase de planejamento da contratação, sem prejuízo da aderência ao modelo de contratação adotado.

Disponibilidade da Infraestrutura

Serviço	Disponibilidade mínima
Servidores	99,5%
Redes	99,5%
Sistemas institucionais	99,5%

Atendimento de Incidentes

Prioridade	Prazo
Alta	até 2 horas
Média	até 4 horas
Baixa	até 8 horas
Atendimento pelo Perfil de Gerente (Líder)	até 1 hora via Microsoft Teams

Resolução de Incidentes

Prioridade	Prazo
Alta	até 8 horas
Média	até 24 horas
Baixa	até 48 horas

Monitoramento Contínuo

A contratada deverá implementar modelo de monitoramento contínuo da infraestrutura e da segurança da informação, incluindo:

monitoramento proativo 24x7;

identificação de vulnerabilidades;

análise contínua de eventos de segurança;

resposta rápida a incidentes;

geração de relatórios periódicos.

Indicadores de Desempenho

Deverão ser observados os seguintes níveis mínimos:

disponibilidade ≥ 99,5%;

cumprimento de SLA ≥ 95%;

tempo de resposta a incidentes críticos de segurança ≤ 30 minutos;

taxa de correção de vulnerabilidades ≥ 95%.

8. Estimativa de Custos

10. Riscos da Não Contratação

Risco	Impacto
Indisponibilidade de sistemas	Paralisação institucional
Falhas de segurança	Vazamento de dados e incidentes de segurança
Falhas de infraestrutura	Interrupção de serviços digitais
Ausência de monitoramento contínuo	Aumento de vulnerabilidades e ataques

11. Estimativa de Custos (Mensal e Anual)

A estimativa preliminar de custos da presente contratação foi elaborada com base no modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e segurança da informação, instituído pela Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023.

Para a definição do valor estimado, foram considerados:

- os perfis profissionais e quantitativos definidos conforme o SEI 4026527, anexo ao E-mail CIS - Cenários (SEI nº 4026525);
- os valores de referência constantes do mapa salarial da Secretaria de Governo Digital;
- a aplicação do Fator-K, que contempla encargos sociais, benefícios, despesas indiretas e margem de lucro;
- os parâmetros da Planilha Simplificada de Custos (Anexo A da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023).

A memória de cálculo detalhada encontra-se consolidada no documento Anexo DFD - Memória Cálculo do Custo (SEI nº 4026519), que integra o presente processo.

Não foram identificados, neste momento, outros itens de custo adicionais.

Com base nessa metodologia, obtêm-se os seguintes valores estimados:

Período	Valor estimado
Custo mensal estimado	R\$ 210.858,78
Custo estimado para 2026 (6 meses)	R\$ 1.265.152,66
Custo estimado anual (12 meses)	R\$ 2.530.305,32

A estimativa apresentada possui caráter meramente referencial, sendo utilizada para fins de planejamento da contratação, conforme disposto no art. 23 da Lei nº 14.133 /2021.

Ressalta-se que, conforme o modelo definido pela Secretaria de Governo Digital, os valores de referência utilizados (mapa salarial e Fator-K) substituem a necessidade de pesquisa de preços tradicional para os perfis profissionais.

Destaca-se, ainda, que o custo efetivo da contratação será definido exclusivamente no decorrer do processo licitatório, quando as empresas licitantes deverão apresentar suas respectivas Planilhas de Custos e Formação de Preços (Anexo B da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023), considerando suas estruturas operacionais, encargos e estratégias comerciais.

Dessa forma, os valores ora estimados não vinculam a Administração, servindo apenas como parâmetro para:

- análise de viabilidade da contratação;
- planejamento orçamentário;
- definição do valor máximo aceitável no certame.

12. Encaminhamento Administrativo

Recomenda-se a constituição da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) para condução do processo de planejamento da contratação.

13. Identificação da Area Requisitante e Res

Área Requisitante (Unidade/Setor/Depto):	
Responsável(eis) pela demanda:	
Nome : Tiago Palhano Dias Costa	
SIAPE: 1533876	Cargo/Função : Coordenador de Infraestrutura e Suporte ao Usuário (CIS/GTI)

14. Encaminhamento

CONSIDERANDO o alinhamento da contratação ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) e ao Plano Anual de Contratações;

CONSIDERANDO sua relevância e oportunidade em relação aos objetivos estratégicos da ANCINE e às necessidades da Área Requisitante, bem como a impossibilidade de atendimento por meios próprios;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que estabelece a obrigatoriedade de elaboração dos artefatos de planejamento da contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo o Estudo Técnico Preliminar (ETP);

CONSIDERANDO as evidências constantes do Relatório Técnico de Fiscalização nº 10 (SEI 3999913), que indicam a necessidade de aprimoramento do modelo de prestação dos serviços, especialmente quanto à governança, monitoramento e cumprimento de níveis de serviço;

APROVO o prosseguimento da demanda;

DETERMINO o prosseguimento da instrução processual com a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos da referida Instrução Normativa, como etapa necessária ao adequado planejamento da contratação;

e ENCAMINHO os autos à Gerência de Administração – GAD, autoridade competente da Área Administrativa, conforme art. 10, Subseção I, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para que:

decida motivadamente sobre o prosseguimento da contratação;

adote as providências necessárias à formalização do processo licitatório, conforme a legislação vigente.

Bruno Schneider

Gerente de Tecnologia da Informação - GTI

15. Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
17/03/2026	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Renata Cristina da Costa Manna (Revisado por Braulio Rezende Barbosa)
02/04/2026	2.0	Alteração do quantitativo de perfis	Braulio Rezende Barbosa

16. Classificação do Serviço

CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Código CATSER	Descrição do Serviço
27014	Serviços de operação de infraestrutura de TIC

17. Acompanhamento

IdAcompanhamento	Responsável	Data
1 Revisão do DFD necessário para adequação frente às restrições orçamentárias impostas à ANCINE.	BRAULIO REZENDE BARBOSA	02/04/2026 17:09
2 DFD revisado para adequação às restrições orçamentárias impostas ao órgão. SEI 4026808	BRAULIO REZENDE BARBOSA	02/04/2026 17:06
3 DFD decorrente da ausência de manifestação da Contratada em prorrogar os Contratos 11 e 12 de 2023, sendo necessária uma nova Contratação.	BRAULIO REZENDE BARBOSA	27/03/2026 07:15
4 Para atualização do escopo e valores	BRAULIO REZENDE BARBOSA	27/03/2026 07:09
5 Processo SEI 01416.002362/2026-63. Nova contratação necessária em virtude da ausência de manifestação da Contratada responsável pelo Contrato vigente quanto à prorrogação.	BRAULIO REZENDE BARBOSA	23/03/2026 17:37

18. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.



## ANEXO I

### EQUIPE TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

#### 1. GERENTE (LÍDER) DE INFRAESTRUTURA DE TIC

O líder de infraestrutura e TIC é a figura responsável por coordenar todos os perfis de atendimento de sustentação de infraestrutura, observando às recomendações e boas práticas ITIL de Gestão de Requisições, Gestão de Incidentes, Gestão de Acesso, Gestão de Ativos de Hardware e Software e Gestão de Base de Conhecimentos, dentro do escopo da sua área de atuação. Além disso, ele atua como uma ponte entre a fiscalização contratual e o atendimento dos serviços.

Também é responsável por supervisionar a performance operacional dos atendimentos de sustentação e do monitoramento do ambiente.

##### Atribuições específicas:

- Supervisionar a execução das atividades de N3, visando o cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos.
- Dimensionar e alocar os recursos da CONTRATADA, com base na demanda de atendimento, no perfil dos técnicos e na disponibilidade da infraestrutura.
- Alertar a fiscalização contratual sobre indisponibilidades em serviços provocadas por incidentes e por interrupções programadas.
- Elaborar os relatórios e acompanhar o desenvolvimento por meio de monitoramentos, feedbacks, índices de desempenho, avaliações e campanhas motivacionais.
- Informar a equipe sobre os novos procedimentos e realizar as mudanças nas especificações dos processos, produtos, sistemas e fluxos.
- Coordenar o registro de informações nas Bases de Dados de Conhecimentos, de Itens de Configuração e de Ativos de Serviço (Hardware e Software).
- Garantir que a causa raiz de problemas seja encontrada e a solução encaminhada para as áreas especializadas, por meio da abertura ou do encaminhamento de chamados.
- Verificar a existência de multiplicidade de incidentes reportados relativos a um problema, agrupá-los e tratá-los de forma conjunta.
- Elaborar recomendações para implementação mudanças.
- Programar as mudanças necessárias para a resolução de incidentes no ambiente de TIC, e controlar o seu fluxo de aprovação. Obter e registrar o feedback do cliente em relação ao sucesso das mudanças implementadas.
- Cuidar da comunicação de todas as partes envolvidas ou afetadas por mudanças no ambiente de TIC.
- Controlar as mudanças relacionadas com alterações preventivas, corretivas ou evolutivas nos sistemas corporativos e no ambiente de TIC.
- Analisar incidentes e produzir estatísticas operacionais.
- Operacionalizar, monitorar e fornecer evidências técnicas para apoiar a CONTRATANTE no cumprimento dos indicadores do framework do Programa de Privacidade em Segurança (PPSI) do Ministério de Gestão e da Inovação (MGI).

- Recomendar soluções alternativas quando a solução definitiva não for possível.
- Reportar ao CONTRATANTE as posturas técnicas e institucionais que, no seu entendimento, afetam direta ou indiretamente os serviços de gerência de problemas, incidentes e mudanças.
- Apoiar a equipe de gestão de serviços da CONTRATANTE na definição das mudanças que serão adotadas, considerando os aspectos relativos a prioridades (impacto, urgência) e categorias de mudanças (padronizadas e não padronizadas).
- Centralizar e coordenar a comunicação de problemas ou indisponibilidades reportadas pelas equipes de monitoramento e de suporte especializado, transmitindo as informações sobre o tempo de retorno à fiscalização contratual da CONTRATANTE.
- Centralizar, administrar e priorizar todas as requisições de mudança encaminhadas pela área de desenvolvimento de sistemas.
- Definir, em conjunto com a equipe de gestão de serviços da CONTRATANTE, o nível de controle e de detalhamento de dados que serão utilizados para a execução dos serviços de gerência de mudanças.
- Apoiar a elaboração de planos e projetos de mudanças que afetem ou possam afetar configurações, qualidade, desempenho e disponibilidade dos componentes de serviços entregues e disponibilizados aos usuários, tais como sistemas, equipamentos, documentação técnica/normativa, instalações etc.
- Apoiar na elaboração de normas e documentação previstas no ITIL v4 ou superior.
- Gerenciar os processos de liberação, implantação e atualização dos produtos e serviços entregues, de acordo com o nível de controle e de detalhamento de dados estabelecido, para os ambientes de homologação e de produção.
- Organizar reuniões, orientando as equipes envolvidas, documentando todo o procedimento acompanhando a mudança antes, durante e depois de concretizada, buscando garantir a máxima eficiência e eficácia do processo de mudança.
- Apoiar no gerenciamento das ações de outros prestadores de serviços contratados pela CONTRATANTE que serão envolvidos nos processos de mudanças.
- Realizar a atualização do inventário de componentes de serviços entregues/disponibilizados aos usuários na Base de Dados de Gerência de Configuração.
- Observar o cumprimento de prazos e prioridades nas mudanças.
- Validar, registrar e manter atualizada a base de dados de configuração e mudanças na ferramenta de requisição de serviço e gerenciamento de TI, cadastrando todas as ações corretivas e preventivas que geraram mudanças nos componentes de serviços (equipamentos, sistemas, documentação etc.).
- Assegurar que mudanças não autorizadas não sejam implementadas.
- Elaborar relatórios gerenciais e estatísticos das atividades de mudanças, contendo informações como a quantidade de mudanças implementadas, a indisponibilidade devido a Requisições Planejadas etc.
- Obter da equipe de gestão de serviços da CONTRATANTE informações e documentação sobre o escopo, objetivos, políticas, procedimentos, localização física, responsáveis técnicos/administrativos, características e atributos de cada componente de serviços disponibilizado aos usuários.

- Detalhar as estruturas de dados de configuração de todos os componentes de serviços entregues/disponibilizados aos usuários da CONTRATANTE.
- Assegurar que todos os componentes de serviços disponibilizados aos usuários e seus respectivos “status” estejam cadastrados na base de dados de gerência de configuração.
- Realizar revisões e auditorias periódicas para verificar a existência física dos componentes de serviços disponibilizados aos usuários e seu correto registro na base de dados de gerência de configuração.
- Efetuar a interação entre os serviços de gerência de configuração, de mudanças e de incidentes/problemas com as demais áreas especializadas de TI.
- Monitorar os indicadores de qualidade no atendimento.
- Criar e acompanhar, nas ferramentas de monitoramento do ambiente, os mecanismos que forem necessários para a avaliação proativa, gestão da capacidade e da disponibilidade do ambiente e dos serviços de TIC.
- Apoiar a GTI na gestão do catálogo de serviços de TI, realizando a adição ou supressão de itens no catálogo e realizando ou modificando a sua associação com um determinado nível de serviço.
- Apoiar a GTI na implantação e consolidação de ferramenta específica para a análise e correlação de eventos e gestão de riscos a partir dos logs e demais registros de eventos existentes no ambiente de TIC.
- Realizar de forma proativa a avaliação de resultados, análise de tendências e prospecção de oportunidades e recursos para melhoria contínua no ambiente (pessoas, processos e tecnologias). Repassar informações sobre as condições operacionais do ambiente para os gestores de TI da CONTRATANTE.
- Obter e coletar todas as informações necessárias ao controle e supervisão do ambiente de TI.
- Acompanhar e analisar os alertas e indicadores de desempenho fornecidos pela ferramenta de monitoramento do ambiente de TI.
- Identificar e reportar a necessidade de adequação da infraestrutura frente a alguma demanda previsível.
- Elaborar planos de ação para assegurar a correta implantação das mudanças e evoluções no ambiente de TI.
- Participar de reuniões periódicas com representantes da CONTRATANTE para o controle do fluxo e do andamento dos processos de mudanças e de melhorias no ambiente de TI.
- Revisar e atualizar procedimentos operacionais.
- Buscar permanentemente reduzir a quantidade de chamados adotando e recomendando ao CONTRATANTE novos procedimentos, metodologias, políticas e ferramentas.
- Projetar, operar, administrar e manter o conjunto de soluções, ferramentas, softwares e hardwares que compõe a camada de sustentação de serviços e aplicações da CONTRATANTE;
- Estruturar e manter continuamente a base de conhecimento, contemplando as soluções de incidentes, com respostas padronizadas.
- Acompanhar e gerenciar o desempenho e capacitação dos profissionais alocados nas áreas especializadas.

Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 8 (oito) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Pelo menos 3 (três) anos em condução e acompanhamento de projetos de TI e na coordenação de equipes de TI.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e Pós-graduação na área de Tecnologia da Informação (carga horária mínima de 360 horas).
- Certificação ITIL Foundation

**2. ANALISTA DE SUPORTE COMPUTACIONAL PLENO (HIPERCONVERGÊNCIA E BACKUP)**

O analista de suporte computacional pleno (hiperconvergência e backup) é responsável por todas as solicitações e serviços de complexidade média/baixa relativos à hiperconvergência, armazenamento dados e virtualização.

Atribuições específicas:

- Analisar e registrar soluções de ocorrências, mantendo o respectivo histórico bem como as soluções aplicadas.
- Transmitir informações sobre assuntos que afetem os usuários, tais como mudanças de configurações de servidores, novas versões de software etc.
- Garantir a integridade e confidencialidade das informações sob seu gerenciamento e verificar ocorrências de infrações de segurança.
- Executar as atividades de Requisições Planejadas, atualizando todas as informações pertinentes.
- Realizar o backup dos serviços e sistema através de ferramentas para garantir o armazenamento dos dados corporativos.
- Executar testes de restauração de dados e sistemas completos periodicamente.
- Executar restauração de dados e/ou sistemas completos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.
- Criar, editar e remover LUNs, Volumes, Agregações, Zones do ambiente de armazenamento de dados.
- Administrar e configurar os volumes NFS, CIFS, entre outros
- Acionar suporte/garantia dos equipamentos de armazenamento de dados junto aos fornecedores/ fabricantes.
- Analisar o log collector do ambiente Nutanix.
- Utilizar o Portal de Suporte da empresa Nutanix para abertura de chamados e consulta à base de conhecimento.
- Realizar medidas de desempenho utilizando o Nutanix Tools.
- Criar relatórios customizados sobre o ambiente de hiperconvergência.
- Criar, gerenciar e monitorar máquinas virtuais.
- Prover informações sobre carga de trabalho de cada máquina virtual.
- Atribuir interfaces de rede a máquinas virtuais.
- Configurar o Data Protection em uma máquina virtual no ambiente Nutanix.
- Identificar e aplicar políticas de retenção.
- Definir Storage Pool e Storage Container no ambiente Nutanix.
- Configurar Volume Group no ambiente Nutanix.
- Gerenciar o repositório de imagens do Prism Central.

- Participar de reuniões junto à CONTRATANTE para tratativa de assuntos técnicos pertinentes à área. Confeccionar relatório mensal de estatística de uso dos equipamentos de armazenamento de dados bem como propor e executar melhorias a fim de aumentar a eficiência de uso dos dados.

#### Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 3 (três) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.
- Experiência mínima de 2 (dois) anos em atividades atinentes à hiperconvergência.
- Experiência em atividades atinentes à armazenamento e backup de dados
- Certificação Nutanix Certified Associate (NCA)

### **3. ANALISTA DE SUPORTE COMPUTACIONAL SÊNIOR (HIPERCONVERGÊNCIA E BACKUP)**

O analista de suporte computacional sênior (hiperconvergência) é responsável por todas as solicitações e serviços de complexidade alta relativos à hiperconvergência, bem como solicitações referentes à falha nos serviços. Além disso, também é responsável pela implantação de novos serviços ou sistemas neste escopo. Dentro deste ambiente de Hiperconvergência (fornecedor Nutanix) encontram-se os serviços de Backup, Storage e Virtualização (AHV e VMWare), com todos os estes sendo responsabilidades deste perfil também.

#### Atribuições específicas:

- Administrar solução de Backup da CONTRATANTE ou outra que venha a implementar, incluindo criação, edição e remoção de políticas, restore e todas outras atividades referentes a backup. Garantir a integridade e confidencialidade das informações sob seu gerenciamento e verificar ocorrências de infrações de segurança.
- Implantar processos automatizados de análise, através de monitoramento e identificação de falhas. Exercitar e simular contingências, e informar a necessidade de correções e aperfeiçoamentos. Garantir a operacionalidade, acessibilidade, disponibilidade e integridade dos softwares sob sua responsabilidade.
- Apoiar a instalação e configuração da solução de Backup utilizada pela CONTRATANTE nos servidores de aplicações, e suas dependências, e no ambiente de Virtualização e garantir o seu correto funcionamento.
- Realizar o planejamento dos recursos e da capacidade de armazenamento de dados.
- Configurar e administrar os dados armazenados da CONTRATANTE, através de análise, monitoramento e correção de problemas relacionados ao armazenamento de dados.
- Instalar, administrar, operar e manter equipamentos de armazenamento de dados ou equipamentos que a CONTRATANTE venha a utilizar para armazenamento de dados.
- Verificar e tratar os erros apresentados nos equipamentos de armazenamento de dados e hiperconvergência.
- Administrar os snapshots e checkpoints storages.

- Analisar o log collector do Nutanix
- Utilizar o Portal de Suporte da Nutanix para abertura de chamados e consulta à base de conhecimento.
- Realizar medidas de desempenho utilizando o Nutanix tools.
- Monitorar o desempenho de máquinas virtuais.
- Criar relatórios customizados sobre o ambiente de hiperconvergência.
- Prover informações sobre carga de trabalho de cada máquina virtual.
- Atribuir interfaces de rede a máquinas virtuais.
- Configurar o Data Protection em uma máquina virtual no ambiente Nutanix.
- Identificar e aplicar políticas de retenção.
- Definir storage pool e storage container no ambiente Nutanix.
- Configurar Volume Group no ambiente Nutanix.
- Gerenciar o repositório de imagens do Prism Central.
- Participar de reuniões junto à CONTRATANTE para tratativa de assuntos técnicos pertinentes à área. Confeccionar relatório mensal de estatística de uso dos equipamentos de armazenamento de dados bem como propor e executar melhorias a fim de aumentar a eficiência de uso dos dados.
- Configurar cluster
- Gerenciar operacoes em nós do cluster Nutanix
- Configurar RBAC
- Instalar certificados SSL
- Gerenciar usuários
- Configurar rede, incluindo aplicação de microsegmentação.
- Realizar configuração, deploy e migração de VM
- Configurar Affinity Rules
- Definir e configurar Volumes Nutanix
- Criar, configurar e manter Nutanix Files e Nutanix Object
- Configurar e testar alta disponibilidade de VM
- Realizar upgrades e instalar atualizações e patches de segurança de ambientes Nutanix
- Instalar, recuperar e realizar upgrades de licenças Nutanix
- Realizar upgrade de firmware de equipamentos Nutanix
- Atualizar desempenho de cluster e de storage
- Realizar troubleshoot de problemas de desempenho em ambiente Nutanix e Storage
- Realizar troubleshoot de problemas de conectividade
- Validar configurações de Disaster Recovery
- Configurar Protection Domain
- Realizar otimização de desempenho para uma carga de trabalho específica

#### Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 6 (seis) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e Pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.
- Experiência mínima de 2 (dois) anos em ambiente de virtualização.
- Experiência mínima de 2 (dois) anos em atividades atinentes à backup.
- Experiência mínima de 2 (dois) anos em atividades atinentes à hiperconvergência.
- Certificação Nutanix Certified Master (NCM)

#### **4. ADMINISTRADOR DE SISTEMAS OPERACIONAIS PLENO (DEVOPS)**

O administrador de sistemas operacionais pleno (Devops) é o responsável pelo atendimento de solicitações de média/baixa complexidade relativas a servidores de aplicação e sistemas e serviços que sustentem aplicações da CONTRATANTE.

##### Atribuições específicas:

- Manter e administrar os recursos dos sistemas operacionais dos servidores de aplicações do datacenter, inclusive os relativos ao ambiente tecnológico da CONTRATANTE.
- Realizar o deploy, a manutenção e o controle da execução das aplicações corporativas.
- Realizar atividades de instalação física de servidores de aplicações, appliances e outros equipamentos dedicados ao provimento de serviços de TIC na infraestrutura do datacenter.
- Analisar e registrar soluções de ocorrências, mantendo o respectivo histórico bem como as soluções.
- Monitorar e gerenciar a performance dos servidores de aplicação.
- Atualizar os servidores de aplicação sustentados em ambientes de produção, homologação e testes.
- Apoiar processos de automação de builds e controle de versionamento de aplicações.
- Apoiar na configuração e manutenção de ambiente Kubernetes, Docker e de ferramentas de IaC (Terraform e Ansible).
- Garantir a integridade e confidencialidade das informações sob seu gerenciamento e verificar ocorrências de infrações de segurança.
- Alocar no ambiente de orquestração recursos de hardware para as máquinas virtuais, tais como unidades lógicas de armazenamento, interfaces de rede, processamento, memória etc. Monitorar na ferramenta de orquestração a utilização dos recursos de hardware do ambiente virtualizado.
- Executar as atividades de Requisições Planejadas, atualizando todas as informações pertinentes.

##### Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 3 (três) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e Pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.
- Experiência mínima de 2 (dois) anos desenvolvendo funções de Devops.

#### **5. ADMINISTRADOR DE SISTEMAS OPERACIONAIS SÊNIOR (DEVOPS)**

O administrador de sistemas operacionais sênior (Devops) é o responsável pelo atendimento de solicitações de alta complexidade relativas a servidores de aplicação e sistemas e serviços que sustentem aplicações da CONTRATANTE, além de solicitações de falha. Também é responsável pela implantação de novos sistemas ou serviços de sua área de escopo.

#### Atribuições específicas:

- Garantir que não haja negação de serviço para os usuários legítimos de aplicações, reportando os problemas para a equipe técnica responsável.
- Manter atualizada a Base de Dados de Configuração dos ativos de servidores e serviços de TIC, inclusive em relação aos relacionamentos entre os itens de configuração (ICs).
- Garantir a consistência e a segurança das informações.
- Atuar junto à Equipe de Desenvolvimento/Manutenção de Sistemas para assegurar o pleno funcionamento das aplicações.
- Instalar e administrar Certificados Digitais de servidores e de aplicações.
- Fornecer informações e relatórios sobre a utilização e situação das aplicações.
- Manter e suportar as interfaces entre a Internet e as aplicações, implementar softwares e mecanismos que garantam o acesso seguro e a consistência das funcionalidades web.
- Analisar periodicamente os logs das aplicações buscando potenciais falhas existentes nos sistemas, tomar medidas contingenciais e alertar as áreas responsáveis pelo desenvolvimento e uso da aplicação.
- Desenvolver rotinas e scripts voltados à continuidade das aplicações.
- Aplicar as diretrizes institucionais de segurança da informação no que concerne aos servidores e às aplicações.
- Fornecer suporte em operações de instalação, implantação e migração de aplicações que se encontram nos ambientes de produção, homologação e testes.
- Suportar o funcionamento de aplicações WEB desenvolvidas nas linguagens Java, PHP, Python ou outras utilizadas no ambiente da CONTRATANTE e outros servidores de aplicação que forem instalados no ambiente.
- Instalar, configurar e manter ambiente Kubernetes, Docker e ferramentas de IaC (Terraform e Ansible).
- Configurar e manter em funcionamento os servidores de aplicações WEB, tais como IIS, Apache, Tomcat, JBoss ou outros utilizados pela CONTRATANTE.
- Garantir a integridade e confidencialidade das informações sob seu gerenciamento e verificar ocorrências de infrações de segurança.
- Implantar processos automatizados de análise, monitoramento e identificação de falhas.
- Exercitar e simular contingências, e informar a necessidade de correções e aperfeiçoamentos.
- Instalar, customizar e tornar disponível as novas versões dos softwares aplicativos e de middleware (HTTP/HTTPS servers, Java Application Servers) a fim de agregar os novos recursos das ferramentas e manter a atualização tecnológica e a conformidade com o suporte do fornecedor.
- Instalar, configurar e manter os softwares de apoio utilizados pela CONTRATANTE, tais como os sistemas de controle de versão (SVN e GIT), sistema de automação de build (Ex: Jenkins), sistema de gestão de qualidade de código (Ex: Sonar), sistema de gestão de repositório (Ex: Artifactory/Maven), sistemas de controle de tarefas,



sistema de controle de documentação (Ex: wiki), sistema de gerenciamento de projetos (Ex: Gepnet, project), dentre outros.

- Gerenciar a ferramenta de orquestração de recursos do ambiente virtualizado.
- Participar de reuniões junto à CONTRATANTE para tratativa de assuntos técnicos pertinentes à área.

Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 5 (cinco) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e Pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.
- Experiência mínima de 3 (três) ano desenvolvendo funções Devops.

## **6. ANALISTA DE REDES E DE COMUNICAÇÃO DE DADOS JÚNIOR**

O analista de redes e de comunicação de dados júnior é o responsável por qualquer intervenção física na rede lógica da CONTRATANTE, seja com ou sem cabos. Será responsável por montar switches, organizar cabos, confeccionar cabos, entre outros.

Atribuições específicas:

- Instalar, substituir e manter ativos de rede tais como switches e roteadores, em qualquer um dos sítios de prestação de serviço, de acordo com as políticas institucionais de segurança de informação.
- Atuar local ou remotamente nos ativos de rede para realizar configurações ou solucionar incidentes.
- Fazer o contato e atuar na resolução de incidentes em conjunto com as empresas provedoras de enlaces de dados de longa distância.
- Efetuar abertura de chamados junto a fornecedores e acompanhar chamados técnicos para solução de problemas em equipamentos de rede.
- Realizar periodicamente testes de desempenho e qualidade dos links de dados.
- Atuar na instalação, na conexão e no reordenamento de cabos e pontos de acesso da rede local (LAN), inclusive organização de patch cords em racks, desde que tal atuação não se estenda a ações ou intervenções na rede de cabeamento lógico estruturado.
- Manter atualizada a Base de Dados de Configuração de todos os ativos de rede.

Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Ensino médio completo e conhecimento técnico em informática, ou curso superior em andamento ou concluído na área de informática em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;

## **7. ANALISTA DE REDES E DE COMUNICAÇÃO DE DADOS SENIOR**

O analista de redes e de comunicação de dados sênior é o responsável pela configuração, manutenção e correção de problemas na rede lógica da CONTRATANTE. Ele atuará em todas as falhas graves.

### Atribuições específicas:

- Configurar e administrar redes LAN, WAN e SDWAN.
- Configurar switches L3 e roteadores com protocolo BGP
- Análise e correção de problemas em redes de transmissão de dados, diagnóstico e análise de desempenho das redes de dados da CONTRATANTE.
- Apoiar o gerenciamento de enlaces de longa distância que operam nos protocolos Ethernet e MPLS.
- Fazer o contato e atuar na resolução de incidentes em conjunto com as empresas provedoras de enlaces de dados de longa distância.
- Configurar e monitorar as implementações e aplicações que utilizam mecanismos de qualidade de serviço (QoS) e priorização de tráfego.
- Manter atualizada a Base de Dados de Configuração de todos os ativos de rede.
- Garantir a consistência e a segurança das informações.
- Manter a documentação dos desenhos das topologias de rede atualizada e completa.
- Executar configurações necessárias para correções de problemas ou proposição de melhorias.
- Subsidiar os servidores da CONTRATANTE na elaboração de projetos de estruturas físicas e lógicas das redes.
- Aplicar de forma proativa os patches para atualização de software e correção de falhas e vulnerabilidades nos ativos de rede.
- Executar periodicamente testes de alta disponibilidade na infraestrutura do CONTRATANTE com o objetivo de validar o seu funcionamento.
- Apoiar a equipe de segurança na configuração de VPN.
- Operar os softwares e plataformas de gerenciamento de ativos de rede.
- Executar procedimentos e operações programadas em ambiente de produção.
- Apoiar o projeto e a implantação de redes sem fio nas unidades da CONTRATANTE.
- Efetuar abertura de chamados junto a fornecedores e acompanhar chamados técnicos para solução de problemas em equipamentos de rede.

### Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 6 (seis) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e Pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.

- Experiência mínima de 3 (três) anos em administração de ambiente de rede IP, roteadores, switches, redes wireless, endereçamento e roteamento IP.
- Certificação Cisco Certified Network Professional (core + especialização Enterprise, Data Center ou Service Provider)

## **8. ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS PLENO**

O administrador de banco de dados pleno é responsável por realizar solicitações de média/baixa complexidade relativas a Bancos de Dados.

### Atribuições específicas:

- Executar consultas de validação de dados no SGBD.
- Prover migração de dados entre SGBD distintos, conforme necessidade da CONTRATANTE.
- Executar cargas de dados nos SGBD de produção e homologação, a partir de requisição da CONTRATANTE. Instalar patches e pacotes de segurança disponibilizados pelo fabricante das soluções de SGBD, de forma coordenada com a gestão de mudanças e com as demais áreas especializadas envolvidas. Manter os SGBD em funcionamento de acordo com os níveis mínimos de serviço, garantindo a sua estabilidade, confiabilidade, desempenho.
- Análise dos backups e restores dos bancos de dados. Execução de testes periódicos para garantir a recuperação dos backups de acordo com as determinações da CONTRATANTE.
- Elaborar e executar scripts, jobs e demais tarefas relacionadas com a administração de bancos de dados.
- Testar e aplicar de forma proativa as atualizações de software.
- Análise diária dos SGBD's, utilizando o Enterprise Manager ou outra ferramenta de monitoramento, efetuando análise de consultas que porventura não estejam com o desempenho adequado, monitorando todo o ambiente de SGBD's e atuando de forma proativa na resolução dos problemas encontrados.
- Gerenciamento da disponibilidade e performance (tuning) de banco de dados. Análise e correção dos planos de execução de comandos DML para otimização do desempenho em esquemas OLTP e OLAP.
- Instalar, configurar e manter funcionalidade Oracle APEX, de acordo com as boas práticas orientação e documentação da Oracle.
- Configurar os parâmetros necessários para o correto funcionamento do SGBD, utilizando todos os recursos disponíveis nos servidores de banco de dados.
- Manter toda a documentação relacionada aos SGBD's e Oracle APEX.
- Efetuar consultas as bases de conhecimento do My Oracle Support.
- Recomendar e implantar boas práticas de segurança de banco de dados.
- Apoiar as equipes de desenvolvimento com atividades relacionadas ao banco de dados durante todo o ciclo de vida de seus produtos.
- Apoiar na investigação de incidentes com banco de dados de forma proativa.
- Atuar como consultor para o negócio em questões de engenharia de banco de dados. Atuar e/ou apoiar na implantação e manutenção de

ambientes de banco de dados para testes, disponibilizados de forma automatizada com práticas Devops.

- Priorizar a automação nas entregas realizadas.
- Validar scripts candidatos a promoção para ambiente produtivo dos SGBD's em liquibase, a fim de verificar as boas práticas, normas, padrões e orientações a respeito de deployment em produção utilizando a referida ferramenta.

#### Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 3 (três) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e Pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.
- Experiência mínima de 02 (dois) anos nas atividades relacionadas à administração e sustentação de banco de dados suportados pelas plataformas Oracle, SQL Server, Postgres SQL, MySQL, REDIS ou quaisquer outro SGBD adotado pela CONTRATANTE.
- Experiência com Metodologias Ágeis.
- Experiência em ferramentas de backup físico como RMAN
- Experiência em ferramentas de Disaster Recovery, como Dataguard, etc.
- Experiência em ferramentas de monitoramento e análise de ambiente, como, Enterprise Manager, Prometheus/Grafana etc.
- Conhecimentos de SQL e PL/SQL.
- Conhecimentos em PL/pgSQL.
- Conhecimentos em Linux e Shell Script.
- Conhecimentos de banco de dados não relacionais (NoSQL), como MongoDB e Elastic Search.
- Conhecimentos em Instalação e configuração da funcionalidade Oracle APEX.
- Conhecimentos em administração de banco de dados de alta disponibilidade (RAC).
- Conhecimentos em bancos de dados em contêineres para ambientes de testes.
- Conhecimentos em ferramenta Git (Ex: Gitlab).
- Conhecimentos em versionamento de objetos de banco de dados com Liquibase.
- Conhecimentos de práticas DEVOPS para disponibilização automatizada de ambientes de testes para equipe de desenvolvimento.
- Possuir certificação Oracle Database Administration Certified Professional.

## **9. ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS SÊNIOR**

O administrador de banco de dados sênior é responsável por realizar solicitações de alta complexidade relativas a Bancos de Dados, bem como solucionar falhas em SGDBs, atuando também na Engenharia de Confiabilidade de Banco de Dados (DBRE).

#### Atribuições específicas:

- Instalar, configurar e manter os servidores de banco de dados e produtos correlatos.
- Subsidiar a CONTRATANTE quanto à aquisição, ao funcionamento, à melhoria e à atualização dos sistemas gerenciadores de Bancos de Dados (SGBD) existentes no ambiente.
- Criar os ambientes de banco de dados, de acordo com as normas internas de arquitetura e segurança da CONTRATANTE.
- Instalar, configurar e manter funcionalidade Oracle APEX, de acordo com as boas práticas orientação e documentação da Oracle.
- Utilizar ferramentas de manutenção como RMAN, Dataguard e Enterprise Manager.
- Análise diária dos SGBD's, utilizando o Enterprise Manager ou outra ferramenta de monitoramento, efetuando análise de consultas que porventura não estejam com o desempenho adequado, monitorando todo o ambiente de SGBD's e atuando de forma proativa nos resolução dos problemas encontrados.
- Manter os SGBD em funcionamento de acordo com os níveis mínimos de serviço, garantindo a sua estabilidade, confiabilidade, desempenho.
- Manutenção das políticas de replicação de dados e de backup e restore dos SGBD's, documentação dos procedimentos de backup e restore, seguindo os padrões estabelecidos pela CONTRATANTE.
- Análise dos backups e restores dos bancos de dados. Execução de testes periódicos para garantir a recuperação dos backups de acordo com as determinações da CONTRATANTE.
- Criar e manter Oracle Wallet.
- Instalar e configurar certificados no Oracle Wallet.
- Monitorar diariamente consultas SQL lentas e de longa operação, verificando o tempo de resposta das mesmas e sugerir e implementar melhorias para aumento de desempenho, tais como o uso eficiente de índices, utilização de recursos como consultas paralelas ou outras funcionalidades específicas dos SGBD's em esquemas OLTP e OLAP.
- Efetuar consultas as bases de conhecimento do My Oracle Support.
- Efetuar abertura de chamados no suporte do fornecedor, efetuar follow up e escalar quando necessário.
- Configurar os parâmetros necessários para o correto funcionamento, utilizando todos os recursos disponíveis nos servidores de banco de dados.
- Apoiar as equipes de desenvolvimento com atividades relacionadas ao banco de dados durante todo o ciclo de vida de seus produtos.
- Investigar e tratar incidentes com banco de dados de forma proativa.
- Atuar como consultor para o negócio em questões de engenharia de banco de dados.
- Atuação na área de Arquitetura de Dados como DBA, atuando junto aos times de administração de dados (AD), arquitetura de Software e DevOps.
- Apoiar na implementação de padrões de banco de dados e segurança da informação de acordo com as diretrizes da CONTRATANTE.
- Administrar e configurar os SGBD seguindo as práticas de segurança da CONTRATANTE. Execução de procedimentos e recursos para garantir

a segurança dos Bancos de Dados, contemplando desde a adição e remoção de usuários até a auditoria das transações.

- Monitorar o desempenho, capacidade e continuidade dos SGBD de forma a detectar e corrigir eventuais problemas.
- Elaborar e utilizar indicadores para ferramentas de monitoramento, como OPManger, Prometheus Alert Manager, ou outra ferramenta indicada pela CONTRATANTE.
- Manter e aperfeiçoar configurações do Enterprise Manager a fim de otimizar o monitoramento dos ambientes de banco de dados.
- Identificar proativamente aplicações que estejam onerando a capacidade de memória, processamento e armazenamento dos SGBD.
- Trabalhar na observabilidade de métricas de banco de dados relevantes, certificando-se de atingir os objetivos de banco de dados definida pela CONTRATANTE.
- Sugerir e implantar sistemas de alta-disponibilidade, cluster, balanceamento de carga, migração de dados e tolerância a falhas para os serviços críticos.
- Manter e aperfeiçoar toda a documentação da instalação e funcionamento dos SGBD, inclusive
- topologias dos nós de clusters e sistemas de balanceamento de carga e configurações Oracle Apex. Apoiar o gerenciamento de identidades no processo necessário para integrar os perfis dos usuários. Bloquear contas e credenciais de acesso aos bancos de dados por inatividade, conforme prazo a ser definido pela CONTRATANTE, ou a pedido da CONTRATANTE, informando em relatório, periodicamente, as contas bloqueadas.
- Recomendar e implantar boas práticas de segurança de banco de dados.
- Subsidiar os servidores da CONTRATANTE na elaboração de projetos para a melhoria dos serviços da área. Coordenar a criação, verificação, atualização e implementação dos scripts de solução de problemas na área de Bancos de Dados, observando a automatização, sempre que possível.
- Priorizar a automatização, seja codificando ou liderando e influenciando membros da equipe, para efetuar entregas que sejam executadas de forma automatizada (idealmente) em produção.
- Realizar o provisionamento e implantação de ambientes de bancos de dados de forma automatizada, devendo manter, elaborar e aperfeiçoar scripts e códigos para alcance deste objetivo.
- Manter e aperfeiçoar ambiente de provisionamento automatizado de banco de dados para testes. Versionar scripts e códigos relacionados a Banco de dados em ferramenta de versionamento Git (Gitlab) ou outra indicada pela CONTRATANTE.
- Atuar e/ou apoiar na implantação e manutenção de ambientes de banco de dados para testes, disponibilizados de forma automatizada com práticas Devops, inclusive em bancos de dados em contêineres.
- Produzir, conferir, validar e executar SQL scripts nos SGBDs, necessários ao funcionamento, atualização e implantação de novas funcionalidades nos bancos de dados.
- Validar scripts candidatos a promoção para ambiente produtivo dos SGBD's em liquibase, a fim de verificar as boas práticas, normas, padrões e orientações a respeito de deployment em produção utilizando a referida ferramenta

- Criação de scripts para ETL destinados à extração, transformação e carga dos dados de uma ou mais bases de dados de origem para uma ou mais bases de dados de destino. Inclui-se nessa atividade a migração de bases de dados de produção para homologação/desenvolvimento/teste/treinamento, a carga de modelos multidimensionais para uso em ferramentas de Business Intelligence e a transformação/limpeza de base de dados.
- Gerenciamento da disponibilidade e performance (tuning) de banco de dados. Análise e correção dos planos de execução de comandos DML para otimização do desempenho em esquemas OLTP e OLAP.
- Dimensionamento e análises de capacidades e volume de dados.
- Geração de relatórios relacionados à performance, volume de dados e integridade do banco de dados, com periodicidade a ser definida pela CONTRATANTE.
- Garantir a consistência e a segurança das informações.
- Manter atualizada e aperfeiçoar a Base de Dados de Configuração de todos os ativos de bancos de dados.

#### Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 5 (cinco) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e Pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.
- Experiência mínima de 03 (três) anos nas atividades relacionadas à administração e sustentação de banco de dados suportados pelas plataformas Oracle, SQL Server, Postgres SQL, ou quaisquer outro SGBD adotado pela CONTRATANTE.
- Experiência mínima de 03 (três) anos nas atividades relacionadas à administração e sustentação de banco de dados suportados pelas plataformas Oracle, SQL Server, Postgres SQL, MySQL, REDIS ou quaisquer outro SGBD adotado pela CONTRATANTE.
- Experiência mínima de 1 (um) ano com automação de infraestrutura e gerenciamento de configuração (Ansible, Terraform, Shell Script).
- Experiência em instalação, configuração e manutenção da funcionalidade Oracle APEX.
- Experiência com monitoração de bancos de dados, de modo configurar e certificar que todo o
- ambiente esteja devidamente monitorado.
- Experiência com criação e administração de banco de dados de alta disponibilidade (RAC).
- Experiência com abertura de chamados no suporte do fornecedor, efetuar follow up e escalar quando necessário.
- Experiência com uso de Wallet em banco de dados Oracle.
- Experiência em ferramentas de backup físico como RMAN, Barman etc.
- Experiência em ferramentas de Disaster Recovery, como Dataguard etc.
- Experiência em ferramentas de monitoramento e análise de ambiente, como, Enterprise Manager, prometheus/grafana etc.
- Experiência com banco de dados não relacionais (NoSQL), como MongoDB e Elastic Search.

- Experiência em Metodologias Ágeis.
- Experiência em Linux e utilização de shell script para automatização de tarefas.
- Experiência com bancos de dados em contêineres para ambientes de testes.
- Sólidos conhecimentos de SQL e PL/SQL.
- Sólidos conhecimentos de ASM e Grid Infrastructure.
- Conhecimentos de alta disponibilidade em Oracle RAC.
- Conhecimentos de alta disponibilidade em MySQL e PostgreSQL.
- Conhecimentos em PL/pgSQL.
- Conhecimentos em ferramenta Git (Ex: Gitlab).
- Conhecimentos em versionamento de objetos de banco de dados com Liquibase.
- Conhecimentos de práticas DEVOPS e IAC (Infraestrutura como código) para provisionamento automatizado de ambientes de banco de dados.
- Possuir as certificações: Oracle Database Administration Certified Professional; Oracle Database Performance Management and Tuning; Oracle Database RAC, ASM and Grid Infrastructure Administration.

## **10. ADMINISTRADOR DE SISTEMAS OPERACIONAIS JÚNIOR**

O administrador de sistemas operacionais júnior é o responsável pelo atendimento de solicitações de baixa complexidade relativos a sistemas operacionais Windows e Linux. Também é o responsável por atendimento de solicitações de baixa complexidade relativos à nuvem (em especial Microsoft 365), além de serviços corporativos.

### Atribuições específicas:

- Garantir a integridade e confidencialidade das informações sob seu gerenciamento e verificar ocorrências de infrações de segurança.
- Criar, mediante requisição de serviço, máquinas virtuais para execução, testes ou implantação de novos sistemas, para os ambientes de produção, homologação, testes e desenvolvimento. Realizar a controle, inclusão, exclusão e bloqueio de contas de usuários do domínio, e a administração dos dados do serviço de diretório Active Directory provendo relatórios gerenciais e executando políticas de monitoramento e controle de identidades dos usuários no ambiente da CONTRATANTE.
- Atribuir, remover e gerenciar licenças de software relacionadas às plataformas de nuvem Microsoft conforme políticas da CONTRATANTE.
- Criar, excluir, manter e gerenciar Equipes do Microsoft Teams.
- Adicionar, remover e excluir membros de Equipes do Microsoft Teams.
- Criar, excluir e manter caixas de correio compartilhadas do Microsoft 365.
- Criar, excluir e manter acessos de usuários a caixas de correio compartilhadas do Microsoft 365.
- Gerenciar credenciais de MFA do Microsoft 365.
- Realizar o controle, inclusão, exclusão e bloqueio de contas de usuários de e-mail, e a administração dos dados do serviço de



diretório LDAP provendo relatórios gerenciais quando solicitado pela CONTRATANTE.

- Gerenciar grupos de distribuição solicitados pela CONTRATANTE.

Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Experiência mínima de 01(um) ano nas atividades relacionadas à administração e sustentação de sistemas operacionais Windows ou Linux
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e Pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.
- Pelo menos 1 das seguintes certificações (conforme Sistema Operacional de Atuação):
  - Microsoft Certified: Identity and Access Administrator Associate
  - Microsoft 365 Certified: Endpoint Administrator Associate
  - Microsoft Certified: Azure Administrator Associate
  - LPIC-1
  - Linux+ CompTIA

## **11. ADMINISTRADOR DE SISTEMAS OPERACIONAIS PLENO**

O administrador de sistemas operacionais pleno é o responsável pelo atendimento de solicitações de média complexidade relativos a sistemas operacionais Windows e Linux. Também é o responsável por atendimento de solicitações de média complexidade relativos à nuvem (em especial Office 365), além de serviços corporativos.

Atribuições específicas:

- Analisar e registrar soluções de ocorrências, mantendo o respectivo histórico bem como as soluções. Manter atualizada a Base de Dados de Configuração dos ativos de servidores e serviços de TIC, inclusive em relação aos relacionamentos entre os itens de configuração (ICs).
- Garantir a consistência e a segurança das informações.
- Executar serviços nos servidores de aplicação Linux/Unix e Windows, tais como gerenciamento de discos, parametrização dos sistemas, atualização de versões dos sistemas operacionais e aplicativos, aplicação de correções, service packs, patches e security fixes.
- Garantir a integridade e confidencialidade das informações sob seu gerenciamento e verificar ocorrências de infrações de segurança.
- Executar testes de regressão e rollback em sistemas quando houver a necessidade de retornar a uma determinada versão de sistema da CONTRATANTE, caso algum deixe de funcionar após uma mudança no ambiente.
- Alocar no ambiente de orquestração recursos de hardware para as máquinas virtuais, tais como unidades lógicas de armazenamento, interfaces de rede, processamento, memória etc. Monitorar na

ferramenta de orquestração a utilização dos recursos de hardware do ambiente virtualizado.

- Manter em funcionamento os servidores Windows da CONTRATANTE, disponibilizando e otimizando os recursos computacionais.
- Controlar e acompanhar o desempenho dos servidores.
- Verificar os status de replicação de informações de diretório e de acesso entre os servidores de domínio da CONTRATANTE.
- Auxiliar nos testes de backup e restore, e apoiar a restauração a partir do backup de todos os serviços baseados em Windows Server.
- Executar mudanças, migrações, atualizações, implantações e testes de novos produtos.
- Manter atualizada a Base de Dados de Configuração de todos os ativos de serviços Microsoft e garantir a consistência e a segurança das informações.
- Participar de reuniões junto à CONTRATANTE para tratativa de assuntos técnicos pertinentes à área Gerenciar migrações de dados em Microsoft Teams e Microsoft Sharepoint.
- Verificar e gerenciar mensagens em Spam no Microsoft Exchange Online.
- Criar imagens padronizadas de sistemas operacionais Windows (utilizando Microsoft System Center Endpoint Manager) e Linux conforme padrões da CONTRATANTE.
- Executar mudanças, migrações, atualizações, implantações e testes de novos produtos. Administrar o ambiente de sincronização de horário corporativo, incluindo a verificação de funcionamento, monitoramento e testes de sincronismo do serviço NTP ou outros utilizados pela CONTRATANTE.

#### Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 3 (três) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Experiência mínima de 02 (dois) anos nas atividades relacionadas à administração e sustentação de sistemas operacionais Windows ou Linux.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e Pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.
- Pelo menos 2(duas) das seguintes certificações para sistema operacional Microsoft e 1 (uma) para sistema operacional Linux (conforme atuação)
  - Microsoft 365 Certified: Endpoint Administrator Associate
  - Microsoft Certified: Windows Server Hybrid Administrator Associate
  - Azure Administrator Associate
  - Microsoft Certified: Security Operations Analyst
  - Microsoft Certified: Information Protection Administrator
  - LPIC-2
  - Red Hat Certified System Administrator (RHCSA)

## 12. ADMINISTRADOR DE SISTEMAS OPERACIONAIS SÊNIOR

O administrador de sistemas operacionais sênior é o responsável pelo atendimento de solicitações de alta complexidade relativos a sistemas operacionais Windows e Linux. Também é o responsável por atendimento de solicitações de alta complexidade relativos à nuvem (em especial Office 365), além de serviços corporativos e de atendimentos a falhas dentro de seu escopo.

### Atribuições específicas:

- Fornecer suporte para os incidentes relacionados a servidores de aplicação Linux ou Windows, incluindo diagnóstico e restauração das aplicações que se encontram em produção ou homologação. Analisar e registrar soluções de ocorrências, mantendo o respectivo histórico bem como as soluções. Manter atualizada a Base de Dados de Configuração dos ativos de servidores e serviços de TIC, inclusive em relação aos relacionamentos entre os itens de configuração (ICs).
- Garantir a consistência e a segurança das informações.
- Manter e suportar as interfaces entre a Internet e as aplicações, implementar softwares e mecanismos que garantam o acesso seguro e a consistência das funcionalidades web.
- Executar mudanças, migrações, atualizações, implantações e testes de novos produtos na plataforma Linux.
- Propor a atualização dos recursos de software e hardware à CONTRATANTE.
- Transmitir informações sobre assuntos que afetem os usuários, tais como mudanças de configurações de servidores, novas versões de software etc.
- Garantir a integridade e confidencialidade das informações sob seu gerenciamento e verificar
- ocorrências de infrações de segurança.
- Implantar processos automatizados de análise, monitoramento e identificação de falhas.
- Garantir a operacionalidade, acessibilidade, disponibilidade e integridade dos softwares de gerência de servidores e aplicações.
- Elaborar padrões de configuração a serem adotados pelos servidores de rede Linux, de acordo com as orientações e normativos estabelecidos pela CONTRATANTE, a fim de implementar as políticas de compliance.
- Implementar a automação da configuração de servidores utilizando a ferramenta de orquestração de servidores.
- Instalar, customizar e tornar disponível as novas versões dos sistemas operacionais e softwares básicos no ambiente Windows e ambiente Linux e demais que vierem a ser implantados no ambiente da CONTRATANTE, e drivers e firmwares, a fim de agregar novas funcionalidades às ferramentas, manter a atualização tecnológica e a conformidade como suporte do fornecedor. Administrar a rede e protocolos de comunicação em ambiente mainframe e plataformas intermediárias efetuando a instalação e configuração de placas de comunicação, drivers, TCP/IP, VTAM etc.
- Administrar serviços adicionais de rede nas plataformas, tais como SSH, TELNET, FTP/SFTP, NFS, RSYSLOG, dentre outros.

- Instalar, configurar e manter os serviços (webservices) dedicados à comunicação máquina-máquina, vinculados às aplicações institucionais.
- Apoiar a Instalação e configuração da solução de Backup utilizada pela CONTRATANTE nos servidores de aplicações, e garantir o seu correto funcionamento.
- Utilizar recursos de virtualização de servidores e serviços com o intuito de aumentar o desempenho e a disponibilidade dos serviços de TI.
- Verificar os problemas no ambiente virtualizado e promover a realocação imediata de recursos para outro pool ou site, evitando assim que ocorram indisponibilidades.
- Realizar o planejamento dos recursos e da capacidade do ambiente virtualizado.
- Executar trabalhos de consolidação, configuração de cluster e distribuição de carga no ambiente virtualizado.
- Executar atividades relacionadas à instalação, configuração e manutenção dos servidores de domínio e de rede local com sistema operacional Windows Server.
- Implantar as práticas de segurança na infraestrutura de rede Windows Server conforme definido pela CONTRATANTE.
- Administrar e manter os serviços de Controle de Domínio – Instalar, configurar, monitorar e gerenciar os controladores de domínio das unidades da CONTRATANTE.
- Monitorar e manter os serviços de autenticação dos usuários na rede Windows da CONTRATANTE. Elaborar padrões de configuração a serem adotados pelos servidores de rede Windows Server, de acordo com as orientações e normativos estabelecidos pela CONTRATANTE, a fim de implementar as políticas de compliance.
- Implementar a automação da configuração de servidores de rede Windows Server.
- Manter e configurar os serviços de Replicação e Manutenção do Active Directory.
- Manter e configurar o Windows Server Update Services – WSUS, testar e controlar a aplicação de patches de segurança.
- Administrar repositório de logs do Event Viewer de todas as transações realizadas nos serviços de autenticação no domínio, de DHCP e nos servidores de arquivos, para fins de auditoria. Montagem, configuração e manutenção do servidor de impressoras (Print Server), instalar e configurar novas impressoras e administrar as políticas de acesso.
- Instalar, configurar e administrar os portais e sistemas de compartilhamento de conteúdo e trabalho colaborativo baseados no Microsoft SharePoint.
- Configurar e manter o System State de todos os serviços de rede Microsoft.
- Instalar, configurar e manter serviço de DHCP e verificar logs.
- Administrar os serviços de instalação de imagens de sistemas operacionais em rede através do Microsoft System Center Endpoint Manager.
- Criar e configurar scripts de logon para as estações de trabalho e notebooks corporativos.

- Criar, configurar e manter políticas de grupo (GPOs) para os usuários do domínio Windows Server.
- Instalar, configurar e manter cluster de serviços Windows.
- Manter atualizada a Base de Dados de Configuração de todos os ativos de serviços Microsoft e garantir a consistência e a segurança das informações.
- Participar de reuniões junto à CONTRATANTE para tratativa de assuntos técnicos pertinentes à área.
- Gerenciar e manter o Microsoft Teams.
- Gerenciar e manter o Microsoft Exchange Online.
- Manter o serviço de sincronização entre Active Directory local e Azure Active Directory (Office 365).
- Manter o Sharepoint Online e os sites constantes dele.
- Administrar e Manter o System Center Endpoint Manager.
- Conhecimento do funcionamento dos protocolos POP3, IMAP, SMTP e LDAP para autenticação de usuários, envio e recebimento de mensagens de e-mail.
- Operacionalizar e administrar a integração dos serviços de correio eletrônico e de mensagens instantâneas com o serviço de diretórios LDAP.

#### Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 5 (cinco) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e Pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.
- Para SO Windows, deve possuir 03 (três) anos de experiência em atividades relacionadas à administração, sustentação, implementação e manutenção de serviços corporativos de redes e infraestrutura de sistemas operacionais Microsoft Windows Servers 2016 ou superior. E serviços tais como: Microsoft Active Directory, DNS, DHCP, NTP Server, File Servers, servidores de atualizações, licenciamentos automatizados Microsoft e servidores de autoridades certificadoras, gerenciamento de configuração de servidores.
- Para SO Linux, deve possuir 03 (três) anos de experiência em atividades relativas à administração, sustentação, implementação e manutenção de serviços corporativos de redes e infraestrutura de sistemas operacionais Linux.
- Pelo menos 02 (duas) das seguintes:
  - Microsoft 365 Certified: Enterprise Administrator Expert
  - Microsoft Certified: Windows Server Hybrid Administrator Associate
  - Azure Solutions Architect Expert
  - LPIC-3 300: Ambiente Misto
  - LPIC-3 303: Segurança
  - LPIC-3 304: Virtualização e Alta Disponibilidade
  - Red Hat Certified System Administrator (RHCSA)

### **13. ANALISTA DE SUPORTE COMPUTACIONAL JÚNIOR (OPERAÇÃO DATACENTER RIO DE JANEIRO E ESCRITÓRIO BRASÍLIA).**

O analista de suporte computacional júnior é o responsável pela atuação presencial no Datacenter, bem como em solicitações de baixa complexidade relativas ao ambiente do Datacenter.

#### Atribuições específicas:

- Realizar atividades de instalação física de servidores de aplicações, appliances e outros equipamentos dedicados ao provimento de serviços de TIC na infraestrutura do Datacenter.
- Apoiar as demais equipes de TI na configuração de equipamentos e softwares.
- Monitorar e identificar problemas relacionados à infraestrutura física com abertura de chamados de suporte, manutenção ou garantia nos fabricantes ou empresas prestadores de serviço.
- Efetuar acompanhamento de chamados técnicos junto aos fornecedores.
- Registrar manualmente os incidentes que forem observados no ambiente e avisar a CONTRATANTE.
- Apoiar a CONTRATANTE no cumprimento das políticas de acesso às salas seguras de TI da CONTRATANTE, controlar o acesso e acompanhar empresas, visitantes, colaboradores e prestadores de serviços ao datacenter da CONTRATANTE, observando as normas da CONTRATANTE, observando a capacidade energética, térmica e lógica do ambiente do Datacenter da CONTRATANTE.
- Instalar, mover e remover rack's, cabos e fibra ótica, observando a capacidade energética, térmica e lógica do ambiente do Datacenter da CONTRATANTE.
- Gerenciar salas técnicas de todos os andares dos prédios da CONTRATANTE.

#### Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Experiência mínima de 01 (um) ano nas atividades relacionadas à ambiente de datacenter

### **14. ANALISTA DE SUPORTE COMPUTACIONAL SÊNIOR (MONITORAMENTO)**

O analista de suporte computacional sênior é o responsável por criar, configurar, parametrizar e manter os alertas nas ferramentas de monitoramento, bem como propor novos alertas. Também é responsável pela operação do núcleo de operação e controle, verificando nas ferramentas de monitoramento do ambiente a ocorrência de alertas de incidentes e atuando de acordo com os scripts e procedimentos pré-definidos.

Será de responsabilidade da CONTRATADA o monitoramento constante dos itens de configuração que suportem os processos da CONTRATANTE, gerando uma base histórica de informações.

#### Atividades específicas:

- Realizar o monitoramento proativo do ambiente de infraestrutura da CONTRATANTE visando detectar, antecipadamente a queda de desempenho ou indisponibilidade de serviços e os problemas de infraestrutura.
- Operar a plataforma de monitoramento e alarmes de incidentes OPManger ou outra que venha a ser utilizada pela CONTRATANTE.
- Automatizar, a partir dos alertas emitidos pela ferramenta de monitoramento, o registro de incidentes na plataforma de requisição de serviço e gerenciamento de TI.
- Registrar manualmente os incidentes que forem observados e para os quais não exista rotina definida para registro automático.
- Atuar na execução de processos pré-estabelecidos para resolução automática ou manual de incidentes.
- Criação de diário de bordo, que, deverá conter cada uma das atividades que a central de monitoração exerce, detalhando cada uma das ações que o operador ou monitorador deverá executar em caso de acionamentos, falhas ou alarmes.
- Elaboração e manutenção de documentação que contenha todos os contatos para acionamentos, seja, de terceiros, ou de equipe própria. Tais contatos serão fornecidos pela CONTRATANTE.
- Apoiar a criação e implementação de novas rotinas e itens de monitoramento, em conjunto com a área especializada de desenvolvimento de soluções de TI.
- Criar gatilhos na ferramenta de monitoramento para a abertura e o encerramento automáticos de chamados, a partir do status dos itens monitorados.
- Fornecer para a área especializada de infraestrutura os indicadores do status e desempenho dos sistemas, a partir do número de incidentes registrados no monitoramento.
- Documentar toda e qualquer rotina desenvolvida para a automatização de tarefas junto a central de monitoramento.
- Monitorar todos os ativos, tais como elementos de rede (switches e roteadores LAN/MAN/WAN/SAN, enlaces de rede), aplicações, bancos de dados e qualquer outro item de configuração que componha serviços de TI críticos ou essenciais.
- Monitorar os equipamentos de infraestrutura de Data Center, tais como: ar-condicionado, nobreak,
- sistema de detecção de incêndio e intrusos, sistema de vigilância, grupo gerador, etc.
- Monitorar todas as atividades, processos e serviços que forem exigidos para o atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço.
- Abrir chamados para qualquer incidente detectado para o qual não tenha sido definido um gatilho automático na ferramenta de monitoramento.
- Execução de rotinas padrão, consultas ou relatórios estabelecidos para a equipe de monitoramento. Sugerir melhores práticas de monitoramento de serviços de TI baseadas em experiências e metodologias de mercado, devidamente documentadas.
- Alertar sobre a reincidência de ocorrências para a área especializada de infraestrutura de TI, registrando ações adotadas e mapeadas junto à base de conhecimento.

- Detectar de forma automatizada as mudanças de estado ou configuração dos ativos de TI, gerando alertas e chamados na ferramenta de requisição de serviço.
- Configurar agentes SNMP ou outros para enviar informações sobre os serviços.
- Implementar o monitoramento dos sistemas em Produção e em Homologação.
- Manter as áreas de fiscalização do contrato informadas em tempo real em relação a eventos, incidentes, problemas, requisições planejadas e demandas diárias.

**Qualificação técnica:**

- Experiência mínima de 5 (cinco) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e Pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.
- Deve possuir experiência mínima de 3 (três) anos na atividade de monitoramento em ambiente de TI.

**15. GERENTE (LIDER) DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

O líder de segurança da informação é o responsável por coordenar a equipe de segurança da informação, bem como propor procedimentos e processos de segurança da informação na CONTRATANTE.

Deve trabalhar em estreita parceria com o líder de Infraestrutura, atendendo às recomendações e boas práticas ITIL de Gestão de Requisições, Gestão de Incidentes, Gestão de Acesso, Gestão de Ativos de Hardware e Software e Gestão de Base de Conhecimentos, dentro do escopo da sua área de atuação.

Assim como o líder de infraestrutura, ele deve atuar como uma ponte entre a fiscalização contratual e o atendimento dos serviços, além de auxiliar na supervisão da performance operacional dos atendimentos de sustentação e do monitoramento do ambiente, em especial, no que tange à segurança.

**Atribuições específicas:**

- Apoiar a CONTRATANTE nos projetos de Arquiteturas de Segurança da Informação e Comunicações.
- Apoiar a CONTRATANTE na elaboração e revisão de normas relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações.
- Apoiar ações conjuntas de Segurança da Informação e Comunicações junto às demais áreas de Infraestrutura, desenvolvimento de sistemas, serviço de atendimento ao usuário e gestores de TI.
- Apoiar a análise e definição das regras de uso dos recursos computacionais da CONTRATANTE.
- Apoiar e coordenar as equipes de segurança durante incidentes cibernéticos
- Apoiar na pesquisa forense pós-incidente, orientando as equipes na coleta de evidências, cadeia de custódia e na análise de artefatos.



- Consolidar, em manuais e scripts, todos os procedimentos de segurança adotados, sejam novos ou já implantados pela CONTRATANTE.
- Garantir a adoção de controles e métodos presentes nas normas ISO 27001/27003 e framework NIST e CIS Controls
- Apoiar a elaboração ou redefinição dos Planos de Continuidade de Serviços para a área de TI (ITSCM), realizando levantamentos e auditorias sobre os potenciais riscos à infraestrutura e medidas para mitigá-los, de forma convergente com a Política de Gestão de Continuidade de Negócios (PGCN) da CONTRATANTE.
- Apoiar a auditoria de controles internos de segurança da informação, validando a execução das tarefas de infraestrutura sob a ótica dos frameworks NIST e CIS Controls v8.
- Operacionalizar, monitorar e fornecer evidências técnicas para apoiar a CONTRATANTE no cumprimento dos indicadores do framework do Programa de Privacidade em Segurança (PPSI) do Ministério de Gestão e da Inovação (MGI).
- Garantir a aplicação das diretrizes de privacidade por design (Privacy by Design) em conformidade com a LGPD.
- Realizar prospecção, teste e indicação de soluções de Segurança da Informação e Comunicações, inclusive baseadas em código aberto.
- Apoiar a CONTRATANTE em projetos/atividades de conscientização e palestras em segurança da informação.
- Apoiar na elaboração e revisão de plano de teste do ambiente de infraestrutura de alta disponibilidade da CONTRATANTE
- Manter atualizada a Base de Dados de Configuração dos ativos relacionados com mecanismos de segurança.
- Garantir a consistência e a segurança das informações.

#### Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 8 (oito) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Pelo menos 3(três) anos atuando na coordenação de equipes de segurança cibernética.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior completo em outra área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação com, no mínimo, 360 horas.
- Possuir, ao menos, uma das seguintes certificações (na validade):
  - Security+ - CompTIA
  - CySA+ - CompTIA Cybersecurity Analyst
  - PenTest+ - CompTIA PenTest+
  - (C|CT) - EC-Council Certified Cybersecurity Technician
  - GSEC - GIAC Security Essentials
  - OSCP — Offensive Security Certified Professional
  - SecurityX - CompTIA

## **16. ADMINISTRADOR EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PLENO**

O administrador em segurança da informação pleno é o responsável por atender solicitações de baixa/média complexidades relativas à segurança da informação.

#### Atribuições específicas:

- Cumprir e dar suporte ao monitoramento do cumprimento da Política de Segurança da Informação e Comunicação e demais normas estipuladas pela CONTRATANTE.
- Instalar e customizar softwares aplicativos e equipamentos relacionados à segurança de rede adquiridos e/ou homologados pela CONTRATANTE.
- Fornecer suporte técnico para a CONTRATANTE em assuntos relacionados à segurança cibernética.
- Administrar a aplicação de políticas de controle de acesso à rede local, com ou sem fio.
- Configurar acesso de usuários à VPN e serviços baseados em ZTNA.
- Apoiar nos testes de vulnerabilidades periódicos, conforme as melhores práticas de Segurança da Informação.
- Realizar a gestão contínua de exposição de ativos, incluindo a priorização de patches conforme padrões do NIST, CIS Controls e Programa de Privacidade em Segurança (PPSI) do Ministério de Gestão e Inovação (MGI).
- Executar as rotinas de operação e administração de firewall, WAF, antivírus e antispam, visando garantir a disponibilidade, o melhor desempenho, a segurança e a continuidade da operação.
- Fazer uso de sniffers e scanners para levantar possíveis vulnerabilidades na rede local (LAN).
- Monitorar o funcionamento e consumo de recursos dos appliances e demais ativos de segurança da informação.
- Realizar análise de logs de segurança.
- Manter atualizada a Base de Dados de Configuração dos ativos relacionados com mecanismos de segurança.
- Garantir a consistência e a segurança das informações.

#### Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 3 (três) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Possuir experiência mínima de 02 (dois) anos em atividades relacionadas à Segurança da Informação, incluindo gerenciamento de firewalls, IPS, WAF, antivírus, VPN, antispam, análise de logs de segurança.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área com Pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.
- Possuir, ao menos, uma das seguintes certificações (na validade):
  - Security+ - CompTIA
  - CySA+ - CompTIA Cybersecurity Analyst
  - PenTest+ - CompTIA PenTest+
  - GSEC - GIAC Security Essentials
  - SSCP — Systems Security Certified Practitioner

## 17. ADMINISTRADOR EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SÊNIOR

O administrador em segurança da informação sênior é o responsável por atender solicitações de alta complexidade relativas à segurança da informação, bem como realizar testes relativos à segurança no ambiente da CONTRATANTE. Também é responsável por apoiar os processos de segurança da informação no ambiente de TI através da operacionalização dos procedimentos de resposta a incidentes, aplicação de testes de vulnerabilidades, apoio à homologação de produtos e soluções de segurança, implantação de procedimentos de auditoria e de controle de acesso lógico.

### Atribuições específicas:

- Apoiar a CONTRATANTE na adoção de mecanismos de segurança nos ativos de TIC, compatíveis com as políticas institucionais de segurança da informação.
- Apoiar o gerenciamento de projetos de implantação, substituição e atualização de soluções destinadas à Segurança da Informação e Comunicações.
- Pesquisar vulnerabilidades e atualizações de segurança, e apoiar o planejamento de mudanças para a sua implementação.
- Realizar análise de segurança e *pentest*
- Gerar e consolidar para a CONTRATANTE os relatórios de ataques e vulnerabilidades nos ambientes de TI, bem como das contramedidas adotadas (atualização de ativos, aplicação de patches e fixes, implementação de sistemas de proteção— antivírus, IPS, firewall, proxy, balanceadores de carga etc.).
- Apoiar a equipe na configuração de segurança de servidores de DNS públicos com DNSSEC.
- Realizar análise e rastreamento de evidências de incidentes de segurança da informação.
- Realizar análise avançada de logs de segurança.
- Implantar e configurar VPN IPSEC para intercomunicação com outros órgãos ou empresas parceiras.
- Atuar na administração de solução de ZTNA.
- Administrar as soluções de acesso remoto da CONTRATANTE.
- Apoiar a CONTRATANTE na implantação e consolidação de ferramenta específica para a análise e correlação de eventos e gestão de riscos a partir dos logs e demais registros de eventos existentes no ambiente de TIC.
- Administrar os servidores e appliances que realizam as funções de proxy e cache de acesso à Internet, incluindo configuração e manutenção de serviços, autenticação de usuários, filtros de conteúdo, implementação de melhorias de desempenho e resolução de problemas das plataformas utilizadas pela CONTRATANTE.
- Administrar a solução de antivírus corporativo, com a configuração de estações e de servidores de distribuição, remoções de vírus, resolução de problemas e manutenção dos servidores das plataformas utilizadas pela CONTRATANTE.
- Administrar, em conjunto com a área especializada em sistemas de comunicação e mensagens eletrônicas, as soluções de detecção e bloqueio de spams e e-mails maliciosos, realizando a manutenção dos filtros de mensagens e de malwares.
- Administrar solução de detecção e prevenção de intrusões (IPS/IDS), incluindo configuração e testes de regras, filtragem de tráfego

malicioso, resolução de problemas, atualização de regras, e outros, nas plataformas utilizadas pela CONTRATANTE.

- Administrar solução contra APTs (Advanced Persistent Threats), para localização e mitigação de ameaças baseadas em códigos maliciosos e mutáveis (malwares), e realizar a análise do comportamento de códigos maliciosos a partir dos recursos da ferramenta de detecção de APTs.
- Executar rotinas de busca ativa e simulações de adversários para identificar ameaças persistentes.
- Realizar o *hardening* de sistemas operacionais e redes, auditando a aplicação de baselines de segurança em ambientes de produção.
- Apoiar a implementação de mecanismos de Prevenção à Evasão de Dados (DLP – *Data Loss Prevention*) no ambiente corporativo.
- Apoiar nas atividades de compliance de segurança cibernética da CONTRATANTE.
- Apoiar na mitigação de incidentes cibernéticos e em análises forenses.
- Apoiar à execução das atividades das demais áreas de suporte especializado no que tange à segurança da informação.
- Participar do tratamento de incidentes de segurança da informação e comunicações e, quando solicitado, participar em atividades de auditoria e análise forense.
- Apoiar na manutenção e administração dos sistemas que envolvem criptografia e assinaturas digitais. Manter atualizada a Base de Dados de Configuração dos ativos relacionados com mecanismos de segurança.
- Garantir a consistência e a segurança das informações corporativas.

#### Qualificação técnica:

- Experiência mínima de 5 (cinco) anos na área de Tecnologia da Informação.
- Possuir experiência mínima de 03 (três) anos em atividades relacionadas à segurança cibernética, incluindo análise de vulnerabilidades, pentest, gerenciamento de ameaças resposta a incidentes cibernéticos e apoio em atividades de compliance.
- Nível superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível Superior Completo em outra área e pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.
- Possuir, ao menos, uma das seguintes certificações (na validade):
  - Security+ - CompTIA
  - CySA+ - CompTIA Cybersecurity Analyst
  - PenTest+ - CompTIA PenTest+
  - GCIA - GIAC Certified Intrusion Analyst
  - OSCP - Offensive Security Certified Professional
  - GCIH - *GIAC Certified Incident Handler*
  - eJPT — eLearnSecurity Junior Penetration Tester
  - SSCP — Systems Security Certified Practitioner
  - SecurityX (ou CASP+) - CompTIA

## ANEXO II

### 1 – Sistemas e serviços

A tabela abaixo apresenta os principais sistemas e serviços utilizados na ANCINE.

Sistemas/Serviços	
Nome do Sistema	Sigla do Sistema/Serviço
Sistema Eletrônico de Informações	SEI
Sistema Ancine Digital	SAD
	SAD - AE
	SAD - AEE
	AE-SERVICOS
	SAD-CA
	CA - SERVICOS
	Canais
	SADCORE-SERVICOS
	SAD - OBRAS
	CNTR
	CPBGRU
	SIF
	CUP
	SANFOM
	SANFOM-SERVICOS
	STR
	STR-DOCS
	STR-INTERNO
	GVOL
	Web Service SCB
	Sistema de Controle de Bilheteria
Correio Eletrônico (relay)	Microsoft 365
Servidor de Arquivos	Sharepoint M365
Links de dados	WAN, LAN, MPLS
Serviço de Autenticação	AD

DNS Externo	DNS
DNS Interno	DNS
Compartilhamento de dados	Storage local e nuvem
Infraestrutura Hiperconvergente	Nutanix
Monitoramento	OPManager
Software de gestão de serviços	Service Desk ManageEngine
Web Services de acesso externo	WS
Sistema de Gestão de Pessoal	SISGP
Active Directory Sync Service	AdSync
Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura	SALIC
	SALIC-SERVICOS
Condecine Serviços	Condecine Serviços
Condecine Remessa	Condecine Remessa
SAVI	SAVI
SISTRI	SISTRI
SACS	SACS
Projetos Audiovisuais	PAV
Suat	SUAT TV & VOD
	SUAT CINEMA
Coat	COAT
	COAT - SERVICOS
Sistema de Apoio Internacional	SAI
Sistema de Benefícios Fiscais	SABF
Sapio	SAPIO
Consulta CNPJ e CPF	INFOCONV
Sistema de Informações Ancine	SIA 1
	SAI 2
Automação do Relatório Prestação Contas	ARPPC
Repositório de Dados	DATALAKE
Solução de Dados Abertos	DADOS ABERTOS
Geração de Conteúdo em Jasper	EXPED
Catálogo Serviços Ancine	APIDOCS
Agendador de Rotinas Assíncronas	ANCINE-SCHEDULE
Envio de e-mail REST	ANCINE-MESSAGING
Controle de Exibição de Filmes Brasileiros	COTA DE TELA
Consultas e Audiências Públicas	CONSULTA PÚBLICA
Sistema de Gestão Arquivista	SIGA

Registro de Participação e Premiação em Festivais	RPPF
Sistema de Gestão de Créditos	SISCRED
Adimplência	ADIMPLENCIA
Agente Econômico 2.0	NOVO AE
Controle de Prazos	CONTROLE DE PRAZOS
Cálculo de Rendimentos	SABF Rendimentos

## 2 – Ativos físicos e lógicos

As tabelas abaixo elencam os principais ativos de TIC da ANCINE. Ressalta-se que os números são aproximados, por conta da dinâmica natural de um ambiente de TIC.

Ativos Físicos	
Categoria	Quantidade
Switches	37
Storage	2
Servidores Windows e Linux	10
Desktops	800
Notebooks	80
Appliances Hiperconvergência	4
Firewall	4
Access Points	60
Controladoras Wi-Fi	3
Roteadores	2
Links de dados Internet	2
Link de dados MPLS	3

Ativos Virtuais	
Servidores Windows	48
Servidores Linux	108

### ANEXO III

#### Modelo de Planilha de Cálculo de Pontos

1. O cenário apresentado na tabela abaixo é hipotético, devendo ser usado apenas como exemplo.
2. O modelo poderá ser modificado a critério da CONTRATADA.

Item	Descrição do Indicador	Meta Mínima	Resultado Aferido	Desvio da Meta	Regra de Pontuação	Pontos Calculados
INO1	Disponibilidade de Sistemas Críticos	≥ 99.8%	99.5%	0.3%	10 pts a cada 0,1% fora	30
INO2	Disponibilidade de Sistemas Não Críticos	≥ 98.0%	98.0%	0.0%	5 pts a cada 0,1% fora	0
INO3	Atraso na Detecção de Incidente Crítico	0	2	2	10 pts por ocorrência	20
INA1	Solução de Incidentes - Prioridade 1	≥ 90.0%	85.0%	5.0%	5 pts a cada 1% abaixo	25
INA3	Eficácia na Resolução (sem reabertura)	≥ 90.0%	95.0%	0.0%	5 pts a cada 1% abaixo	0
TRS1	Profissional sem crachá (reincidência)	0	1	1	5 pts por ocorrência	5
TRS30	Perda de dados ou informações corporativas por erro ou imperícia na operação	0	0	0	100 pts por ocorrência	0
<b>Resumo da Medição Mensal</b>						
Total de pontos acumulados no mês						80
Regra de conversão					A cada 5 pts = 0,5% desconto	
Percentual de glosa aplicado						8.0%
<b>Cálculo Financeiro (R\$)</b>						
Valor mensal fixo						R\$ 210.858,78
Valor do desconto (glosa)						R\$ 16.868,70
Valor com glosa aplicada						<b>R\$ 193.990,08</b>



# ANEXO – TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE (LGPD)

**REFERÊNCIA:** Processo Administrativo nº 01416.002362/2026-63

Pelo presente instrumento, a empresa **[NOME DA EMPRESA CONTRATADA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[00.000.000/0000-00]**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal infra-assinado, firma o presente Termo de Compromisso de Sigilo e Confidencialidade perante a **AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE**, doravante denominada **CONTRATANTE**, nos seguintes termos:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objetivo estabelecer as obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA**, bem como de todos os seus prepostos, empregados e colaboradores alocados na execução dos serviços de infraestrutura e segurança da informação, no que tange à proteção, sigilo e confidencialidade das informações e dados pessoais aos quais terão acesso em decorrência da execução do contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E DADOS PESSOAIS

2.1. Para os fins deste Termo, consideram-se "Informações Confidenciais" todos e quaisquer dados, verbais ou escritos, digitais ou físicos, aos quais a **CONTRATADA** venha a ter acesso, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Credenciais de acesso, senhas, chaves criptográficas e tokens;
- b) Topologia de rede, arquitetura de sistemas, códigos-fonte e configurações de ativos de segurança da infraestrutura da **ANCINE**;
- c) Dados pessoais e dados pessoais sensíveis (conforme definidos na Lei nº 13.709/2018 - LGPD) de servidores, colaboradores, prestadores de serviço, agentes regulados ou cidadãos constantes nas bases de dados, sistemas ou estações de trabalho da **ANCINE**;
- d) Documentos, processos do sistema SEI e bases de conhecimento (ITSM) não classificados como ostensivos.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DE SIGILO

3.1. A **CONTRATADA** e seus colaboradores obrigam-se a:

- a) Manter absoluto sigilo sobre as Informações Confidenciais, utilizando-as única e exclusivamente para a finalidade de execução das Ordens de Serviço inerentes ao contrato

b) Não copiar, reproduzir, fotografar, gravar, transferir para dispositivos pessoais (como pendrives ou celulares) ou transmitir a terceiros qualquer dado ou informação pertencente à ANCINE;

c) Não utilizar as ferramentas de acesso remoto (*Endpoint Central*), os painéis de gestão de identidades (*ADManager Plus*) ou o cofre de senhas (*Password Manager Pro*) para finalidades alheias ao atendimento técnico devidamente registrado em chamado formal.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA ADEQUAÇÃO À LGPD**

4.1. No escopo deste contrato, a ANCINE atua como Controladora dos dados, e a CONTRATADA como Operadora (art. 5º, VI e VII da LGPD).

4.2. A CONTRATADA compromete-se a:

a) Realizar o tratamento de dados pessoais estritamente de acordo com as diretrizes e instruções documentadas da ANCINE;

b) Adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração ou comunicação;

c) Notificar imediatamente a Equipe de Fiscalização da ANCINE (em até 24 horas) caso identifique ou suspeite de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados;

d) Colher, de cada profissional alocado nos serviços, termo individual de sigilo equivalente a este, mantendo-os sob sua guarda e disponibilizando-os à ANCINE sempre que solicitado.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES**

5.1. A quebra do sigilo ou o descumprimento das normas de proteção de dados implicará na aplicação imediata das sanções administrativas e operacionais (TRS) previstas no Termo de Referência e no Contrato, incluindo a possibilidade de rescisão unilateral por justa causa.

5.2. A CONTRATADA responderá de forma solidária e objetiva por eventuais sanções aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) à ANCINE, bem como por perdas e danos civis e criminais causados à Agência ou a terceiros em virtude do vazamento de informações ou do tratamento inadequado de dados por parte de seus prepostos.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E IRREVOGABILIDADE**

6.1. As obrigações de sigilo e confidencialidade assumidas neste Termo entram em vigor na data de sua assinatura e subsistirão mesmo após o término, rescisão ou extinção do contrato de prestação de serviços, por prazo indeterminado, até que as Informações Confidenciais se tornem, de forma lícita, de domínio público.

Por estarem cientes e de acordo com as condições aqui estabelecidas, firmam o presente

termo.

[Cidade - UF], [Dia] de [Mês] de [Ano].

---

**[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL]**

[Cargo do Representante]

**[NOME DA EMPRESA CONTRATADA]**

**TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC**  
**SERVIÇOS – LICITAÇÃO**



**AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA**

(Processo Administrativo nº 01416.002362/2026-63)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026, QUE FAZEM  
ENTRE SI A ANCINE - AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA  
E .....

A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA, com sede na Avenida Graça Aranha nº 35, Centro, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 04.884.574/0001-20, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, ALEX BRAGA MUNIZ, nomeado pelo Decreto s/nº de 21 de julho de 2021, publicado no DOU de 22 de julho de 2021, Edição 137, Seção 2, página 1, portador da Matrícula Funcional nº 2358275, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]**/**[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 01416.002362/2026-63 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços técnicos especializados de operação da infraestrutura tecnológica e administração da segurança da informação, compreendendo a execução continuada de atividades de sustentação, monitoramento, administração e suporte aos ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	SALÁRIO DE REFERÊNCIA	FATOR-K	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO TOTAL MENSAL
1	Gerente de infraestrutura de tecnologia da informação	27014	1	R\$ 17.617,04	1,94	R\$ 34.177,06	R\$ 34.177,06
2	Analista de suporte computacional Sênior (monitoramento)	27014	0,4	R\$ 6.916,26	2,03	R\$ 14.040,00	R\$ 5.616,00

3	Analista de suporte computacional Pleno (hiperconvergência e backup)	27014	0,5	R\$ 5.367,73	2,12	R\$ 11.379,59	R\$ 5.689,79
4	Analista de suporte computacional Sênior (hiperconvergência e backup)	27014	0,25	R\$ 6.916,26	2,03	R\$ 14.040,00	R\$ 3.510,00
5	Administrador de sistemas operacionais Pleno (Devops)	27014	1,25	R\$ 6.740,40	2,06	R\$ 13.885,23	R\$ 17.356,53
6	Administrador de sistemas operacionais Sênior (Devops)	27014	0,6	R\$ 9.541,09	1,99	R\$ 18.986,77	R\$ 11.392,06
7	Analista de redes e de comunicação de dados Júnior	27014	0,4	R\$ 4.598,22	2,15	R\$ 9.886,18	R\$ 3.954,47
8	Analista de redes e de comunicação de dados Sênior	27014	0,1	R\$ 10.089,68	1,98	R\$ 19.977,56	R\$ 1.997,76
9	Gerente de segurança da informação	27014	0,5	R\$ 21.590,25	1,93	R\$ 41.669,18	R\$ 20.834,59
10	Administrador em segurança da informação - Pleno	27014	0,6	R\$ 8.452,41	1,99	R\$ 16.820,30	R\$ 10.092,18
11	Administrador em segurança da informação - Sênior	27014	0,5	R\$ 12.381,42	1,95	R\$ 24.143,77	R\$ 12.071,89
12	Administrador de sistemas operacionais Júnior (sistemas operacionais, serviços corporativos e serviços em nuvem)	27014	2,25	R\$ 4.698,08	2,13	R\$ 10.006,92	R\$ 22.515,57
13	Administrador de sistemas operacionais Pleno (sistemas operacionais, serviços corporativos e serviços em nuvem)	27014	2,5	R\$ 6.740,40	2,06	R\$ 13.885,23	R\$ 34.713,06
14	Administrador de sistemas operacionais Sênior (sistemas operacionais, serviços corporativos e serviços em nuvem)	27014	0,4	R\$ 9.541,09	1,99	R\$ 18.986,77	R\$ 7.594,71
15	Administrador de banco de dados - Pleno	27014	0,25	R\$ 6.787,95	2,05	R\$ 13.915,30	R\$ 3.478,82
16	Administrador de banco de dados - Sênior	27014	0,5	R\$ 10.918,27	1,98	R\$ 21.618,18	R\$ 10.809,09
17	Analista de suporte computacional Júnior (operação datacenter)	27014	0,6	R\$ 3.267,73	2,21	R\$ 7.221,69	R\$ 4.333,01
18	Analista de suporte computacional Júnior (operação escritório Brasília)	27014	0,1	R\$ 3.267,73	2,21	R\$ 7.221,69	R\$ 722,17
<b>Custo Total Mensal do Grupo</b>							<b>R\$ 210.858,78</b>

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1.O Termo de Referência;

1.3.2.O Edital da Licitação;

1.3.3.A Proposta do contratado;

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses contados do(a) data de assinatura, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
  - 2.2.1.Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
  - 2.2.2.Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - 2.2.3.Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - 2.2.4.Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
  - 2.2.5.Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
  - 2.2.6.Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 210.858,78 (duzentos e dez mil oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 5.060.610,72 (cinco milhões, sessenta mil, seiscentos e dez reais e setenta e dois centavos)**, considerando a vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses.

- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
  - 8.1.2.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 8.1.3.Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
  - 8.1.4.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
  - 8.1.5.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 8.1.6.Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
  - 8.1.7.Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
  - 8.1.8.Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
    - 8.1.8.1.indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
    - 8.1.8.2.fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
    - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
    - 8.1.8.4.definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
    - 8.1.8.5.demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
    - 8.1.8.6.prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
  - 8.1.9.Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
  - 8.1.10.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;



- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1.A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica remota e presencialmente no(s) seguinte(s) local(is): Escritório Central: Av. Graça Aranha, 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002. Arquivo: Av. Augusto Severo, 84, 3º andar, Glória, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20021-040. Escritório Sede: SAUS, Quadra 06, Bloco E, 6º Andar, Ala Sul, Brasília/DF (Sede da Anatel)- CEP 70070-940;
- 9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição.
- 9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

- 13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
- 13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.6.3. Indenizações e multas.
- 13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/Unidade: 20203/203003;
  - II) Fonte de Recursos: 1000000000;
  - III) Programa de Trabalho: 13.122.0032.2000.0001;
  - IV) Elemento de Despesa: 3390.40.11;
  - V) Plano Interno: 262000SINFR;
  - VI) Nota de Empenho: [...];
- 15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

- 18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio de Janeiro, *[dia]* de *[mês]* de 2026.

ALEX BRAGA MUNIZ  
Diretor-Presidente

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-